

Veículo: Site A Tarde	
Data: 20/07/2020	Caderno: Bahia

A TARDE

Seg , 20/07/2020 às 15:44 | Atualizado em: 20/07/2020 às 15:47

Após suspensão temporária, Nota Premiada Bahia volta contemplando 91 ganhadores de 22 municípios

Da Redação



Interrompida temporariamente entre março e junho, devido à suspensão pela Caixa Econômica Federal, dos sorteios da Loteria Federal, a **campanha Nota Premiada Bahia** está de volta e contemplou 91 participantes, de 22 municípios baianos. Os resultados do sorteio foram divulgados nesta segunda-feira, 20.

De acordo com informações da Secretaria de Comunicação (Secom), o prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante morador do bairro Costa Azul, em Salvador. Já os prêmios de R\$ 10 mil tiveram ganhadores da capital baiana e de outras 21 cidades baianas.

A relação de ganhadores está disponível no **site da campanha** e no Instagram (@notapremiadabahia), Twitter (@sefazba) e Facebook (@sefaz.govba). A capital baiana teve o maior número de participantes inscritos na campanha e de estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica. Além disso, Salvador teve em junho a maior proporção de ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil. Foram 53 sorteados.

Segundo a Secom, outros 37 sorteados moram no interior. Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas são os municípios campeões desta vez, com cinco ganhadores cada. Em seguida vêm Camaçari, com quatro contemplados, e Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Simões Filho e Amélia Rodrigues, cada qual com dois sorteados. Completam a lista 19 municípios com um sorteado cada: Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Cansanção, Aramari, Itabuna, Santo Estevão, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 21/07/2020	Página:



Veja lista com 91 ganhadores da Nota Premiada; prêmio de R\$ 100 mil é de Salvador

Foram 90 contemplados com R\$ 10 mil e um com R\$ 100 mil; prêmio contemplou moradores de 22 municípios baianos

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

21.07.2020, 08:29:00

Atualizado: 21.07.2020, 08:29:46

O sorteio que marcou a volta da campanha Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, contemplou moradores de 22 municípios baianos. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante que mora no bairro do Costa Azul, em Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil tiveram ganhadores da capital e de outras 21 cidades. A premiação divulgada na segunda-feira (20) é a primeira após interrupção temporária entre março e junho, devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados.

A relação de ganhadores está disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e também nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba. A capital baiana, que reúne o maior número de participantes inscritos na campanha e de estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), também teve em julho maior proporção de ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil: ao todo, 53 contemplados.

Outros 37 sorteados moram no interior. Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas são os municípios campeões desta vez, com cinco ganhadores cada. Em seguida vêm Camaçari, com quatro contemplados, e Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Simões Filho e Amélia Rodrigues, cada qual com dois sorteados. A lista é completada por treze municípios com um sorteado cada: Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Cansanção, Aramari, Itabuna, Santo Estevão, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Desta vez, o resultado teve como base o sorteio realizado na noite de sábado (18). Neste mês de julho, e ainda em agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal.

Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

A Nota Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Confira da lista:

R\$ 100 mil:

1 KEITE MAGALI DA CRUZ SUEIRA - SALVADOR/BA

R\$ 10 mil:

2 MARCOS FRANCISCO REGIS - SALVADOR/BA

3 LENIANI DE OLIVEIRA ANDRADE MELO - JAGUAQUARA/BA

4 PAULA FABIANA FELISBERTO DE OLIVEIRA - ILHEUS/BA

5 TERESINHA RIOS MENDES - LAURO DE FREITAS/BA

6 NADIJANE MARIA ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS - SALVADOR/BA

7 THAÍS SOARES BULCÃO MARQUES CRUZ - SALVADOR/BA

8 LEILANE CRISTINA REGO PING DOS SANTOS - SALVADOR/BA

9 HOZANA DE BARROS CASTRO - LAURO DE FREITAS/BA

10 CRISTINA SANTOS CARDIM - CAMACARI/BA

11 NAIARA SILVA GOMES SAMPAIO - TEIXEIRA DE FREITAS/BA

12 ALMERIO FERREIRA DA CRUZ - SALVADOR/BA

13 ANA SUZE OLIVEIRA SOUSA SANTOS - FEIRA DE SANTANA/BA

14 NAIDE MARY BOMFIM SANTANA SANTOS - SALVADOR/BA

15 EDIVANE BARBOSA ROCHA - SALVADOR/BA

16 JOSE JORGE DA PAZ RIBEIRO - NAZARE/BA

17 CRISTIANE NUNES BARBOSA - SALVADOR/BA
18 VINICIUS RIBEIRO DE SANTANA - SALVADOR/BA
19 THIAGO LUIS SANTOS VALVERDE - SANTO AMARO/BA
20 GILMAR DE ANDRADE NEVES - CANSANCAO/BA
21 SOLANGE RODRIGUES SANTANA - SALVADOR/BA
22 JOANNA MARIA DA CUNHA DE OLIVEIRA SANTOS NEVES - TEIXEIRA DE FREITAS/BA
23 EDSON CARLOS DA SILVA SANTOS - SALVADOR/BA
24 VIVIANE KAROLINE SILVA SANTOS - SALVADOR/BA
25 ISRAEL RAMOS GALDERISI - CAMACARI/BA
26 ROSELICE SOUZA DOS SANTOS - SALVADOR/BA
27 MARLY GONÇALVES ALBUQUERQUE - SALVADOR/BA
28 CLAUDIO FERREIRA DA SILVA - SALVADOR/BA
29 SALVADOR CONCEIÇÃO DOS REIS - SALVADOR/BA
30 SILVIA RENATA GUIMARÃES ROSÁRIO - SALVADOR/BA
31 EDILTON BALBINO BISPO DOS SANTOS - SALVADOR/BA
32 BARBARA REJANE CERQUEIRA DA SILVA - SALVADOR/BA
33 NILSETE REIS GOMES - ARAMARI/BA
34 VICENTE GONÇALVES XAVIER - TEIXEIRA DE FREITAS/BA
35 ROGERIO COUTO - CAMACARI/BA
36 JOSE FERNANDO COSTA - ILHEUS/BA
37 ROGÉRIO MATEUS DOS SANTOS - TEIXEIRA DE FREITAS/BA
38 LUIS HENRIQUE MARTINS SANTOS - SALVADOR/BA
39 ZIVALDA SÁ TELES RIBEIRO - SALVADOR/BA
40 RICARDO ALBERTO PLÁCIDO FERRAZ - VITORIA DA CONQUISTA/BA
41 ORLANDO DE ALMEIDA REIS - SALVADOR/BA
42 VALTENIRA DA MATTA ALMEIDA - SALVADOR/BA
43 SILAS ANUNCIACAO SANTOS - TEIXEIRA DE FREITAS/BA
44 MIRIAM PEREIRA RAMOS - SALVADOR/BA
45 CELSO BRITTO DE NORA - ITABUNA/BA
46 RAIKA ROCHA DA SILVA FIGUEIREDO - SANTO ESTEVAO/BA
47 RAIMUNDO SILVA DE ALMEIDA - SALVADOR/BA
48 ANFRISIA MARIA SAMPAIO SANTOS - LAURO DE FREITAS/BA
49 TEREZA CRISTINA ALMEIDA GASPARELLO - FEIRA DE SANTANA/BA
50 SALVELINA PACHECO DA SILVA - SALVADOR/BA
51 PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA FERREIRA - SIMOES FILHO/BA
52 TEREZA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS - SALVADOR/BA
53 DINALVA VIEIRA NUNES LORENZO - SALVADOR/BA
54 RICHARD LINCONT MOREIRA ANTUNES - SALVADOR/BA

55 NEILANDIA SOUZA DE JESUS OLIVEIRA - SANTO ANTONIO DE JESUS/BA
56 MARTA GÓMEZ GUIMARÃES D AFONSÊCA - SALVADOR/BA
57 EDVALDO COSTA DA SILVA JÚNIOR - SALVADOR/BA
58 MILEIDE DOS SANTOS FERREIRA - SAO FELIPE/BA
59 FABIO ROGERIO JESUS DE SOUZA - SALVADOR/BA
60 LEINA GOMES SANTOS PINTO - AMELIA RODRIGUES/BA
61 MARCOS CÉSAR ALENCAR DE LIMA - AMELIA RODRIGUES/BA
62 IONE FERREIRA DOS REIS - SIMOES FILHO/BA
63 JOSIMARA SANTOS GIRU - SALVADOR/BA
64 ALEXSANDRA FONSECA DA SILVA - SALVADOR/BA
65 CARLINDO DE SANTANA - SALVADOR/BA
66 VALDOMIRO GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR - SALVADOR/BA
67 FABÍOLA SANTOS DE JESUS - VITORIA DA CONQUISTA/BA
68 CARLITO MATTOS VIEIRA - SALVADOR/BA
69 MARIA LUCIA SACRAMENTO DOS SANTOS - SALVADOR/BA
70 DALILA DA SILVA OLIVEIRA - SALVADOR/BA
71 ELCI MOREIRA GOMES - SALVADOR/BA
72 RITA CORREIA DOS SANTOS - SALVADOR/BA
73 GILSON FERNANDES SOARES - GUANAMBI/BA
74 MARCELO LESSA SANTOS - SALVADOR/BA
75 DANIEL SANTOS COUTO - SALVADOR/BA
76 MARCOS AUGUSTO VASCONCELOS ALMEIDA - LAURO DE FREITAS/BA
77 EDILENE SILVA SANTOS - BOM JESUS DA LAPA/BA
78 DIEGO BATISTA CAMPOS - SALVADOR/BA
79 ANDREA NOGUEIRA FERNANDES - JEQUIE/BA
80 MOACIR FREITAS BORGES - LAURO DE FREITAS/BA
81 MANOEL NASCIMENTO BARBOSA - SALVADOR/BA
82 DAVI SILVA MARTINE DE CASTRO - SALVADOR/BA
83 MATILDE DE SANTANA - SALVADOR/BA
84 ADELSON DE OLIVEIRA SANTOS - CAMACARI/BA
85 DANILO BURI CALDAS - SALVADOR/BA
86 ANA PAULA ALCANTARA DO NASCIMENTO - SALVADOR/BA
87 ARGONIO CARVALHO ABADE - SALVADOR/BA
88 ISANIL LIMA ALVES - SALVADOR/BA
89 BÁRBARA CRISTINA GONZAGA MACHADO - SALVADOR/BA
90 CLEIDSON DOS SANTOS BATISTA - SALVADOR/BA
91 RAIMILE SILVA ANDRADE - PORTO SEGURO/BA

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 21/07/2020	



NOTA PREMIADA BAHIA ESTÁ DE VOLTA COM 91 GANHADORES



admin 21 Julho, 2020

O sorteio que marcou a volta da campanha Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, contemplou moradores de 22 municípios baianos. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante que mora no bairro do Costa Azul, em Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil tiveram ganhadores da capital e de outras 21 cidades. A premiação divulgada nesta segunda-feira (20) é a primeira após interrupção temporária entre março e junho, devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados.

A relação de ganhadores está disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e também nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba. A capital baiana, que reúne o maior número de participantes inscritos na campanha e de estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), também teve em julho maior proporção de ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil: ao todo, 53 contemplados.

Outros 37 sorteados moram no interior. Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas são os municípios campeões desta vez, com cinco ganhadores cada. Em seguida vêm Camaçari, com quatro contemplados, e Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Simões Filho e Amélia Rodrigues, cada qual com dois sorteados. A lista é completada por treze municípios com um sorteado cada: Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Cansanção, Aramari, Itabuna, Santo

Estevão, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

Veículo: Jornal da Mídia	
Data: 20/07/2020	Caderno: --



Nota Premiada Bahia: sorteio contemplou moradores de 22 municípios.

por [Redação](#)

[20/07/2020](#)



O sorteio que marcou a volta da campanha Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, contemplou moradores de 22 municípios baianos. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante que mora no bairro do Costa Azul, em Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil tiveram ganhadores da capital e de outras 21 cidades. A premiação divulgada nesta segunda-feira (20) é a primeira após interrupção temporária entre março e junho, devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados.

A relação de ganhadores está disponível nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba. A capital baiana, que reúne o maior número de participantes inscritos na campanha e de estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), também teve em julho maior proporção de ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil: ao todo, 53 contemplados.

Outros 37 sorteados moram no interior. Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas são os municípios campeões desta vez, com cinco ganhadores cada. Em seguida vêm Camaçari, com quatro contemplados, e Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Simões Filho e Amélia Rodrigues, cada qual com dois sorteados. A lista é completada por treze municípios com um sorteado cada: Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Cansanção, Aramari, Itabuna, Santo Estevão, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de

acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Desta vez, o resultado teve como base o sorteio realizado na noite de sábado (18). Neste mês de julho, e ainda em agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume. Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Boca de Forno News	
Data: 20/07/2020	Caderno: --



Nota Premiada Bahia está de volta com 91 ganhadores de 22 municípios

Jul 20, 2020 Reginaldo Junior



O sorteio que marcou a volta da campanha Nota Premiada Bahia, do Governo do Estado, contemplou moradores de 22 municípios baianos. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante que mora no bairro do Costa Azul, em Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil tiveram ganhadores da capital e de outras 21 cidades. A premiação divulgada nesta segunda-feira (20) é a primeira após interrupção temporária entre março e junho, devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados.

Outros 37 sorteados moram no interior. Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas são os municípios campeões desta vez, com cinco ganhadores cada. Em seguida vêm Camaçari, com quatro contemplados, e Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Simões Filho e Amélia Rodrigues, cada qual com dois sorteados. Completam a lista 19 municípios com um sorteado cada: Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Cansanção, Aramari, Itabuna, Santo Estevão, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Desta vez, o resultado teve como base o sorteio realizado na noite de sábado (18).

Neste mês de julho, e ainda em agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de apenas retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal. Desta forma, a Nota Premiada Bahia voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume. As compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Entidades filantrópicas

A Nota Premiada possui atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para essas entidades.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Andaiá.com.br	
Data: 20/07/2020	Caderno: --



BAHIA

Nota Premiada Bahia está de volta com 91 ganhadores de 22 municípios

O sorteio que marcou a volta da **campanha Nota Premiada Bahia**, do Governo do Estado, contemplou moradores de 22 municípios baianos. O prêmio de R\$ 100 mil foi para um participante que mora no bairro do Costa Azul, em Salvador. Já os 90 prêmios de R\$ 10 mil tiveram ganhadores da capital e de outras 21 cidades. A premiação divulgada nesta segunda-feira (20) é a primeira após interrupção temporária entre março e junho, devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados.

A relação de ganhadores está disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e também nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba. A capital baiana, que reúne o maior número de participantes inscritos na campanha e de estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e), também teve em julho maior proporção de ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil: ao todo, 53 contemplados.

Outros 37 sorteados moram no interior. Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas são os municípios campeões desta vez, com cinco ganhadores cada. Em seguida vêm Camaçari, com quatro contemplados, e Ilhéus, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Simões Filho e Amélia Rodrigues, cada qual com dois sorteados. A lista é completada por treze municípios com um sorteado cada: Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Cansanção, Aramari, Itabuna, Santo Estevão, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Porto Seguro.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal. Desta vez, o resultado teve como base o sorteio realizado na noite de sábado (18). Neste mês de julho, e ainda em agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu "Minha Conta", escolher a opção "Bilhetes". A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Entidades filantrópicas

A Nota Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

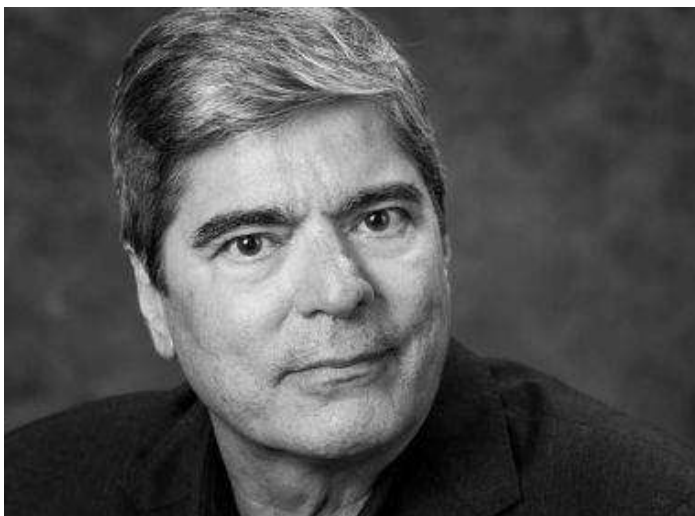
Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 20 de Julho de 2020 - 19:55

Empresas baianas precisarão de apoio fiscal para a retomada sustentável

por **Carlos Sergio Falcão**



Nesses próximos dias muitas empresas estarão retomando as suas atividades, com responsabilidade e cuidados extras. Para milhares de empresários baianos foram quatro meses fechados, ou quase, com perdas consideráveis de receitas e sucessivas dificuldades de caixa. Os bancos, que poderiam ter sido uma tabua de salvação, com raras exceções, se limitaram a fazer mais do mesmo, e as dificuldades para obtenção de crédito continuam sendo uma constante.

O **governo do Estado** e a prefeitura de Salvador deram ao Brasil um exemplo de relacionamento institucional, com ações orquestradas e bem-sucedidas no combate a pandemia. Com certeza muitas vidas foram salvas com medidas na área da saúde, focadas na ciência, e graças a isso, o desastre não foi, ainda maior. Tenho a convicção que a ampla maioria do empresariado baiano reconhece o êxito dos nossos gestores no combate a pandemia.

Porém, essa retomada nem de longe representará a solução para essas empresas. O caminho será árduo e com muitas incertezas. As dúvidas em relação ao faturamento futuro, a obrigatória redução de clientes, o aumento de despesas com as novas normas de segurança, e as dívidas com tributos e fornecedores que se acumularam, serão desafios diários que deverão ser vencidos por aqueles que, como eu, acreditam no empreendedorismo.

Para vencer esses desafios o empresariado baiano precisará de apoio. Será fundamental que os entes públicos tributantes tenham sensibilidade para entender as dificuldades das empresas, em alguns setores mais que em outros, e que tenham sabedoria para separar o joio

do trigo, o sonegador do empresário honesto, mas com dívidas fiscais geradas durante a pandemia. Esses empresários não devem ser punidos por terem sido parceiros do Estado e da Prefeitura, colocando em risco a sobrevivência do seu negócio e a subsistência da sua família, cumprindo o #fiqueemcasa.

Sabemos das dificuldades do Estado e das prefeituras com a **queda de arrecadação**, mas também sabemos que essas perdas foram parcialmente supridas pelas diversas medidas do governo federal como suspensão dos parcelamentos e recursos emergenciais. Da mesma maneira que nós empresários mudamos conceitos e exercemos a nossa solidariedade para manter nossas empresas vivas, é indispensável que o poder público tenha a criatividade para, de forma verdadeira, enxergar os empresários como parceiros, que nesse momento não precisam de mais cobranças, mas sim de ajuda. Também sabemos da dificuldade para concessão de remissão ou perdão, mas precisamos de prorrogações e parcelamentos, sem multas punitivas e para pagamento em prazos compatíveis com o cenário atual.

Esse é o momento certo para que o governo do Estado da Bahia e a prefeitura de Salvador, mudem paradigmas, façam concessões criativas, abracem os seus empresários. Deem as nossas empresas o folego que elas precisam para voltar a produzir, apostem no nosso sucesso. Tenham certeza que breve voltaremos a crescer, a gerar emprego e renda, e a pagar os parcelamentos concedidos. Confiam em nós!

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 21/07/2020	Página: A2

Lojistas propõem critérios para testes

A Federação do Comércio do Estado da Bahia (Fecomércio) teve atendido seu pedido à Câmara de Vereadores e à prefeitura de Salvador para encontrar-se uma "solução alternativa" à obrigatoriedade da testagem de coronavírus a cada 21 dias.

O método inicial referente à proteção dos comerciários dos shoppings é tido como ineficaz pelos lojistas, porque se o colaborador apresentar sintomas após as três semanas, por exemplo, no 24º dia, teria de ser testado outra vez.

Por causa desta aritmética hesitante, os comerciantes pediram a adoção de "critérios objetivos para a testagem", tomando como base a apresentação de sintomas da doença. A solicitação foi prontamente atendida pela prefeitura, conforme consta no Decreto Municipal nº 32.589, publicado na edição de sábado, dia 18, no Diário Oficial.

– A Fecomércio-BA apoia a adoção dos protocolos de segurança exigidos pelo poder municipal e órgãos de saúde pública, como o horário de funcionamento reduzido, distanciamento social, o uso de máscaras e a disponibilização de álcool em gel

a 70% nos estabelecimentos comerciais – afirma o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade.

Para Andrade, a fase 1 da reabertura econômica acontecerá de forma segura e os lojistas contam com o apoio da sociedade no cumprimento dos protocolos.

A prefeitura, por sua vez, estabelece que os shoppings deverão implantar estrutura para realização de testes e orientação aos trabalhadores ou lojistas com sintomas compatíveis com a Covid-19. Caso os trabalhadores, inclusive terceirizados, apresentem sintomas ou temperatura igual ou superior a 37,5 graus centígrados, deverão ser encaminhados às estruturas de atendimento em saúde para realizar o teste.

COVID-19 No último domingo, índice de ocupação de leitos de UTI atingiu 75% e o esperado é que siga assim por cinco dias

PRIMEIRA FASE DO PLANO DE RETOMADA DEVE COMEÇAR NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA

BRUNO BRITO*

Momento tão aguardado pelos diversos setores da economia de Salvador, a flexibilização das medidas restritivas com a reabertura dos shoppings e grandes lojas deve ocorrer na próxima sexta-feira. E que, na tarde do último domingo, o índice de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes com a Covid-19 atingiu 75%, percentual necessário para o início da fase 1 de reabertura das atividades econômicas.

Para isso, o percentual precisa permanecer neste patamar ou menor, por pelo menos cinco dias consecutivos.

O índice foi atingido após a oferta de novos leitos de UTI, conforme explicou o prefeito ACM Neto, na manhã de ontem, durante a inauguração da Unidade de Saúde da Família (USF) Antônio Neiva, no Arraial do Retiro.

De acordo com o gestor, a expectativa é que esse número caia ainda mais, com a oferta de novos leitos, como os dez que começam a funcionar hoje no Hospital Sagrada Família.

Nos últimos dias, foram abertos também 10 leitos de UTI exclusivos para Covid-19 no Hospital Municipal de Salvador.

"E vamos abrir outros dez no Hospital Salvador nos próximos dias. Todo esse esforço deu condições de nos aproximarmos do início da fase 1 de retomada, o que, se tudo der certo, será na próxima sexta", disse Neto.

Nesta primeira fase, seguindo os protocolos já determinados pela prefeitura, serão reabertos shoppings, centros comerciais, comércio de rua acima de 200 metros quadrados, templos religiosos e igrejas, além de eventos culturais em sistema drive-in, mediante autorização prévia.

No caso de shoppings e centros comerciais, por exemplo, algumas atividades seguirão sem funcionar, como os salões de beleza.

"Nos nossos protocolos está previsto que nessa primeira fase as pessoas não



Prefeito ACM Neto alerta que o sucesso da primeira fase só será alcançado com o apoio de toda a população

Shoppings, centros comerciais, comércio de rua acima de 200m², templos e eventos drive-in serão reabertos

poderão provar roupa nas lojas. Em relação aos salões de beleza em shoppings, não poderão funcionar. Já bar e restaurante nesses locais, apenas em formato delivery ou para retirada", explicou ACM Neto.

Ele explicou ainda que o sucesso desta primeira fase só será alcançado mediante o apoio de todos, seja pelo cumprimento individual das recomendações ou denunciando irregularidades. "É fundamental que todos

contribuam fazendo sua parte. Só assim poderemos fazer essa retomada com segurança. Só assim não teremos problemas depois", afirmou.

Entrega

Durante a manhã de ontem, a prefeitura entregou a Unidade de Saúde da Família (USF) Antônio Ribeiro Neiva, que reforçará o combate ao coronavírus no bairro do Arraial do Retiro.

Integrando o programa

Salvador Protege, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a estrutura vai auxiliar na área da atenção básica para ajudar na identificação, acompanhamento e encaminhamento dos casos de Covid-19.

O local contou com investimento de R\$ 1,4 milhão e terá capacidade para atender 650 pessoas por dia.

A unidade conta ainda com dois pavimentos, oito consultórios médicos e qua-

tro odontológicos, além de farmácia, recepção e salas de coleta, vacina, procedimentos e de atividade administrativa.

De acordo com o secretário da SMS, Leo Prates, a unidade é a 11ª estrutura de saúde entregue desde o início da pandemia, no mês de março. "Isso mostra todo o esforço que vem sendo feito pela prefeitura", disse.

Além de unidades de saúde de família, também foram entregues uma UPA (Santo Antônio), gripários, hospitais e leitos de UTI.

"Estamos atuando nos três níveis da saúde, ou seja, na atenção primária, média e alta, para cuidar da vida da população", destacou o titular da SMS.

Entre os serviços que serão oferecidos estão os de curativo, coleta de material para exames laboratoriais, vacinação, marcação de consultas de outras especialidades e exames, além da distribuição de equipamentos e emissão da primeira e segunda via do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Medidas

Atualmente, em sete regiões da cidade, as medidas restritivas da prefeitura permanecerão em curso, mesmo em caso de início da fase do plano de retomada. Nesses bairros, os decretos seguem até amanhã. Segundo o prefeito, até amanhã haverá o anúncio sobre quais serão os focos de atuação da gestão municipal. Ele sinalizou ainda, a preocupação com o bairro de Cajazeiras.

"Estamos hoje, simultaneamente, em sete regiões da cidade. E até amanhã vamos decidir o nosso foco de atuação nesta semana. Uma região começou a me preocupar muito, que seguia de forma controlada, que foi a região de Cajazeiras, Fazenda Grande do Retiro", disse ACM Neto. Atualmente, os bairros de Águas Claras, Castelo Branco, Fazenda Coutos, Coutos, Itapuã, Liberdade e Nordeste de Amaralina estão sob medidas restritivas.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

A TARDE

O jornal de toda Bahia

MARJORIE MOURA

Líder em geração de energia eólica no Brasil desde maio último, quando já detinha 34% (1.230 MWh) da produção nacional, a Bahia terminou o primeiro semestre com seis novos parques em atividade comercial. Caititu 2 e 3, Corrupião 3, Carcará e Ventos de São Januário 20 e 21 são empreendimentos localizados nos municípios de Pindaí e Campo Formoso, respectivamente a 726 km e a 401 km de Salvador -, aumentando para 171 o número de equipamentos em funcionamento distribuídos por 20 cidades do estado.

De acordo com dados do Informe de Energias Renováveis da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), há atualmente na Bahia 54 parques eólicos em construção, e outros 70 prestes a ser construídos. A previsão é que injetem R\$ 13,2 bilhões em investimentos no estado e gerem 53,2 mil empregos diretos e indiretos. Já no setor solar fotovoltaico, 44 parques estão prestes a começar a construção, com investimentos previstos na ordem de R\$ 6 bilhões, e possível abertura de 21,2 mil postos de trabalho na fase de construção dessas usinas. Com os novos parques, a Bahia pode alcançar 1,6 GW de potência instalada em energia solar até 2024, e 7 GW de potência instalada, em eólica, até 2025.

O potencial eólico do território baiano contribui para a atração de investimentos R\$ 16,5 bilhões desde 2012. Os empreendimentos foram responsáveis pela produção de 4750.311,04 MWh de energia elétrica entre janeiro e maio deste ano, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O secretário de Infraestrutura da Bahia, Marcus Cavalcanti, comemora o avanço do setor no estado. "As fontes renováveis são responsáveis por

cerca de 90% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no território baiano. Até o fim de 2020, mais dois empreendimentos eólicos entrarão em atividade no município de Campo Formoso. Os novos parques são Ventos de São Januário 04 e 22 e vão contribuir para a consolidação da produção energética do estado".

"A Bahia tem se tornado uma locomotiva de desenvolvimento no país, e o setor de energias renováveis é um dos responsáveis por este cenário. Além da liderança nacional no setor, parques eólicos e solares, que estão em operação no estado, já criaram mais de 55,5 mil empregos diretos na fase de construção. Além de gerar emprego e renda nos municípios e ter transformado a paisagem no semiárido baiano, a energia renovável não polui e ajuda a diversificar a matriz elétrica do país", diz o vice-governador João Leão, titular da SDE.

A Bahia também permanece em primeiro lugar no ranking da geração solar no país, detendo 29% (133,481 MW) da produção de energia fotovoltaica, com 31 empreendimentos em funcionamento, nos quais foram aplicados R\$ 4 bilhões por empresas do setor nos últimos oito anos.

Período seco

De acordo com o ONS, os parques instalados em oito municípios produziram 718.247,04 MWh de energia elétrica de janeiro até maio de

Potencial eólico baiano já contribuiu para atração de R\$ 16,5 bi em investimentos

ENERGIA EÓLICA Estado é líder em geração no país desde o mês de maio

BAHIA TEM SEIS NOVOS PARQUES EM ATIVIDADE COMERCIAL



Com as novas estruturas, subiu para 171 número de aparelhos em funcionamento

2020, 30,9% do valor gerado pela fonte solar fotovoltaica no Brasil, e teria capacidade de atendimento para cerca de 880 mil residências.

Dados preliminares do boletim InfoMercado, divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), mostram que, em abril, as usinas eólicas no país registraram aumento de cerca de 17% na geração de energia, na comparação com o mesmo mês no ano passado.

Em 2020, a fonte foi responsável pela produção de 4.341 MW médios, contra 3.704 MW médios de 2019.

A fonte solar também apresentou avanço no período de 41%, para 680 MW médios. A chegada do período seco e a ampliação da capacidade instalada eólica e solar explicam o comportamento das fontes no mês, explica Carlos Dornellas, gerente da área de Segurança de Mercado & Informações da CCEE.

A pandemia de Covid-19 provocou redução no consumo de energia elétrica no país por grandes setores como a indústria e o comércio. Entretanto, o Ministério de Minas e Energia tem previsões que indicam um crescimento significativo do consumo de energia elétrica superior a 4%.

Este ano, entretanto, a maior parte dos ramos de atividade apresentou quedas representativas no consumo de energia no mercado livre. As maiores retrações foram dos setores de veículos (66,2%), têxteis (47,6%), bebidas (34,2%) e serviços (32%).

Porém os segmentos em que o consumo cresceu foram os de saneamento (23,2%) e alimentício (3,1%), percentuais diretamente vinculados à migração de consumidores para o mercado livre. Expurgado o efeito da migração, verifica-se leve crescimento do consumo somente do ramo de saneamento, de 0,4%.

'Despesas vão continuar e até aumentar', diz Souto



RAPHAEL SANTANA

A pandemia da Covid-19 (novo coronavírus) provocou um déficit de R\$ 240 milhões aos cofres públicos de Salvador, somente até o mês de junho. Em meio às incertezas naturais causadas pela crise, é possível vislumbrar quando será possível recuperar este déficit?

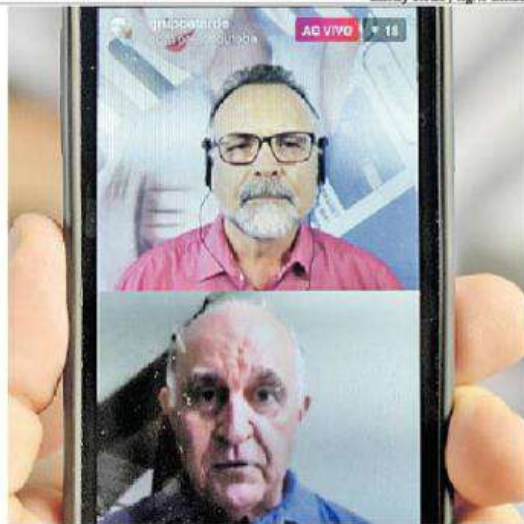
Para o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, ainda é preciso observar as contas do mês de julho para saber sobre uma possível recuperação, uma vez que, no fim de março, as perdas foram de R\$ 11 milhões; R\$ 46 milhões, em abril; R\$ 79 milhões, em maio; e R\$ 31 milhões, em junho.

"Perdemos R\$ 169 milhões em receitas próprias da prefeitura na pandemia, o que representa aproximadamente 19% em relação ao mesmo período do ano pas-

sado. Não tenho a segurança de que esta redução [observada em junho] vá continuar. Certeza que as despesas vão continuar e até aumentar", afirmou em entrevista ao programa Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, na manhã de ontem.

Educação

O secretário disse que, mesmo com as perdas na arrecadação, não houve "prejuízo para a população". De acordo com ele, a prefeitura deixou de fazer novos investimentos, mas ficaram assegurados aqueles projetos que já estavam em andamento com recursos próprios. "A área da educação foi bastante prejudicada, por causa da necessidade de a prefeitura interromper as atividades no período. Mas estão mantidas normalmente as áreas de iluminação e limpeza urbana. Precisamos ter prudência, porque o essencial é não ter o limite de gastos para aqueles gastos que são essenciais, na saúde e promoção social para assistir a população



O secretário da Fazenda durante a entrevista ontem

mais carente", afirmou.

Quando questionado sobre a possibilidade de dispensar o pagamento de impostos, Paulo Souto foi categórico. "De R\$ 8 milhões e R\$ 9 milhões por mês que a prefeitura, neste período, deixou de arrecadar para melhorar a situação de empresas do Simples Nacional. Do ponto de vista de dispensa de pagamento de impostos, a prefeitura não co-

gita, mesmo porque é uma situação de fragilidade".

Segundo o secretário, o setor de serviços foi o mais prejudicado nesta pandemia, o que afeta diretamente na atividade econômica e na arrecadação. "É triste dizer isso, mas Salvador é normalmente uma cidade de nível de atividade econômica baixo, e que foi muito atingida em alguns setores".

Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Banco do Brics aprova recursos para o Brasil

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Em uma operação inédita, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, do nome em inglês New Development Bank), formado pelos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), aprovou financiamento, no valor de US\$ 1 bilhão, para o Programa Auxílio Emergencial do governo brasileiro.

Os recursos deverão ser usados no combate à Covid-19 e seus impactos socioeconômicos no país. O anúncio foi feito ontem pela direção do NDB.

O financiamento vai beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas. Criado em razão da pandemia do novo coronavírus, o Programa Auxílio Emergencial inclui famílias de baixa renda, trabalhadores informais e desempregados.

A renda básica oferecida pelo programa contribuirá para que famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso a comida, medicamentos e produtos de higiene, fundamentais à contenção da pandemia, explicou o NDB.

Com os recursos do banco do Brics, o empréstimo total ao Brasil, incluindo financiamentos feitos também por outros cinco bancos multilaterais e agências internacionais de desenvolvimento, chega a US\$ 4 bilhões que deverão ser aplicados, em programas sociais, programas de integração com políticas públicas de saúde, educação e emprego, considerados mitigadores dos impactos do coronavírus.

Fortalecimento

O presidente do NDB, Marcos Troyjo, reforçou que "a operação emergencial do NDB para o Brasil contribuirá para fortalecer mecanis-

mos de proteção social e enfrentar impactos socioeconômicos da pandemia, particularmente sobre a população mais vulnerável".

Troyjo acrescentou que a operação também marca importante conquista do governo brasileiro e do NDB na colaboração com outros bancos multilaterais e agências de desenvolvimento, que uniram esforços para combater a Covid-19 no país.

Fazem parte dos esforços o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Agência Francesa de Desenvolvimento (ADF) e o banco de desenvolvimento estatal alemão (KfW).

Mais sete projetos

Essa é a quarta operação emergencial do NDB para apoiar países-membros a atenuar impactos do novo coronavírus. Já foram concedidos financiamentos semelhantes à China, Índia e África do Sul.

Com esse novo financiamento ao Brasil, a carteira de projetos aprovados pelo NDB no país, desde sua criação, em 2014, totaliza US\$ 2,55 bilhões.

Mais sete projetos no país estão em análise pelo NDB e deverão ser aprovados até o final deste ano, representando financiamentos adicionais de US\$ 2 bilhões.

Financiamento no valor de US\$ 1 bilhão vai para programa de auxílio emergencial

PRUDUÇÃO Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) deve votar esta semana projeto de lei que institui a Bahiainsulina

Bahia pode ser autossuficiente em insulina

VÍTOR CASTRO*

Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) deve votar esta semana o projeto de lei que deve instituir a Companhia Baiana de Insulina (Bahiainsulina), que abre precedente para a produção deste e outros medicamentos e para a comercialização com mercados interno e externo.

O equipamento, que de acordo com o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, será o primeiro do país a produzir insulina e, quando em funcionamento, deixará de lado a necessidade de importação. Com um custo de R\$ 200 milhões subsidiados por uma empresa privada, por meio de licitação, o projeto é bem visto por especialistas, que ressaltam a importância do hormônio para os portadores do diabetes.

Caso seja aprovado, o projeto - que está sendo elaborado há três anos em parceria com a empresa ucraniana Indar - será promulgado pelo governador Rui Costa e, a partir daí, haverá um chamamento às empresas parceiras. Estas, junto à Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos (Bahiafarma), tocarão o projeto. Ao A TARDE, Vilas-Boas diz que esses esclarecimentos foram feitos aos deputados, e a expectativa é de que seja uma



Segundo o secretário de Saúde Fábio Vilas-Boas, equipamento será o primeiro do país a produzir insulina

"votação tranquila", disse.

De acordo com o secretário, a instituição da Bahiainsulina deve representar avanço na construção de um polo biotecnológico. "Será um benefício para todo país. O Brasil não tem uma fábrica de insulina. Na verdade, não existe no hemisfério sul uma fábrica de insulina. Toda ela é importada da Europa e dos Estados Unidos. Já temos a insulina mais barata do

mundo e vamos poder garantir que isso continue e permita ampliar o acesso para os pacientes diabéticos de todo Brasil", disse.

A expectativa do governo por meio da Bahiafarma - vinculada à Sesab - é que com a criação da Bahiainsulina o custo nacional com o medicamento - hoje disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) - seja reduzido, e o excedente da produção seja

escoado para os mercados privado e externo. "Poderíamos vender para o Ministério da Saúde a insulina através de uma licitação. A vantagem da PDP [Parceria para o Desenvolvimento Produtivo] é que garante um mercado durante 10 anos consecutivos. Mas se não tiver PDP com o Ministério, a gente vai disputar na licitação", disse.

De acordo com Vilas-Boas, pelo menos 12 milhões de

pessoas vivem com diabetes e necessitam da substância no país. A estimativa da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) é de que na Bahia 203,708 pessoas tenham a doença. Na capital são 13,323. Ontem, a reportagem de A TARDE entrou em contato com o Ministério da Saúde para saber onde é adquirida a insulina distribuída hoje pelo SUS, qual o investimento do país na compra do medica-

mento e quantas pessoas fazem uso da medicação, mas a pasta pediu um prazo de 24h a 48h para responder.

Tratamento

O médico endocrinologista e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Helder Ramos explica que o diabetes é caracterizado pela baixa produção de insulina pelo pâncreas. O hormônio, que reduz a taxa de açúcar no sangue, ajuda o corpo a levar a glicose do sangue para as células, que utilizam a substância como energia. De acordo com o especialista, a técnica que deve ser adotada pela Bahiainsulina para a produção do hormônio utiliza uma bactéria - Escherichia Coli - para produzir a substância e é eficaz porque resulta num hormônio muito semelhante com o produzido naturalmente.

Para ele, além da autossuficiência na produção da insulina, a expertise da fábrica poderá ser usado para produção de outros medicamentos. "Há outros hormônios que podem, a partir desse projeto, ser produzidos no futuro. Uma vez que detenhamos essa tecnologia, quem sabe poderemos produzir o IGH, o hormônio do crescimento, que usa o mesmo método do DNA recombinante. Temos pacientes que precisam tomar o hormônio por toda vida".

* SOB A SUPERVISÃO DE MEIRE OLIVEIRA

Guedes entrega proposta de reforma tributária

CONGRESSO O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, recebem hoje a proposta de reforma tributária do governo federal. O texto será entregue pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na Presidência do Senado, às 14h30. Guedes vai ao Congresso acompanhado do secretário especial da Receita Federal, José Tostes.

Desde 2019, o Congresso Nacional discute duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que buscam aperfeiçoar o sistema tributário nacional: a PEC 110/2019, do Senado federal, e a PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados.

As duas propostas têm em comum a previsão de extinção de diversos tributos que incidem sobre bens e serviços, que seriam substituídos por um só imposto sobre valor agregado (IVA).

ECONOMIA

MERCADO MELHORA PREVISÃO DO PIB PARA ESTE ANO

BOLETIM FOCUS A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 6,10% para 5,95%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há oito semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

As instituições financeiras consultadas pelo BC mantiveram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 1,72%, neste ano. Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%, há cinco semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente.

A previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 5.

Correio*

Caixa tem alta demanda em novos saques do FGTS

ABRIL A Caixa Econômica Federal admitiu ontem mais uma vez que a alta demanda pelo acesso às contas digitais causou intermitência nos aplicativos dos bancos. Na manhã de ontem, diversos trabalhadores foram às redes sociais reclamar que os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já haviam sido descontados do saldo, mas não apareciam para movimentação por meio do Caixa Tem. Segundo a Caixa, o problema já foi resolvido.

A procura foi grande porque ontem começou o pagamento do saque emergencial - de R\$ 1.045 - do FGTS para 4,9 milhões de trabalhadores nascidos em abril.

De acordo com a Caixa, o montante liberado para os nascidos no quarto mês do ano será de até R\$ 3,1 bilhões. O saque em espécie ou transferências, também dos aniversariantes de abril, estão liberados a partir de 5 de setembro. A liberação dos créditos para os nascidos em janeiro começou em 29 de junho, e os saques para esse grupo começarão em 25 de julho.

Como os saques em espécie nas agências do banco estão limitados devido à pandemia de covid-19, o acesso à conta digital é o úni-



Aplicativo da Caixa não aguentou a demanda na manhã de ontem e apresentou instabilidade

co meio de realizar pagamentos de contas e transferências. O Caixa Tem já havia mostrado instabilidade para conseguir atender os mais de 65 milhões de brasileiros que recebem o auxílio emergencial de R\$ 600 por mês do governo federal. Os usuários reclamam de longas filas de espera para conseguirem acessar suas contas e chegam a receber apenas a mensagem de que o sistema estaria indisponível.

No dia 6, a Caixa reconheceu a ocorrência de "intermitência momentânea" em alguns serviços do Caixa Tem, e creditou o problema à quantidade de acessos simultâneos no app. A Caixa lembrou que, além do saque emergencial do FGTS e do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEM), o banco já pagou mais de R\$ 121 bilhões do auxílio emergencial por meio do aplicativo.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 21/07/2020	Página:

Correio*

Câmara aprova ampliação de área de atuação da Codevasf

TRÊS ESTADOS A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que amplia a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Pelo texto, bacias do Amapá, Minas Gerais e Bahia foram incluídas no escopo da companhia.

A Codevasf é uma empresa pública que atua no desenvolvimento socioeconômico em regiões próximas a bacias hidrográficas. O projeto, por ter sido modificado, retornará para a análise dos senadores.

Foram incluídas no escopo da Codevasf, a bacia hidro-

gráfica do Rio Araguari e demais bacias dos Estados do Amapá. Do Estado de Minas Gerais, foram acrescentadas as bacias de Jequitinhonha, Mucuri e as dos municípios da região do Alto Rio Pardo. Além disso, também foi incluída a bacia do Rio de Contas, na Bahia.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A educação no meio do conflito

O dia de ontem foi de fortes emoções para quem acompanha o debate da educação brasileira. Na reunião de líderes, pela manhã, o deputado Arthur Lira (PP-AL) levou recado do governo, queria adiar a votação da PEC do novo Fundeb. O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) recusou e manteve o início da discussão com votação marcada para hoje. De tarde, no meio do debate em plenário, veio o pedido do Planalto para uma conversa. Suspensa a discussão. O ministro Luiz Eduardo Ramos, às 17h, estava na sala de Rodrigo Maia e a relatora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), foi chamada. Pouco depois das 18h, o governo cedeu e finalmente houve acordo. Mas por que toda essa aflição? Porque o executivo chegou na última hora na conversa e com uma proposta inaceitável.

A primeira ideia apresentada pelo Ministério da Economia, no fim da semana passada, era estranha pelo conteúdo, pela forma e pela hora. Era a reta final da negociação que começou em 2015. O Congresso quis discutir com tempo para evitar exatamente o atropelo, porque no final de 2020 o fundo expira. E ele

é importante demais para a educação em milhares de municípios.

O Congresso passou o dia de ontem negociando. No acordo, os parlamentares aceitaram fazer pequenos ajustes e, no texto final, dar destaque à importância da educação infantil, o que já seria mesmo feito. De noite, a torcida era para que não houvesse novos sustos.

A proposta que o Congresso construiu – e que o Ministério da Economia tentou atropelar – foi resultado de uma lenta costura entre todas as correntes políticas. A imprensa acompanhou, os especialistas explicaram. Em 2018, a intervenção no Rio paralisou a tramitação de todas as emendas constitucionais. Em 2019, com o governo novo esperava-se algum interesse. Mas o Ministério da Educação se re-

cusou a participar. O Ministério da Economia avisou que era inaceitável a ideia do Congresso que, naquela época, era de aumentar de 10% para 40% a participação da União. A elevação ficou então de 10% para 20%. E escalonada. Mas o governo seguiu ausente das discussões. Ontem negociava-se um pequeno aumento nesse percentual.

Em janeiro deste ano, o então ministro Abraham Weintraub, em entrevista, anunciou que o governo preparava um projeto inteiramente novo. A PEC estava para ser votada. Causou a maior confusão, e ele nunca mandou a tal proposta. Agora, de novo, em cima da hora de votar, o Ministério da Economia apresentou a ideia de tirar 5 pontos percentuais da elevação da participação do governo. Es-

se dinheiro iria para um programa de ajuda a famílias pobres com crianças em idade pré-escolar, através de um auxílio-creche.

É um erro técnico de gestão de contas públicas tirar dinheiro de um fundo de educação para um programa de transferência de renda. O Ministério da Economia faz isso porque o dinheiro do Fundeb não entra na conta do teto de gastos. A proposta era ruim, desrespeitava o processo legislativo e embutia um absurdo: não haveria Fundeb em 2021.

O fundo nasceu no governo Fernando Henrique como Fundef. A engenharia fiscal era de que todos os entes federados contribuissem para uma distribuição melhor dos recursos de financiamento da educação. No governo Lula, foi ampliado para

incluir o ensino médio e virou Fundeb.

O governo Bolsonaro quis fazer um gol de mão e depois do tempo regulamentar. Tirar parte do dinheiro que ele terá que colocar a mais no Fundeb e levar para um projeto com o qual pretende substituir o Bolsa Família. Projeto que ele ainda nem formulou. Alguns economistas acham que o Brasil precisa gerir melhor os gastos com educação e não aumentar os recursos. A educação precisa de mais recursos e melhor gestão. E também é preciso que haja um Ministério da Educação, o que neste governo nunca houve até agora. Tomara que o ministro Milton Ribeiro se recupere logo da Covid-19 e tenha uma atitude diferente dos seus antecessores.

O ano que vem será difícil. É o pós-pandemia. Mais do que nunca o Fundeb será necessário para compensar a queda de arrecadação, para as obras nas escolas, para recuperar a educação dos mais pobres e dos municípios mais pobres do país. Será fundamental o entendimento entre os entes federados para o investimento na educação das crianças e jovens do Brasil. O novo Fundeb será um passo importante na direção certa.

Correio***24h****BRASIL**

12

Governo estuda cargos e gratificações para militares

EXECUTIVO O governo Jair Bolsonaro pretende criar duas categorias de cargos e gratificações no Executivo para ocupação exclusiva por militares, com remunerações maiores que os valores atuais. Oficiais que hoje recebem até R\$ 1.734,92 para exercer cargo de confiança na administração podem passar a ganhar até R\$ 6.991,73, mais de seis vezes o salário mínimo (R\$ 1.045), de acordo com minuta de medida provisória obtida pela Agência Estado.

Os praças, militares de patente mais baixa que têm reclamado do tratamento mais favorável dado pelo governo aos oficiais, também poderão receber gratificações de até

O texto permite que militares continuem sendo designados para cargos e funções destinadas a civis

R\$ 2.591,46, o equivalente a dois salários mínimos e meio. Os valores, segundo outro documento obtido pela reportagem, foram questionados internamente pelo Ministério da Economia, que viu "aumento significativo" nas remunerações.

Após editada, uma medida provisória tem vigência imediata, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias. O texto figura entre as prioridades de análise da Casa Civil, comandada pelo general da reserva Walter Braga Netto.

Na área econômica, a avaliação é a de que o calendário político "não está favorável" a uma proposta como esta em um momento no qual 13,7 milhões de trabalhadores tiveram contratos suspensos ou salários reduzidos em razão da crise do novo coronavírus.

O Ministério da Defesa informou, por sua vez, que o "estudo", iniciado antes da pandemia da covid-19, "não deve avançar" por causa da limitação para aumentos de despesa com pessoal, imposta até o fim de 2021 pela Lei Complementar 173, que selou o socorro financeiro a Estados e municípios e fixou a mesma proibição para os governos regionais. Técnicos do governo, porém, veem espaço para a edição da MP com os "penduricalhos" porque a reorganização não resultará em aumento líquido de despesa.

Além da reserva de vagas no Executivo, a proposta prevê que os militares possam acumular a remuneração integral dos cargos e funções com aquela recebida pelo posto ocupado na hierarquia militar. Na prática, poderão receber 100% de ambas.

Justiça nega prisão domiciliar para Sérgio Cabral

EX-GOVERNADOR Por unanimidade, o Órgão Especial do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) negou ontem pedido da defesa do ex-governador Sérgio Cabral para concessão de prisão domiciliar. Cabral está preso desde novembro de 2016.

Entre outras acusações, o

político já foi condenado por corrupção ativa. Teria pago propina ao ex-procurador-geral de Justiça Cláudio Lopes para que o agente público o blindasse em investigações do MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro).

A defesa do político argumentava que a prisão de Ca-

bral seria ilegal porque as acusações referem-se a supostos atos cometidos pelo ex-mandatário em 2012. Portanto, sem contemporaneidade que justifique o encarceramento. Os advogados também alegaram que o ex-governador corre risco de saúde.

*** IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NO SETOR (EM %)**

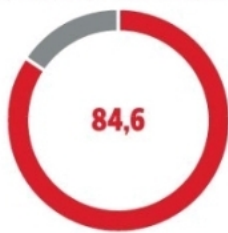
Fonte: Pesquisa dos Impactos da Pandemia Covid-19 no Setor, realizada pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur)

QUARTOS VAZIOS, VAGAS FECHADAS

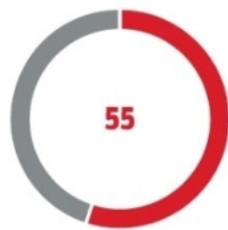
Turismo Pesquisa com empresários e guias baianos revela a intensidade da crise enfrentada pelo setor

Gabriel Amorim
REPORTAGEM
gabriel.amorim@redebahia.com.br

EMPRESAS DO SETOR TURÍSTICO QUE FECHARAM NA BAHIA COM A PANDEMIA



TOTAL DE DESEMPREGOS PROVOCADOS PELA SUSPENSÃO DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS



EMPRESÁRIOS COM QUEDA DE MAIS DA METADE DO FATURAMENTO



QUE MEDIDAS AS EMPRESAS ADOTARAM

ADOTARAM A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO PREVISTA NA MEDIDA PROVISÓRIA 936/2020



ADOTARAM A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO



A marca dos 120 dias de portas fechadas já foi ultrapassada. A Pesquisa dos Impactos da Pandemia Covid-19 no Setor, realizada pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), através do Observatório do Turismo, transformou em números as consequências provocadas pela pandemia do novo coronavírus. Segundo o levantamento, o índice de empresas de turismo que fecharam na Bahia é de 84,6%, e as demissões provocadas pela crise atingiram 55% dos trabalhadores da área.

A maioria das empresas que precisaram encerrar os trabalhos teria de buscar crédito para seguir funcionando e acabaram por dispensar seus funcionários - 76% delas, de pequeno porte, tinham até dez colaboradores.

A pesquisa foi realizada entre os meses de junho e julho e entrevistou, além de empresários do setor, guias de turismo. Para a grande maioria dos empresários (90%), houve redução do faturamento acima de 50% em relação ao mesmo período do ano passado. Existem empresas, no entanto, que estão sobrevivendo à crise com situações ainda piores. "São 120 dias parados, sem faturamento algum. Os hotéis que não fizeram demissões precisaram

•• São 120 dias parados, sem faturamento algum. Os hotéis que não fizeram demissões precisaram aderir a programas federais
Luciano Lopes
presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis na Bahia (ABIH-BA)

•• O turista precisa do hotel e também de atrações, passeios, shoppings, praias, bares e restaurantes. Sem isso, ele não vem
Sílvia Pessoa
presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação

aderir aos programas do governo federal", comenta Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis na Bahia (ABIH-BA).

Segundo dados da associação, no caso dos hotéis, a redução é de 61% no faturamento, quando se comparam os primeiros semestres de 2019 e 2020, e não há expectativa de melhora. "Para o segundo semestre, a estimativa é que o impacto seja ainda maior do que foi no primeiro semestre. Mesmo os hotéis que estão funcionando, a ocupação não tem chegado a 20% ao mês. É uma perda de faturamento muito grande", destaca Lopes. Ele ressalta que, atualmente, apenas 13% dos leitos de hotel da cidade têm sido ocupados mensalmente.

Os números da pesquisa realizada pela Setur mostram que grande parte do setor não espera bons resultados nos próximos meses. Para 47,5% dos entrevistados, a perspectiva é de que a retomada e normalização só aconteçam em 2021. O momento desta retomada, para eles, ainda é incerto: 39% dos empresários entrevistados afirmaram ter havido redução do faturamento acima de 50%, acreditam que o retorno em nível similar somente poderá acontecer no segundo semestre de 2021, enquanto 33% acreditam na retomada do nível ainda no primeiro semestre de 2021.

"O turista para vir pra cá precisa do hotel, mas precisa de atrações, passeios, shoppings, praias, bares e restaurantes. Mas com bares e restaurantes fechados e agências de viagem vendendo muito pouco, o turista não vem. Então, é um cenário de turismo parado há 120 dias, o que é muito prejudicial para o estado", destaca Sílvia Pessoa, presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (Febah).

Além dos hotéis, todos os 110 guias que participaram da pesquisa afirmaram ter parado por completo as atividades. Destes, 72,7% informaram não possuir outra fonte de renda. A maioria (75,6%) também precisou recorrer ao auxílio emergencial oferecido pelo governo federal. Para eles, a perspectiva de retornar está longe: 68,2% dos entrevistados acreditam que um retorno do faturamento ao normal só acontecerá entre o segundo semestre de 2021 e o início de 2022.

Para o secretário de turismo da Bahia, Fausto Franco, os números são um primeiro passo para planejar a melhor maneira de retomar as atividades. "Estes números comprovam o quanto o segmento foi impactado pela pandemia, mas, passada esta fase difícil, vamos trabalhar para promover a retomada da melhor maneira, com cautela e segurança, para que o turismo na Bahia volte a ser expressivo", afirma.

COM SUPERVISÃO DA SUBEDITORA CLARISSA PACHECO

Mata de São João planeja retomada gradual

A prefeitura de Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), publicou um protocolo para retomada das atividades econômicas, com segurança sanitária.

O plano orienta o funcionamento de setores como hotelaria, transporte, academias, bares, restaurantes e lanchonetes. Os trabalhadores deverão usar EPIs adequados. Quem faz parte dos grupos de riscos para covid-19 deve continuar afastado ou ser colocado em atividade sem contato com o público. Reuniões devem manter distanciamento mí-

nimo de 1,5 m - mesma distância nos estabelecimentos comerciais para os clientes.

Todos os locais devem oferecer álcool em gel ou pia com água e sabão. As lojas devem oferecer máscaras aos funcionários para que troquem no máximo a cada duas horas (se descartáveis) ou a cada quatro horas (de tecido). O termo de responsabilidade sanitária deve estar assinado e exposto nas lojas, assim como orientações sanitárias.

Segundo o documento, a abertura dos negócios deverá ser gradual.

•• Diante do inédito desafio e da constatação de que o segmento já sofreu consequências drásticas, pensamos em estratégias para que as atividades turísticas possam voltar ao normal com a máxima segurança e que nosso município continue com os baixos índices de contaminação
Marcelo Oliveira

Prefeito de Mata de São João, cidade que tem 286 casos confirmados de covid-19

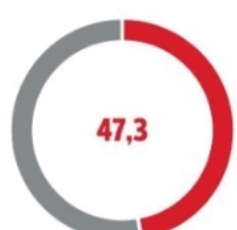
AFIRMARAM TER SIDO BENEFICIADOS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL



EXPECTATIVAS PARA RETOMADA E NORMALIZAÇÃO

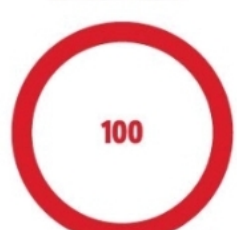


ACREDITAM QUE OCORRA NOS PRÓXIMOS SEIS MESES



SOBRE IMPACTO EM GUIAS TURÍSTICOS

FICOU SEM TRABALHAR NO SETOR DURANTE A PANDEMIA



NÃO TINHAM OUTRA FONTE DE RENDA



TIVERAM QUEDA ACENTUADA DO FATURAMENTO DURANTE A CRISE



Governo quer R\$ 6 bilhões do Fundeb para o setor privado

Proposta é usar recursos da ampliação do fundo para bancar 'voucher-creche'

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correiio24horas.com.br

O governo Bolsonaro quer parte dos recursos da ampliação do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -, criado para financiar o sistema público de ensino, para pagar um 'voucher-creche' para instituições privadas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, estima deslocar R\$ 6 bilhões do fundo, por ano, para esses pagamentos em benefício da rede privada. As informações são do jornal Folha de São Paulo.

Ontem deveria ocorrer a votação da PEC - Proposta de Emenda à Constituição - sobre a renovação do Fundeb na Câmara Federal. Mas, depois de uma reunião realizada ainda pela manhã, os líderes da Câmara decidiram adiar a votação para hoje.

Na sessão de ontem, a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da matéria, deveria ler seu parecer e iniciar os debates sobre a PEC, mas a análise do texto deverá ser retomada também nesta terça. O governo pediu mais tempo para elaborar uma proposta e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) decidiu acatar.

"Estamos analisando as propostas do governo. É bom que o governo esteja participando. Um ano e meio sem participação do governo, o texto está muito consolidado, tem muito apoio, mas isso não significa que não devemos ouvir o governo", disse Rodrigo Maia.

AUXÍLIO COMPLEMENTAR

Segundo a reportagem da Folha, o plano do Ministério da Economia é criar um auxílio de R\$ 250 que seria pago como adicional aos beneficiários do novo Bolsa Família, batizado de Renda Brasil. O programa social reformulado

ainda não foi oficialmente apresentado pelo governo.

O texto sobre o Fundeb que está pronto para a votação na Câmara amplia a complementação adicional da União ao fundo, de 10% para 20%. Em contrapartida entregue aos parlamentares, o governo tenta repartir esse aumento com o Renda Brasil. O Fundeb seria ampliado para 15% de maneira gradativa, e os 5% restantes iriam para o novo programa social do governo.

Ainda segundo o governo, o recurso não seria livremente usado no pagamento de benefícios assistenciais. Haveria uma espécie de carimbo para que a verba seja direcionada especificamente para o pagamento do 'voucher-creche'. Com esse recurso em mãos, o beneficiário poderia procurar uma creche particular para matricular o filho.

Pelos cálculos do governo, os 5% de recursos do Fundeb deslocados para o Renda Brasil representam cerca de R\$ 8 bilhões por ano. Estimativas do Ministério da Economia apresentadas à reportagem da Folha afirmam ser possível atender dois milhões de crianças com uma verba anual de R\$ 6 bilhões.

À Folha, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que a ideia do governo não desvia a finalidade dos recursos da educação e prioriza a formação na primeira infância. "Nós podemos dar um voucher-creche da ordem de R\$ 250 por mês, e nós eliminaríamos todo déficit de creches para essas crianças, com fortíssimo impacto no atendimento a essas famílias com crianças na faixa de 0 a 3 anos, que demandam creche e não são atendidas hoje".

TEXTO NA CÂMARA

O texto da PEC que está na Câmara não indica alternativa de financiamento para a educação em todo o ano de 2021. Pelo texto, a PEC valeria a partir de 2022. Entre as propostas do governo, está a mu-

dança do trecho referente ao pagamento de professores, limitando o percentual em até 70%, incluindo aposentadorias e pensões.

Segundo Rodrigo Maia, a proposta para o novo Fundeb está consolidada em 20% de complementação da União, que será escalonado pelos próximos seis anos. A proposta da relatora Dorinha prevê 12,5% de complementação em 2021, 15% em 2022, 16,5% em 2023, 18% em 2024, 19% em 2025 e 20% em 2026. Atualmente, o governo federal aporta no Fundeb 10% da contribuição total dos estados e municípios.

"Se o governo quiser fazer um outro programa para a educação dentro do Fundeb, dependendo da redação, pode ser aceito. Mas precisa ser para a educação. Temos que entender que política educacional já vem de alguns anos, incluindo educação de 0 a 3 anos. Não como no passado, em que se tratava crianças de 0 a 3 anos como política assistencial", disse.

INCONSTITUCIONAL

Parlamentares da bancada da Educação afirmam que o dispositivo para a criação do 'voucher-creche' é inconstitucional por destinar recursos públicos do Fundeb à instituições privadas.

"Dentro da política educacional, o foco é a educação, não pode ser diferente. Mas se o governo quiser complementar para que a educação tenha uma prioridade, que concordo que é o caminho correto, acho que é uma boa ideia. Mas como não é o foco do Fundeb, tem que ser algo complementar àquilo que já está muito consolidado ao percentual do Fundeb", argumenta Rodrigo Maia.

Segundo Professora Dorinha, o aumento da participação da União para 20% escalonado pelos próximos seis anos é uma forma de garantir o equilíbrio de "oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade".

FINANCIAMENTO

O Fundeb é a principal fonte de recursos da educação básica, respondendo por mais de 60% do financiamento de todo o ensino básico do país, etapa que vai do infantil ao ensino médio. O fundo é composto por percentuais das receitas de vários impostos. Atualmente, cerca de 40 milhões de estudantes da rede pública são atendidos pelos recursos do financiamento. "O Fundeb é a expressão do Pacto Federativo na educação", afirma a relatora deputada Dorinha.

Os recursos do Fundeb são distribuídos de forma automática, ou seja, não há necessidade de autorização ou convênios para sua destinação, e periódica, mediante crédito na conta específica de dos governos dos estados e dos municípios. A distribuição é realizada com base no número de alunos.

6 Nós podemos dar um voucher da ordem de R\$ 250 por mês, e nós eliminaríamos todo déficit de creches para essas crianças de 0 a 3 anos
Waldery Rodrigues

Secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia

60% de todo o financiamento da educação básica do país vem dos recursos do Fundeb

5% é o percentual que a proposta do governo quer deslocar do Fundeb para o programa de incentivo às creches privadas

2 milhões de crianças seriam atendidas, calcula ministério

Maia diz que ainda dá para ouvir propostas

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que ainda há espaço para ouvir o governo federal sobre a proposta de emenda à Constituição que torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permanente.

O presidente afirmou ainda que vai aguardar o texto alternativo do governo antes de começar a votação da matéria. Por se tratar de PEC, a matéria precisa ser aprovada por três quintos dos deputados, o que corresponde a 308 votos favoráveis, em dois turnos de votação na Câmara.

"Todo mundo está querendo votar o Fundeb e sair dessa votação com todos os deputados votando a favor. A gente precisa construir isso. Contanto que não saia do texto principal da Dorinha, não tenha divergência com o texto principal, vai depender muito dela, mas o ideal é que a gente possa avançar. Estamos conversando com o ministro Ramos, ele tem tido um bom diálogo conosco", disse Rodrigo Maia.

Ontem, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, se reuniu com líderes partidários para explicar a proposta do governo enviada aos parlamentares desde o sábado, 18. O texto sugere que a PEC entre em vigor em 2022.

MARYANNA OLIVEIRA / CÂMARA FEDERAL



6 Todo mundo está querendo votar o Fundeb e sair dessa votação com todos os deputados votando a favor
Rodrigo Maia

Presidente da Câmara Federal

Tribuna

Planalto tenta adiar, mas deputados devem votar hoje proposta do Fundeb

ESTADÃO CONTEÚDO

Após reunião na manhã de ontem, líderes partidários da Câmara dos Deputados disseram que a votação da proposta de renovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ficou para hoje. O Palácio do Planalto quer adiar a votação que torna permanente o fundo que financia a educação básica, e aumenta contribuições da União.

Segundo fontes, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, quer votar o Fundeb o mais rápido possível, no máximo até a madrugada de terça para quarta. Deputados não viram a decisão de ontem como um adiamento, apenas como um espaço destinado às discussões dos pontos. Em reunião com lideranças do Congresso Nacional, na manhã de ontem, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, sugeriu adiar a votação em pelo menos uma semana, sob argumento de que o novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, precisa conhecer melhor o tema, segundo parlamentares que participaram do encontro. Durante a tarde, o ministro anunciou estar com covid.

"O Fundeb está sendo discutido há 18 meses e o governo vem agora com uma proposta aos 45 minutos do segundo tempo com um texto que não foi debatido por ninguém, sendo que nunca



PRESIDENTE DA CASA

Rodrigo Maia quer votar o mais rápido possível

participou de nenhuma discussão", diz o deputado federal Israel Batista (PV-DF), secretário-geral da Frente Parlamentar Mista de Educação. O temor dos deputados da bancada da educação é que algum deputado governista apresente um relatório paralelo para ser votado. Mas, por enquanto, a discussão será em torno do projeto da deputada Dorinha.

O governo Jair Bolsonaro quer evitar o aumento da complementação da União no fundo de 10% para 20%, como é proposto no relatório da Professora Dorinha (DEM-TO). A ideia da equipe econômica ainda é destinar cinco pontos percentuais dessa fatia ao Renda Brasil, programa em estudo no governo, e jogar para 2022 a entrada em vigor das mudanças no fundo.

Em nota, a assessoria

do ministro Ramos afirmou que "há de se levar em conta que o ministro da Educação tomou posse há menos de uma semana e não pode participar dos debates com profundidade". Também disse que o governo quer "construir uma solução com o Congresso Nacional o mais rápido possível, pois se trata de uma pauta relevante para o País".

A versão do governo para o Fundeb foi mal recebida por deputados que articulam a votação sobre o tema na Câmara. A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) disse ao Estadão que a tentativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de destinar parte dos recursos para o Renda Brasil é uma "covardia".

O relatório da deputada Professora Dorinha (DEM-TO) propõe aumentar a fatia da União no Fundeb de 10% para 20% em 20 anos. O

porcentual é calculado sobre os aportes de Estados e municípios. O governo apresentou uma sugestão de destinar cinco pontos percentuais dessa complementação para crianças do Renda Brasil, programa em estudo no Executivo que substituiria o Bolsa Família.

"Se eles quiserem apresentar uma proposta de ampliação do Bolsa Família, eles têm todo meu apoio. Mas não dá para aceitar ou acreditar que o governo realmente vai fazer a covardia de dizer que esse dinheiro só pode vir da Educação", disse a deputada Tabata Amaral.

A parlamentar afasta a possibilidade de a Câmara aceitar a sugestão do governo e alterar o relatório neste momento. "Essa chance não existe", declarou.

Tabata rejeita o argumento do governo. "Esse é o quarto ministro, que de fato chegou agora. Por que o ministro Vêlez e o ministro Weintraub nunca sentaram para conversar sobre o Fundeb? O governo não chegou agora, chegou no mesmo período que eu."

Em vigência desde 2007, o Fundeb, considerado essencial para a educação do país, fica em vigor só até o fim deste ano. É composto por impostos estaduais, municipais e federais. No ano passado, os recursos do fundo somaram cerca de R\$ 166,6 bilhões – R\$ 151,4 bilhões de arrecadação estadual e municipal, e R\$ 15,14 bilhões da União.

Tribuna

Para “testar” base, centrão pressiona governo a liberar mais verba

(NATÁLIA PORTINARI E GUSTAVO MAIA, DE O GLOBO)

As vésperas de votações em que o governo deve ter dificuldade em obter maioria, parlamentares do centrão no Congresso Nacional vêm pressionando o governo para liberar uma nova leva de “verbas extras” para prefeituras.

No início de julho, o Ministério da Saúde liberou R\$ 5,7 bilhões a municípios para o combate ao novo coronavírus. O governo permitiu que deputados indicassem o destino de cotas de R\$ 10 milhões para diferentes cidades. Os valores publicados, porém, não batem com os que foram acordados, gerando frustração entre parlamentares.

Somou-se a isso a insatisfação com o veto de um trecho importante da nova lei de saneamento, que dava tempo para que estatais adequassem seus contratos. Ao vetar esse trecho, o presidente Jair Bolsonaro rompeu um acordo feito pelo próprio líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Aliados do líder do PP na Câmara dos Deputados, Arthur Lira (AL), temem que ele possa sofrer desgaste devido ao não cumprimento do acordo da Covid-19 pelo governo, já que vem atuando como um “líder informal” do Planalto. Parlamentares do bloco liderado por ele, que reúne 221 deputados, ameaçam deixar o governo na mão nas próximas votações.

Deputados do bloco clerico responsabilizam,

principalmente, Lira e Wellington Roberto (PB), líder do PL, pela confusão com a verba de combate ao coronavírus, já que a negociação foi intermediada por eles. Como mostrou o GLOBO, deputados disputam a “paternidade” das verbas porque, ao contrário das emendas parlamentares comuns, elas não estão atreladas formalmente ao nome de quem indicou.

Os líderes de partidos de centro, por sua vez, se queixam de Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, responsabilizando-o pelos acordos não honrados. Alguns citam a possibilidade de permitir que aconteça uma “derrota simbólica” para pressionar Bolsonaro a trocar Ramos por outra pessoa.

Para resolver a situação, parlamentares defendem que o governo



DEPUTADOS querem que governo faça uma nova liberação de verbas “informais”

faça uma nova liberação de verbas “informais” — não necessariamente na área de Saúde. Em troca, ocorreriam sem percalços as votações previstas para as próximas semanas na Câmara e no Senado.

Estão previstas para breve diversas votações sensíveis para o governo, como a PEC que torna permanente o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e uma série de vetos do governo,

que são apreciados em conjunto por Câmara e Senado. Entre eles está a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas até 2021, também vetada pelo governo.

Pressão sobre Ramos

Em meio à investida do centrão sobre Ramos, no Palácio do Planalto a relação dele com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, e seu número 2,

Fabio Wajngarten, é descrita por interlocutores dos dois últimos como “azedá”. Fala-se, inclusive, em uma “articulação” para tirá-lo do cargo. De dentro do governo, um observador próximo aponta para a iminência de embates públicos entre Faria e Ramos. Nomes eventuais de substitutos do chefe da Secretaria de Governo já têm sido aventados pelo grupo insatisfeito com Ramos, que no mês passado perdeu a Secretaria de Comunicação (Secom), comandada por Wajngarten, para a recém-criada pasta de Faria. No entorno do chefe da Secretaria de Governo, o movimento tem sido lido como uma tentativa do centrão de elevar o preço das próximas votações.

Defensores do ministro fazem questão de lembrar que ele foi elogiado pelo presidente Jair Bolsonaro na live da última quinta-feira. “O general Ramos é meu amigo desde 1973, tá? E coloquei lá também por seu meu amigo, sim. Ou alguém quer que eu bote inimigo lá? É, devagar, ele tinha uma experiência de três anos de assessoria parlamentar, deu umas caneladas no começo, e hoje em dia faz um trabalho excepcional junto à Câmara e ao Senado Federal”, disse Bolsonaro.

Tribuna

GOVERNO FEDERAL

Guedes promete entregar hoje reforma tributária ao Congresso



MINISTRO DA FAZENDA
vai pessoalmente entregar projeto no Senado

(CORREIO BRAZILIENSE)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu entregar hoje, pessoalmente, a primeira fase do projeto de reforma tributária do governo federal ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A tendência é de que o texto a ser apresentado para o senador contenha uma proposta para unir os tributos federais PIS-Pasep e Cofins em um único encargo, o Imposto de Valor Agregado (IVA) dual, sem qualquer citação à polêmica da nova versão Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que voltou a ser defendida pelo ministro e ganhou apoio do presidente Jair Bolsonaro.

O Executivo optou por fatiar a proposta de reforma para não sobrecarregar o Congresso Nacional e evitar atritos no debate, que já tem dois textos de Proposta de Emenda à Constituição

(PEC) sobre o assunto em tramitação, um do Senado (PEC-110) e um da Câmara (PEC-45). Nesse primeiro momento, o governo entendeu ser melhor apresentar a sugestão de se fundir impostos porque é um tema que não deve enfrentar resistência no parlamento, visto que ambas Casas Legislativas são a favor disso, e já existe uma comissão mista com o objetivo de unificar as propostas.

Segundo o planejamento do Ministério da Economia para a reforma, há mais três fases de propostas de reforma tributária. Guedes ainda não definiu um calendário para enviá-las ao Congresso, mas já disse que elas serão apresentadas "gradualmente". Alguns dos planos do governo são as mudanças no Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) e no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), com redução no IR das empresas, mas com a tributa-

ção de dividendos, que hoje é zerado. Em outra etapa, viria o mais polêmico de todos, a criação de um novo tributo sobre transações eletrônicas.

A implementação de um imposto sobre pagamentos digitais é defendida por Guedes como uma forma para desonerar a folha de pagamento para até um salário mínimo e permitir o financiamento do novo programa de renda mínima em estudo pelo Palácio do Planalto, o Renda Brasil, que deverá substituir o Bolsa Família. A proposta é tributar as transações financeiras que ocorrem de forma digital com uma alíquota entre 0,2% e 0,4%.

"O comércio eletrônico cresceu 70% este ano em relação ao ano passado, junho sobre junho. O coronavírus acelerou a digitalização. E o comércio eletrônico explodiu. É uma base interessante a ser tributada. E tem a moeda eletrônica. Te-

mos que pensar nisso", defendeu o ministro da Economia, em entrevista para o Portal R7, no último sábado.

O novo encargo não agrada a parte do Congresso, que entende o tributo como uma nova espécie de CPMF. O imposto, apesar de temporário, foi prorrogado por diferentes presidentes e vigorou entre 1997 e 2007. Um dos principais parlamentares contrários ao imposto sobre o comércio eletrônico é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele disse durante a semana passada que poderia até retomar o movimento "Xô, CPMF" — campanha liderada pelo DEM em 2007 que foi fundamental para a extinção da contribuição — caso o governo, de fato, apresente um novo tributo nos moldes da CPMF.

ESTE ANO

Mercado melhora estimativa e PIB abaixo de 6%

POR ALEXANDRO MARTELLO,
G1 — BRASÍLIA

Os economistas do mercado financeiro melhoraram a estimativa para o nível de atividade e passaram a prever um tombo para a economia brasileira abaixo de 6% neste ano.

A projeção faz parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para o do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020, a previsão de queda passou de 6,10% para 5,95%. Para

2021, a expectativa de crescimento foi mantida em 3,50%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

INFLAÇÃO ABAIXO DE 2%

Segundo o relatório divulgado pelo BC, os analistas do mercado financeiro mantiveram em 1,72% a estimativa de inflação para 2020.

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMNA). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2021, o mercado financeiro manteve em 3%

sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

TAXA BÁSICA DE JUROS

O mercado segue prevendo nova queda da taxa básica de juros da economia brasileira em agosto deste ano. Atualmente, a Selic está em 2,25% ao ano. A previsão dos analistas é de que a taxa recue para 2% no início do mês que vem. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado permaneceu estável em 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

Tribuna

Mais de 1.500 empresas foram extintas na Bahia durante a pandemia

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Das 1,3 milhão de empresas brasileiras que estavam fechadas (temporária ou definitivamente), na primeira quinzena de junho, 522,7 mil (39,4%) encerraram as suas atividades por causa da pandemia. Das registradas 518,4 mil (99,2%) eram de pequeno porte (até 49 empregados); 4,1 mil (0,8%) de porte intermediário (de 50 a 499 empregados); e 110 (0%) de grande porte (mais de 500 empregados).

Desses milhares de CNPJs 'mortos', a Bahia registra extraoficialmente 1.515 empresas baianas extintas, entre matrizes e filiais, conforme dados da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), entre os meses de janeiro a junho. Foram 1.349 matrizes e 166 fi-

liais. Todavia, esses números não podem ser considerados absolutos para traçar um retrato perfeito do momento.

"Apesar da Juceb estar atendendo a 100% online, muitas empresas e contadores não tem o Certificado Digital. Por isso, a notificação de constituições e baixas das empresas está comprometida", diz, em nota, a Assessoria de Comunicação (Ascom) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) que aproveita para fazer a seguinte ressalva: "Este serviço (certificado digital) já foi barateado via convênio, envolvendo SDE, Juceb e Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) e mesmo assim, muitos profissionais ainda não têm esse acesso para atualizar as demandas de suas respectivas empresas".

A Ascom da SDE disse ainda não poder divulgar da-

dos oficiais sobre os impactos do Covid 19 nas empresas baianas, uma vez que "o estudo técnico contratado ainda não está pronto".

PESQUISA NACIONAL

Na última quinta-feira (16), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a "Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas". Nos dados, 258,5 mil (49,5%) eram do setor de Serviços; 192,0 mil (36,7%) do Comércio; 38,4 mil (7,4%) da Construção; e 33,7 mil (6,4%) da Indústria.

Ficou registrado, ainda, que do total de negócios fechados temporária ou definitivamente, quatro (4) em cada dez (10) - um total de 522.000 firmas - afirmaram que a situação se deveu à pandemia. Através do Sebrae, a informação que chega é que a média das empresas que fecham, a cada



Foto: Reginaldo Ipê

CRISE

O Estado da Bahia registra extraoficialmente 1.515 empresas baianas extintas

ano, é de 10%, o que corresponde a cerca de 600.000 negócios - número menor do que as mais de 700.000 empresas divulgadas na pesquisa do IBGE.

RETOMADA LENTA

Na última sexta-feira 17, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aproveitou-se para divulgar uma

avaliação sobre esses dados do IBGE. E garantiu que a recuperação do mercado de trabalho brasileiro, após o choque causado pela Covid-19, "tende a ser mais lenta, do que o retorno da atividade econômica, que teve o seu pior momento, em abril". E acrescentou: "A retomada depende do controle da pandemia".

Por sua vez, estudos da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia traça um cenário bastante ruim para as empresas brasileiras. A SPE afirma "que os dados mostram que a inadimplência pode crescer 294% em relação a um cenário sem a pandemia, atingindo 271 mil empresas no Brasil".

Governo vai propor salário mínimo por hora trabalhada

Dentro do que chama de economia social e de mercado, o governo proporá ao Congresso, no pacote que reunirá a reforma tributária e incentivos ao emprego, a contratação de trabalhadores por hora trabalhada, em substituição ao salário mínimo tradicional. É o que diz Guilherme Afif Domingos, assessor especial do ministro da Economia, Paulo Guedes, em entrevista ao programa *CB.Poder*.

Segundo ele, o público alvo serão aposentados e idosos que não querem mais cumprir a jornada tradicional de oito horas, mas precisam de uma outra fonte de renda. "Por que tenho que ser contratado por oito horas se posso trabalhar três?", questiona Afif. Que responde: "Para isso, vamos propor o salário mínimo por hora, como existe nos Estados Unidos".

Afif ressalta que o governo precisa flexibilizar as regras de contratação no país, que vê o desemprego em disparada, acima de 13%. "Salário é muito para quem paga e pouco para quem recebe. O custo de aquisição de mão de obra é muito alto no país. Então, temos que fazer uma redução desse custo, facilitar as contratações e flexibilizar o número de horas trabalhadas", afirma.

Para que a proposta não seja rejeitada pelo Congresso, porém, o governo garantirá que todos os trabalhadores contratados por hora tenham direito, proporcionalmente, a benefícios como

13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e férias. Na primeira versão do projeto, esses benefícios não estavam contemplados.

O assessor especial de Paulo Guedes diz que o salário mínimo por hora trabalhada virá dentro do contexto da reforma tributária, que, na segunda fase, proporá a criação de um imposto sobre transações eletrônicas, uma espécie de CPMF, que permitirá a desoneração da folha de pagamento das empresas e o financiamento do programa Renda Brasil, que nada mais será do que o Bolsa Família turbinado por outros programas sociais.

Também está prevista a criação de um fundo previdenciário para bancar a aposentadoria de empreendedores informais. Eles terão cerca de 20% da renda registrada no programa devolvidos para esse fundo. O dinheiro poderá ser sacado quando esses trabalhadores se aposentarem. É o sistema de capitalização que já foi proposto por Guedes para todos os trabalhadores e rejeitado pelo Congresso durante a reforma da Previdência.

"Tudo está interligado", diz Afif, ressaltando que, no Renda Brasil, haverá uma rampa de saída dos beneficiários para o mercado de trabalho formal por meio de um processo de qualificação profissional e conclusão de pelo menos o ensino fundamental.

Petrobrás anuncia aumento no combustível

FLÁVIO GOMES
REPÓRTER

O preço da Gasolina sofreu mais um reajuste nas bombas, segundo balanço da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgado na última sexta-feira (17). A Petrobrás já tinha anunciado o reajuste de 4% do combustível na refinaria, um dia anterior, apesar de acumular queda de 10,2% no ano.

De acordo com o levantamento semanal da ANP, o valor médio do litro da gasolina ao consumidor subiu 0,88%, a R\$ 4,133. O preço médio da gasolina comum no Brasil subiu 3,33% na primeira quinzena deste mês em comparação com a média do mês de junho. Em Salvador a variação dos preços é encontrada entre R\$ 4,22, em Cosme de Farias, até R\$ 4,46, no Caminho de



GASOLINA

Reajuste de 4% chegará em breve ao consumidor

Areia.

O presidente do Sindicato de Combustíveis da Bahia (Sindicombustíveis), Walter Tannus, considera como péssimo o nono reajuste do combustível, em plena pandemia do Covid-19.

"A Petrobrás fez o nono

reajuste em menos de 60 dias. Estamos em momento de crise e o reajuste é péssimo. A crise da saúde faz com que a mobilidade diminua e a econômica faz com que aumente o desemprego e a renda média do baiano caia, reduzindo o

consumo. E o empresário tenha que aumentar seu capital de giro, no momento que a queda de venda está acentuada", lamentou.

E o aumento não deve parar. Ainda, segundo o presidente do Sindicombustíveis, a nova gasolina da Petrobrás, que será lançada em agosto, chegará com novo reajuste.

"Com a melhoria da qualidade do produto e a variação do dólar, do barril do petróleo, a Petrobrás deverá aumentar em até R\$ 0,10", concluiu.

A partir do dia 3, toda gasolina no país terá que seguir as novas especificações da ANP. Segundo a Petrobrás, a nova gasolina terá qualidade padrão internacional, sendo mais difícil de adulterar e prometendo melhorar o rendimento dos veículos, reduzindo de 4% a 6% no consumo de gasolina por quilômetro rodado.

Tribuna

Sem shows, músicos baianos pedem ajuda

Foto- Romildo de Jesus

POLIANAANTUNES
REPORTER

Com shows cancelados por conta do novo coronavírus, vários profissionais foram afetados. Com isso, músicos da Bahia realizaram na segunda-feira (20) uma carreata, em protesto a falta de apoio e ajuda durante o período da pandemia. Na ocasião, 50 carros fizeram concentração no estacionamento da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), onde seguiram até a Igreja de São Lázaro, no bairro da Federação, em Salvador.

De acordo com o diretor de Relações Institucionais da categoria, Sidney Zapata, o setor está precisando de apoio. "Nestes 120 dias de dificuldades não houve nenhuma iniciativa efetiva para ajudar os milhares de profissionais que estão parados por conta da proibição de eventos na Bahia, por conta da pandemia", disse.

Sidney Zapata explica, ainda, que foi entregue ao Parlamento Estadual e Municipal de Salvador, por meio do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia (Sindimúsicos-Ba), as reivindicações da classe. Entre elas, está a criação de um cronograma com detalhamento referente aos gastos dos recursos oriundos da lei Audir Blanc nº (14.017/2020).

"Fomos pedir a aprovação da lei emergencial da cultura. Esperamos que o parlamento construa conosco um momento propício para a implementação da proposta transparentes, coletivas, que buscam a aplicação racional dos recursos públicos para atender a clas-



MANIFESTO

Cerca de 50 carros saíram da Alba e seguiram até a igreja de São Lázaro

se trabalhadora, nesse caso, os músicos profissionais", destacou.

A categoria recorreu, também, junto ao Ministério Público Federal da Bahia (MFP-BA), onde clamaram ajuda para a classe. "Esperamos que o órgão faça uma recomendação para implementação da proposta e que busquem aplicação dos recursos públicos da lei federal que, tem o valor de 3 bilhões, para atender essa classe", frisou o diretor.

A carreata teve iniciativa das entidades: Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia (Sindimúsicos-Ba), Fórum Música em Debate, Associação de Músicos de Itinga/Lauro de Freitas-Ba, Associação de Músicos de

Rio Real-Ba, Coletivo de Músicos de Ilhéus e Região Sul-Ba, FABS, Cooperativa Casa das Artes, Instituto Casas dos Artistas, Coletivo de Músicos de Porto Seguro-Ba.

Em nota, a Fundação Gregório de Mattos (FGM) explica que, junto com o Conselho Municipal de Política Cultural, estão participando ativamente de encontros virtuais acerca da Lei de Emergência Cultural e atentos às atribuições e exigências para efetiva aplicação dos recursos.

Segundo a FGM, foi montado um Comitê Municipal formado pela FGM, Casa Civil, Secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal da Fazenda, Secre-

taria Municipal de Cultura e Turismo e Secretária Municipal de Educação, para tratar da operacionalização da lei no âmbito municipal.

Dessa forma, existe, também, um Comitê com membros do Conselho Municipal de Política Cultural que deve acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos; tem representação no grupo do Território Cultural RMS, que reúne gestores culturais da Região Metropolitana de Salvador; tem dialogado com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia para evitar sombreamentos de ações e tem o Conselho Municipal de Política Cultural como seu principal intermediador com a sociedade civil.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/07/2020	Caderno: Notícias



Terça, 21 de Julho de 2020 - 07:20

Debate tardio sobre Fundeb pelo governo prova que educação nunca é prioridade

por Fernando Duarte

Governos do Brasil, em geral, nunca priorizaram a educação. Por mais que se usem os exemplos da expansão universitária dos governos petistas, o assunto sempre esteve em segundo plano para quem passou pelo Palácio do Planalto ao longo das últimas décadas. O mesmo pode-se falar sobre governadores e prefeitos dos mais diversos rincões do país. Agora, em plena pandemia do novo coronavírus, há uma clara tentativa de desmonte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com anuência de parte da classe política.

O prazo de vigência das atuais regras do Fundeb em 31 de dezembro não é novo. Porém o governo federal se recusou a tratar do assunto, especialmente durante a desastrosa gestão de Abraham Weintraub. O agora ex-ministro era um empecilho para que qualquer proposta relacionada ao tema tivesse uma tramitação regular na Câmara. No entanto, mesmo após a saída dele do cargo, o Executivo federal pouco se mobilizou para debater o tema. No vácuo deixado, coube aos deputados federais iniciar o debate, que avançava para ser votado ontem.

Agora, aos 45 minutos do segundo tempo, o governo encaminha um projeto repleto de buracos e pró-iniciativa privada, algo bem típico da gestão econômica de Paulo Guedes. A matéria, logicamente, foi alvo de severas críticas de parlamentares, mas também de entidades ligadas à área educacional. Até porque, pela proposta do governo, há um apagão do Fundeb em 2021 que pode tornar inviável a manutenção da educação básica no Brasil.

O fundo tem problemas - como boa parte dos fundos brasileiros. Há uma recorrência de desvios do Fundeb por parte dos gestores municipais em várias partes do país. Porém os recursos servem para financiar um direito básico negado a milhões de brasileiros há muitos anos: a educação. É parte da lógica de que um povo bem educado é mais difícil de ser manipulado. Por isso há essa constante de subjugação do investimento no setor. Para que ter dinheiro público para a matéria, se vivemos num país de primeiro mundo?

Como se não bastassem os problemas já inerentes desse debate tardio do Fundeb, ele acontece poucos dias depois de termos um ministro da Educação, após algumas semanas sem um titular na pasta. Milton Ribeiro nem bem sentou na cadeira, contraiu Covid-19 e terá que lidar com uma discussão que poderia ter sido maturada pelo governo no momento certo. Agora, a Câmara dos Deputados assumiu um protagonismo difícil de ser demovido. Se a educação estava em estado terminal, o diagnóstico dos próximos anos não é lá muito bom...

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 20 de Julho de 2020 - 21:00

Igrapiúna: Estado entrega obras de ampliação do sistema de abastecimento de água



Após começar a agenda da semana no sul baiano, em Ipiaú, o governador Rui Costa (PT) viajou para Igrapiúna, no Baixo-Sul do estado, onde fez novas inaugurações, na tarde desta segunda-feira (20). Entre as entregas, está a melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água do município, que contou com R\$ 913 mil em recursos próprios.

O governador lembrou que ampliar o acesso à água tratada para a população é uma das prioridades de governo. A principal estrutura do sistema fica no bairro Pascásio Lima, na sede do município.

“Este é um investimento importante, pois garante a qualidade e quantidade suficiente para que não haja interrupção do abastecimento de água na cidade. Foi feito esse investimento, inclusive, sob todos os cuidados ambientais para reutilização de água e resíduos de tratamento”, comentou Rui.

O governador também deu por inaugurada a pavimentação em paralelepípedo com drenagem superficial das ruas 'B', 'C', 'L', 'R', 'S' E 'J', no bairro Edrizio Régis. Nesta ação, executada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder), foram aplicados R\$ 333 mil.

Ainda em Igrapiúna, o governador fez a entrega simbólica de 297 certificados de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (Car). O documento é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, a fim de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, e com ele, pequenos agricultores têm acesso a financiamentos e outros benefícios.

Rui também autorizou a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) a celebrar três convênios no âmbito do projeto Bahia Produtiva, em um investimento total de R\$ 555 mil, que beneficiam diretamente 81 famílias. Rui finalizou a agenda visitando o Colégio Estadual Professor Neilton Lima Moreira.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 21/07/2020	



Coronavírus

Economia de Salvador receberá R\$ 7 bi em investimentos, diz ACM Neto



21 de Julho de 2020 às 10:34 Por: Vagner Souza/BNews Por: Nilson Marinho e Leo Barsan
0 comentários

Mais de R\$ 7 bilhões devem ser investidos em Salvador para revitalizar a economia da cidade e minimizar os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus. O anúncio foi feito pelo prefeito ACM Neto (DEM), na manhã desta terça-feira. O gestor detalhou que R\$ 1 bi será de investimentos públicos e outros R\$ 6 bi de recursos privados. O terouro municipal tem poupança de mais de R\$ 3,5 bi.

A injeção de investimentos, afirma o chefe do Executivo, devem gerar 50 mil empregos diretos e indiretos. "Os resultados são consequência desses investimentos e 101 ações para revitalizar a economia serão colocadas em prática", explicou. As medidas estão baseadas em sete pilares: soluções urbanas, obras de infraestrutura, melhoria do ambiente de negócios, apoio aos pequenos negócios, fortalecimento da economia criativa e inovação, medidas tributárias e fiscais, e estímulo ao turismo

Falta de crédito e apoio eleva mortalidade de empresas

Entre as empresas que fecharam para sempre, as mais atingidas foram as de menor porte: 715,1 mil do total, ou 99,8% do total

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Quando a Avianca Brasil teve a falência decretada na semana passada, ganhou manchetes e espaço nas análises de especialistas, mesmo depois de um ano inoperante. Até a recuperação judicial pedida pelo Cirque du Soleil recebeu espaço, como uma das vítimas ilustres da pandemia do novo coronavírus. No entanto, morreram silenciosamente as 716,4 mil empresas brasileiras que fecharam as portas definitivamente na primeira quinzena de junho. Também passaram quase despercebidas outras 610,3 mil companhias que, na mesma época, suspenderam as atividades temporariamente - ou pelo menos esperavam isso.

No total, 1,3 milhão de empresas, ou um terço do total de 4 milhões de estabelecimentos existentes no país, foram diretamente impactadas pela pandemia. Os números foram divulgados pelo IBGE na semana passada como resultado da primeira edição da pesquisa Pulso Empresa, que mede o efeito da covid-19 no setor empresarial. Foram ouvidas por telefone cerca de 2 mil empresas dos setores da indústria, construção, comércio e serviços. A primeira divulgação traz comparações entre a primeira quinzena de junho e o período anterior ao início da pandemia, em 11 de março. As demais trarão comparações com a quinzena imediatamente anterior.

Entre as empresas que encerraram definitivamente as atividades, as mais atingidas foram as de menor porte - 715,1 mil do total, nada menos do que 99,8%. Foram assim classificadas pela pesquisa as empresas de até 49 funcionários. As outras 1,2

mil empresas que fecharam eram todas de porte intermediário e nenhuma era grande. Na divisão por setores, é o de serviços que concentra o maior número de empresas que encerraram as atividades, com 46,7% do total, ou 334,3 mil. Em seguida, ficaram as da área comercial, com 36,5% ou 261,6 mil; construção, com 9,6% ou 68,7 mil; e indústria, com 7,2% ou 51,7 mil.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A falta de crédito foi um dos motivos da elevada mortalidade das empresas de pequeno porte. Apenas 12,7% deles (347,7 mil), segundo o IBGE, conseguiram o crédito emergencial para pagamento da folha salarial desde então. Embora prometido desde o primeiro momento, o crédito custou a beneficiar os pequenos empresários, diferentemente das outras linhas idealizadas para os empreendimentos de maior porte. Os bancos só se animaram a repassar recursos do Programa de Apoio às Empresas de Porte Pequeno (Pronampe) há cerca de um mês, depois que o Tesouro passou a oferecer garantia de até 100%. Resultado: em pouco tempo acabaram os R\$ 16 bilhões disponíveis, a juros de 1,25% ao ano mais a Selic, com prazo de 36 meses e a carência de oito meses para pagar (O Globo 20/7).

O impacto da pandemia e o necessário isolamento social também afetaram diretamente os negócios. Sete a cada dez empresas registraram queda nas vendas na primeira quinzena de junho na comparação com março. O problema foi generalizado. Mas o baque foi maior nas empresas de pequeno porte, 70,9% das quais se queixaram que a demanda despencou. Entre as de porte intermediário, essa queixa foi de 62,9%; e de 58,7% das de grande porte. Por setor, o problema foi relatado em 73,1% nas empresas de construção, 71,9% de serviços, 70,85 do comércio. E 65,3% da indústria.

Houve problemas também na produção. Nada menos do que 63% das empresas tiveram dificuldade de fabricação ou para atender os clientes na primeira quinzena de junho. Foi preciso alterar o método de entrega dos produtos ou serviços, e 32,9% aderiram a serviços online. Outros 20,1% lançaram ou passaram a comercializar novos produtos ou serviços desde o início da crise sanitária.

Os 2,7 milhões de empresas que resistiam até meados de junho relataram que as dificuldades de oferta e demanda persistiam, apesar dos primeiros movimentos de relaxamento do isolamento social; e reclamavam da pouca atenção dada pelo governo. Entre as medidas adotadas para garantir a sobrevivência figurava o adiamento do pagamento de impostos, relatado por 44,5% ou 1,2 milhão de empresas. Mais de um terço (34,6%), cortou empregados, movimento mais forte na construção civil.

Mas são as pequenas que inspiram mais cuidados e reclamam da pouca atenção dada pelo governo. Agora o Congresso corre para aumentar a linha do Pronampe, remanejando recursos de outros programas menos demandados. Apesar do porte, as pequenas empresas são a mais importante fonte de empregos no país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora seca gordura profunda para corpo saudável
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.
OKINA

Com compensação de renda, PIS/Cofins volta à cesta básica

Proposta que deve ser apresentada hoje direciona auxílio maior para camadas de renda mais baixa

Por **Fabio Graner e Raphael Di Cunto** — De Brasília

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

A proposta de reforma do PIS/Cofins prevista para ser divulgada pelo governo hoje deve promover a reoneração (elevação de tributos) da cesta básica, atualmente livre desses dois impostos. Para compensar o aumento de preços nesses itens para os mais pobres, o governo vai prever que os cadastrados do programa Bolsa Família (e posteriormente do Renda Brasil) recebam um valor adicional a título de compensação.

O cenário do Ministério da Economia, pelo menos até o momento, é devolver cerca de R\$ 4 bilhões para os participantes do programa, o que daria um acréscimo de quase R\$ 25 mensais na renda de cada família. O desenho estava sendo bem recebido por alguns importantes líderes do Congresso.

A desoneração da cesta básica foi feita no governo Dilma Rousseff. Seu custo em 2019, segundo dados da Economia, foi de R\$ 18 bilhões, sendo o terceiro maior gasto tributário da União. Para 2020, a estimativa de renúncia era de R\$ 17,5 bilhões.

A diferença entre o orçamento reservado para devolução (R\$ 4 bilhões) em relação à renúncia estimada é considerada um excesso de dinheiro público que estava indo para aqueles que não precisam.

A intenção do Ministério da Economia é ter uma regra geral de tributação, sem exceções. E fazer a focalização do gasto público nos segmentos mais necessitados da sociedade, o que, no entendimento da área técnica da pasta, aceleraria a redução da pobreza.

Para a equipe econômica, a redução de tributos de bens, mesmo alimentos, acaba na maior parte das vezes beneficiando os revendedores e pouco chegando ao consumidor. E, por isso, o melhor caminho seria ter uma estrutura tributária geral e complementar a renda das pessoas mais necessitadas.

Em simulações feitas no ano passado, o direcionamento de R\$ 4 bilhões para o Bolsa Família reduziria em 1,25 milhão a quantidade de pessoas extremamente pobres (na ocasião a linha de corte adotada foi de R\$ 85 de renda mensal) em 276 mil o número de pobres (R\$ 170 mensais) no país.

A medida já vinha sendo pensada e defendida por integrantes da atual equipe desde o início do processo de construção da reforma do PIS/Cofins e foi incluída na versão final que será levada ao Congresso. Uma das dúvidas é sobre como esse pagamento será feito, se em despesa primária normal ou como restituição de tributo. No primeiro caso, impactaria o teto de gastos. No segundo, não.

É esperado que reoneração da cesta básica, que curiosamente contém itens não tão populares sendo beneficiados, encareça esses produtos para o consumidor final. Outro impacto inflacionário esperado é em alguns segmentos do setor de serviços, como comunicações e transportes. O cenário de inflação neste e no próximo ano favorece a adoção da medida, mas é uma incógnita o impacto total dela no nível do IPCA.

A alíquota da CBS (o PIS/Cofins unificado) deve ficar em 12%, segundo fontes, topo da faixa que estava sendo considerada na área econômica para ajudar no financiamento do Renda Brasil.

Após o envio da proposta, o governo terá o desafio de aprovar o tema no Congresso, que já trabalha com duas outras proposições. Além do PIS/Cofins, o governo enviará até o início de agosto as demais propostas de reformulação do sistema tributário brasileiro.

Fundeb amplia gastos em até R\$ 8 bi

Total do aumento das despesas representa quase um terço do orçamento atual do Bolsa Família

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De Brasília

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Com a proposta de direcionar 5% da complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para gastos voltados à primeira infância, o governo ampliará suas despesas em um montante entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões até 2026, sem consumir espaço no teto. Isso ocorre porque o Fundeb está fora do limite constitucional de despesas que vigora desde 2017.

O montante representa quase um terço do orçamento atual do Bolsa Família. A proposta inicial do governo, apresentada no fim de semana, previa que esses 5% seriam aplicados na forma de transferência direta de renda (seja com aumento do Bolsa Família ou por meio de um vale para bancar o pagamento de creches) para as famílias com crianças em idade pré-escolar ou nos primeiros anos do ensino fundamental.

Mas a ideia contou com fortes resistências apresentadas pela bancada da educação e a negociação já empurrava o governo para um conceito mais genérico de aporte de recursos para a primeira infância. Ainda não estava claro como se daria o novo conceito de repasse do dinheiro federal.

O governo vem preparando seu Bolsa Família turbinado, a se chamar Renda Brasil, cuja ideia é juntar alguns outros programas sociais e incluir pessoas que estavam de fora do sistema de transferência de renda. Com parte do dinheiro carimbado como

Fundeb, a capacidade do novo programa poderia ser reforçada sem afetar o teto de gastos.

A ideia mostrou-se polêmica não só com o setor de educação, que vê uma redução significativa no impacto da proposta da deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) sobre o setor, mas também nos meios econômicos, por conta do fato de que isso envolve um escape do limite de gastos.

Para Roberto Ellery, professor de Economia da UnB, a proposta do governo na prática é uma tentativa de escapar da restrição fiscal imposta pela Constituição. “Isso é driblar o teto, governo claramente está buscando uma brecha. Não será ilegal, se o Congresso aprovar. Mas, se é para reforçar programas sociais, o que é meritório, é preciso enfrentar o problema [fiscal] de frente”, disse.

O economista lembra que o governo já usou outras possibilidades de fazer gastos fora do teto. Um dos casos é o da capitalização de empresas estatais, o mais famoso é o da Emgepron (ligada à Marinha), de R\$ 7,6 bilhões no ano passado. Outro exemplo é a edição de créditos extraordinários, que permite gastos adicionais ao Orçamento sem a restrição do teto. Esse instrumento está sendo largamente utilizado nessa crise, para viabilizar as ações de enfrentamento da pandemia da covid-19.

“Sinceramente, acho que deveria fazer [o novo programa social] obedecendo o teto. Se o governo acha que não dá, que diga isso abertamente. O que incomoda é essa mania de driblar”, afirmou, ressaltando ainda que movimentos para se desviar das restrições fiscais geraram problemas no passado, como os ocorridos no governo Dilma Rousseff. Ele também criticou o fato de o governo apresentar muito em cima da hora uma proposta para o Fundeb, tema que está há vários anos no Congresso.

Uma fonte da área econômica não considera que a proposta representaria um drible no teto de gastos. A visão é que o objetivo do governo é corrigir uma distorção, já que a destinação do Fundeb na sua maior parte vai para pagamento de salários. A leitura é que esse caminho sugerido cobriria uma lacuna constitucional envolvendo a educação infantil, e está alinhada com o conceito de reforço ao pacto federativo.

Se o uso do Fundeb como mecanismo para elevar o gasto na educação retira a amarra do teto, esse movimento, porém, não resolve a questão fiscal de forma mais ampla. Uma das resistências que a equipe econômica levantava nas discussões era exatamente a falta de fonte de recursos para financiar as despesas maiores propostas pela deputada Dorinha.

Em outras palavras, ainda que livre do teto, esse maior repasse significa uma piora no resultado primário, em um contexto de endividamento público elevado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora seca gordura profunda para corpo saudável
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Anti-calvície definitivo! Anvisa libera extrato indiano pró-folículos
SHIKAKAI | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.
OKINA

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Lula defende Gilmar Mendes sobre críticas à atuação do Exército na Saúde

Banco do Brics aprova US\$ 1 bi para pagamento do auxílio

País e banco negociam novo crédito do mesmo valor para reativar economia depois da crise da covid

Por **Gabriel Vasconcelos** — Do Rio

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Claudia Prates, do NDB: “temos outros sete projetos em análise para o Brasil” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A diretoria do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), o Banco do Brics, aprovou ontem empréstimo de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,3 bilhões) ao Brasil. O valor será usado integralmente para o pagamento do auxílio emergencial do governo federal a cerca de 5 milhões de pessoas, como forma de combate aos efeitos econômicos mais imediatos da covid-19. As partes negociam, agora, uma segunda operação de igual valor, mas com foco na reativação da economia após a crise.

Esse é o nono empréstimo do NDB ao país desde que o banco entrou em atividade em 2015. A operação terá garantia do Tesouro Nacional, prazo de 30 anos para pagamento, com carência de cinco anos e juro anual de 1,25% mais Libor, a taxa interbancária do mercado londrino.

O US\$ 1 bilhão do NDB se soma a financiamentos de outros cinco bancos ou agências multilaterais: BID, Banco Mundial, Banco de desenvolvimento da América Latina - CAF, a francesa AFD e o alemão KfW. Trata-se de esforço conjunto que resultará em empréstimos totais da ordem de US\$ 4 bilhões ao Brasil, explicou a diretora do NDB no Brasil, Claudia Prates. De forma inédita, instituições que competem pela atenção do governo federal e iniciativa privada criaram um grupo de trabalho com representantes que se reuniram em bloco com membros do ministério da Economia para desenhar a atuação de cada um na crise. A exemplo do NDB, o CAF já teria aprovado US\$ 350 milhões ao Brasil e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) outros US\$ 200 milhões.

O segundo empréstimo de US\$ 1 bilhão focado na recuperação da economia vai requerer autorização do Tesouro para liberação, negociação do contrato e aprovação final dos termos pelo NDB e Senado. Esse crédito chegaria ao mercado via Fundo Garantidor de Investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (FGI/ BNDES), voltado à facilitação de crédito para a modernização de micro, pequenas e médias empresas, além de empreendedores individuais.

Fontes dizem que, embora o banco já tenha acenado com a quantia, o valor pode ser menor em função do horizonte de projetos. Claudia prefere aguardar as negociações, mas explica que o NDB ofereceu a todos os cinco países uma linha para financiar a Saúde e Proteção Social e outra para reativação da economia.

O Brasil é o país-sócio que menos acessa recursos do NDB, embora integralize valores anuais iguais aos demais. Ao todo, o banco tem 58 projetos aprovados, totalizando US\$ 19,6 bilhões. Desse valor, cerca de 13% está comprometido com o Brasil, 15% com a Rússia, 17% com a África do Sul, 27% com a China e 28% com a Índia.

Claudia afirma que a diferença se deve ao fato de os donos das três maiores carteiras possuírem escritórios regionais há mais tempo e o rito de aprovação brasileiro ser mais burocrático, embora, segundo ela, melhor orientado quanto a prioridades.

Com o novo financiamento, a carteira brasileira de projetos aprovados pelo NDB no país chega a US\$ 2,55 bilhões. "Isso tende a aumentar no curto prazo porque temos, em análise, sete projetos com potencial de aprovação até o final de 2020, o que significará pouco mais US\$ 2 bilhões em aprovações", diz Claudia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora seca gordura profunda para corpo saudável
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Anti-calvície definitivo! Anvisa libera extrato indiano pró-folículos
SHIKAKAI | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

Gastos sufocam emergentes e podem levar a crise fiscal

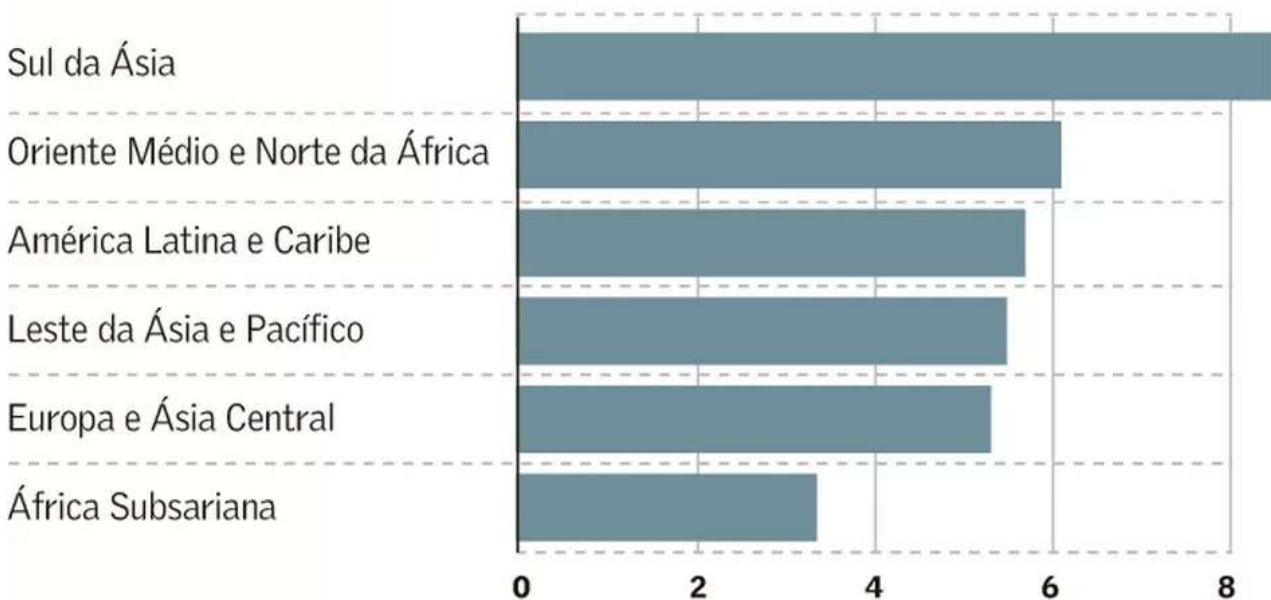
Desaceleração econômica e aumento das despesas fizeram déficit disparar nos países em desenvolvimento. Em países como Índia, Malásia, Polônia, Qatar, África do Sul e Tailândia gastos públicos relacionados à pandemia superaram 10% do PIB

Por **Jonathan Wheatley** — Financial Times, de Londres

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Gasto dos emergentes contra a pandemia

Pacotes econômicos - em % do PIB



Fonte: Banco Mundial

Algumas das maiores economias em desenvolvimento do mundo enfrentarão uma crise fiscal nos próximos anos, a menos que consigam reverter os grandes

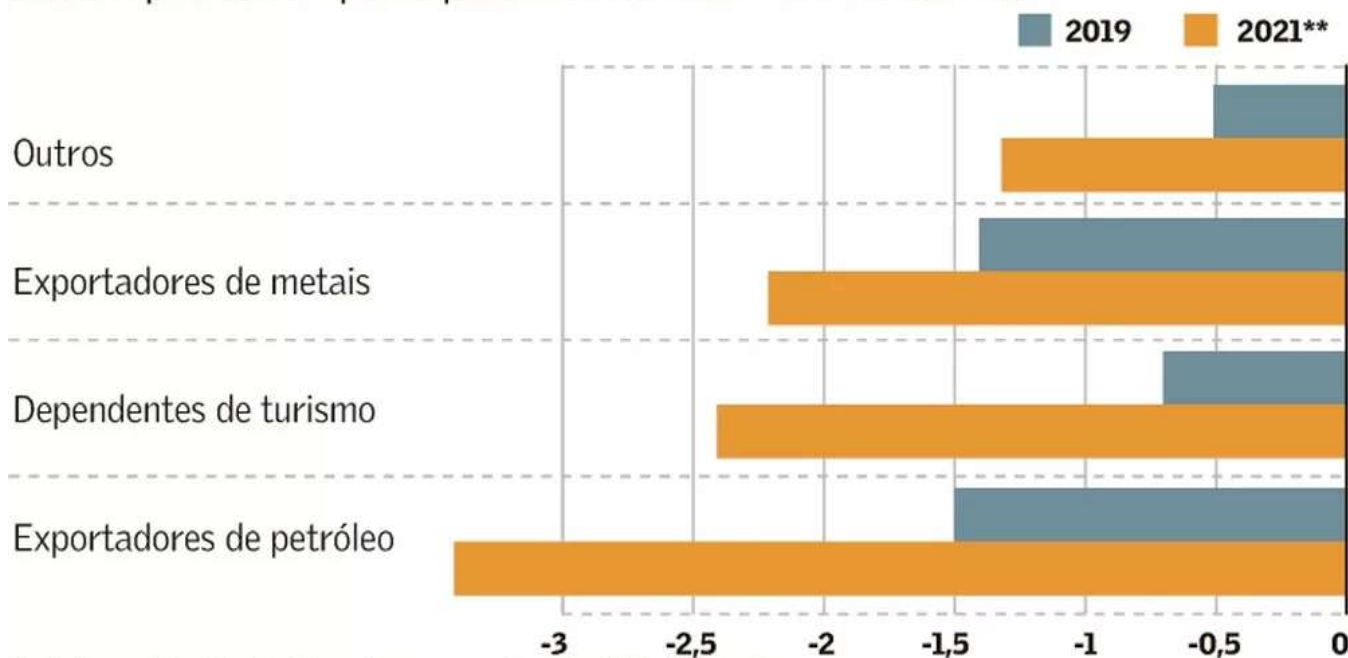
aumentos dos gastos públicos promulgados em resposta à pandemia de covid-19, alertam analistas.

A desaceleração econômica provocada pela pandemia, combinada com o aumento dos gastos com saúde para conter a propagação do vírus, levou a uma escalada dos déficits públicos em muitos países. Eles terão de escolher entre o risco de distúrbios sociais em razão do corte nos gastos, ou negociar com os investidores a reestruturação de suas dívidas.

Em média, as economias emergentes e em desenvolvimento anunciaram pacotes de ajuda avaliados em 5,4% de seus PIBs, segundo dados do Banco Mundial. Em alguns países - incluindo Índia, Malásia, Polônia, Qatar, África do Sul e Tailândia - os gastos públicos relacionados à pandemia superaram 10% do PIB.

Emergentes veem piora na situação fiscal

Déficit primário* por tipo de economia - em % do PIB



Fonte: Banco Mundial. *Exclui as despesas com juros da dívida **Projeção

Os países dependentes do turismo e exportadores de commodities estão particularmente vulneráveis, segundo o Banco Mundial, que alerta que nas economias emergentes e em desenvolvimento as dívidas dos governos atingiram o recorde de 51% do PIB e muitos países que antes tinham superávits entraram no

terreno dos déficits nos últimos anos, deixando um espaço limitado para mais gastos.

Gabriel Sterne, economista-chefe da consultoria Oxford Economics, disse: “Se a sua resposta [à pandemia] é mais gastos, você tem de financiar isso de alguma forma. Então você começa a exagerar os argumentos sobre a capacidade dos países de se financiarem”.

No início da pandemia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) alertou que os países emergentes e em desenvolvimento precisariam de um apoio fiscal de ao menos US\$ 2,5 trilhões para atravessar a crise - em especial para gastos com saúde e proteção social.

Esse número agora é tido como amplamente subestimado: a previsão mais recente do FMI é de que a economia mundial sofrerá uma queda cumulativa de produção de US\$ 12,5 trilhões em 2020 e 2021, e a maior parte do golpe será sentida pelos países em desenvolvimento.

Como resultado das tensões sobre as finanças públicas, até 37% dos bônus do índice referencial de dívida externa soberana de mercados emergentes compilado pelo JP Morgan poderão entrar em “default” no próximo ano ou pouco mais, segundo Adam Wolfe da Absolute Strategy Research (ASR).

Egito, Zâmbia e Gana são os mais vulneráveis segundo sua análise, enquanto economias maiores como África do Sul, Índia, Nigéria e Brasil também enfrentam níveis elevados de risco. Turquia, Indonésia e México não estão muito atrás.

Brasil e África do Sul terão neste ano, cada um, déficits orçamentários de mais de 15% do PIB, segundo a Oxford Economics. Além disso, a necessidade de refinanciar dívidas que vencerão pressionará suas necessidades de empréstimos para o ano para 25% do PIB, segundo alerta a consultoria.

William Jackson, economista da Capital Economics, diz que para manter o endividamento abaixo de 100% do PIB o Brasil precisaria de um aperto fiscal igual a 6% a 7% do PIB por ano, durante vários anos. Outros países, como a África do Sul e o México, enfrentam problemas parecidos, segundo ele.

“É difícil ver uma austeridade dessa escala ser politicamente palatável em qualquer época”, diz ele. “Um número extremamente grande de mercados emergentes enfrenta problemas muito graves.”

Até agora, muitos governos vêm conseguindo financiar suas dívidas em alta nos mercados de bônus, graças a um aumento da liquidez nos mercados financeiros globais e nos bolsos fundos dos investidores locais.

Os trilhões de dólares em estímulos injetados nos mercados financeiros pelos bancos centrais nas economias avançadas fluíram, em parte, para as economias emergentes, ajudando a reverter saídas de capitais maciças desencadeadas pelos estágios iniciais da crise.

Embora US\$ 33,5 bilhões tenham saído dos mercados de bônus emergentes em março, quase US\$ 50 bilhões voltaram desde então, segundo o Instituto Internacional de Finanças (IIF). Os governos das economias em desenvolvimento levantaram quase US\$ 90 bilhões nos mercados internacionais desde o começo de abril.

Embora os fluxos de capital tenham ajudado a aliviar a situação financeira imediata dos países, também reduziram as pressões para se chegar a soluções de longo prazo, exacerbando ao mesmo tempo problemas futuros de orçamento ao aumentar os custos dos juros e pagamento das dívidas.

Phoenix Kalen, estrategista de mercados emergentes do Société Générale em Londres, diz: “Estamos adiando o problema do refinanciamento da dívida, que está aumentando dramaticamente... É muito difícil tentar entender o aumento extraordinário da deterioração fiscal. Nunca vimos nada nessa escala antes”.

O FMI e o Banco Mundial forneceram recursos emergenciais para ajudar os países mais pobres do mundo a enfrentar a crise, e os membros do G20 concordaram no início do ano em conceder a eles moratória no pagamento das dívidas.

Mas críticos afirmam que o foco nas dívidas dos países pobres desviou as atenções das necessidades fiscais dos países de renda média. Na reunião de cúpula do G20 na semana passada, os ministros das Finanças não fizeram nenhum grande

progresso nas discussões sobre como proporcionar um alívio de dívida mais disseminado, apesar dos pedidos crescentes.

Wolfe da ASR diz: “Em muitos casos, a reestruturação não será suficiente, e os países precisarão do apoio de empréstimos oficiais. O tamanho do problema será na casa dos trilhões de dólares, enquanto o tamanho da resposta está na casa dos bilhões, e não parece haver um plano para se fazer mais”.

E alguns analistas alertaram que a escala do problema econômico para os países de renda média ainda não foi totalmente estimado.

“Estamos lutando para imaginar o que vai acontecer no ano que vem”, diz Richard Kozul-Wright, diretor de globalização e estratégias de desenvolvimento da Unctad, a agência de comércio e desenvolvimento da ONU. “Estamos bem menos otimistas com uma recuperação em forma de ‘V’ do que alguns que preveem isso. Para os países em desenvolvimento, o pior ainda está por vir.”

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora seca gordura profunda para corpo saudável
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

Privatização da Eletrobras

Privatização, sem melhor motivo do que um aporte de recursos que pouco reduzirá o déficit fiscal, deveria ser postergada

Por Pietro Erber

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Conforme noticiado, o principal objetivo do governo com a privatização da Eletrobras é auferir cerca de R\$ 18 bilhões, que seriam destinados, conforme o projeto inicial, à redução do déficit fiscal do país, que se aproxima de R\$ 1 trilhão. Praticamente um furo na água. Agora, após negociações com o Congresso, parte da receita esperada teria outras destinações.

Essa privatização seria feita mediante capitalização da empresa, de modo a reduzir a participação acionária governamental a menos de 50%, com o cuidado de limitar a dos novos acionistas a não mais de 10% do capital e de dotar o governo do poder de vetar propostas da nova administração mediante uma “golden share”. A participação da Empresa na Itaipu Binacional, a Eletronuclear e o Cepel, responsável pelas atividades de P&D, permaneceriam sob controle governamental, numa nova empresa.

Privatização, sem melhor motivo do que um aporte que pouco reduzirá o déficit fiscal, deveria ser postergada

Aparentemente não figura entre os objetivos da privatização da Eletrobras dotá-la de maior flexibilidade gerencial, menor influência política na designação de dirigentes e maior liberdade para recusar projetos de interesse puramente político, prejudiciais à empresa e aos consumidores, bônus esses geralmente apontados para justificar privatizações.

Parece que o momento, de plena crise sanitária, econômica e política não seja o mais propício para a oferta de ações, com o agravante da “golden share”, que poderia limitar a autonomia da nova corporação. Seria o caminho para a venda na bacia das almas, apesar da possibilidade de “descotizar” as instalações de geração e transmissão que atualmente operam a preços quase simbólicos desde a MP 579/2012.

Essa operação, que levaria a aumento das tarifas, deveria sofrer resistência no Congresso, pois a “reavaliação” dos ativos dessas instalações, inclusive de grandes

hidrelétricas, que incentivaria sua privatização, resultaria num empréstimo do novo concessionário ao governo, a ser amortizado pelos consumidores, sem nenhum benefício para a qualidade ou ampliação do serviço prestado.

Mais grave é a impressão de que os estudos que levaram à modelagem do processo de privatização pouco atentaram para a natureza da empresa e do próprio setor elétrico, de seu futuro e do papel que a Eletrobras poderá e deveria exercer nas próximas décadas. A única preocupação é com a possibilidade de um novo acionista assumir uma participação demasiado elevada no capital votante. Isto soa ingênuo, pois nada impede que diferentes acionistas se comuniquem, combinem estratégias comuns ou que sejam controlados por um mesmo governo.

Outro aspecto que deveria ser considerado é que o resultado mais provável dessa privatização, como de muitas outras, seja a transferência do controle da Eletrobras para diversas empresas estatais ou mesmo, futuramente, outra empresa estatal, só que de outro país. E, dependendo do país que a controle, influências externas poderão ocorrer, sobretudo se regulamentações julgadas inconvenientes pelo novo acionista forem levadas a outros foros de relacionamento brasileiro com o país em questão, que não o do setor elétrico.

A primeira questão que pode ser levantada quanto ao futuro é que sendo a Eletrobras uma empresa de geração e transmissão, portanto não monopolista como as empresas de distribuição, não teria obrigação de investir em expansão da oferta. O objetivo de manter sua participação no mercado é do governo, não necessariamente, em qualquer circunstância, de uma corporação de caráter privado.

Outro aspecto a considerar é que o futuro parque gerador brasileiro terá grande participação de aproveitamentos de fontes renováveis como a eólica e a solar, além de mais algumas hidrelétricas sem reservatórios de capacidade expressiva. Por enquanto, mesmo tendo essas energias, de caráter intermitente e sazonal, já assumido participação significativa na matriz elétrica, os reservatórios existentes têm sido, em boa medida, suficientes para compensar tais variações intempestivas da oferta dessas usinas. No entanto, brevemente novas formas de armazenamento de energia, com menor impacto ambiental, serão cada vez mais necessárias.

Usinas de acumulação por bombeamento e baterias são consumidores líquidos, consomem energia. Hoje o custo desse serviço prestado pelos reservatórios, às vezes complementado por usinas térmicas, é levado aos encargos do sistema. No futuro, deveria ser pago pelos geradores que dele se beneficiam, para que os custos da geração dessas fontes, inclusive de sua inserção no sistema interligado, seja plenamente reconhecido, por uma questão de transparência e correta seleção de alternativas e alocação de custos.

A Eletrobras poderia ser a proprietária desse amplo sistema de armazenamento, operando como um banco de energia, que cobraria pelo uso dos reservatórios e baterias, inclusive por armazenar sobras que de outra forma poderiam ser desperdiçadas. A operação em tempo real continuaria a cargo do ONS, mas o serviço prestado pelas instalações de armazenamento seria remunerado. O efeito “portfolio” que justificou o MRE apenas parcialmente se aplica à geração intermitente, sem que haja desperdício e ainda mais forte interligação regional e inter-regional, sobretudo em termos de potência disponível.

O setor elétrico tem uma série de instalações de geração e de transmissão cuja concessão está prestes a caducar e cujos investimentos já estão ou brevemente estarão amortizados. Devem passar para domínio da União, que poderia mantê-los nas empresas de origem e cobrar pelos seus serviços um preço bem superior daqueles das “cotizadas”. Seu preço deveria refletir seu valor econômico, próximo à média dos preços de mercado ou do custo marginal de expansão.

Conseqüentemente, o futuro setor elétrico deverá gerar substancial volume de recursos a baixo custo, pois a capacidade agregada de instalações amortizadas e em boas condições de operação será substancial. Os recursos assim arrecadados, a menos de custos de operação, manutenção e administração, seriam recursos da União. Se a Eletrobras não for privatizada, poderá ser o gestor desses recursos ou de parte deles, pois parte poderia ser destinada a setores mais carentes.

Em suma, ao projeto de privatização da Eletrobras deveria considerar tanto o momento notoriamente desfavorável, quanto a necessidade de refletir sobre o futuro do setor elétrico e sobre o papel que a Eletrobras deveria assumir. Esta deveria ser redesenhada de forma a contribuir para o melhor atendimento dos requisitos da sociedade, em vista da natureza e dos condicionantes futuros do setor

elétrico. Prioridades governamentais de curto prazo e interesses imediatos do mercado pouco ou nada contribuirão para que seu papel seja definido conforme prioridades governamentais. Portanto, a privatização da Eletrobras, sem melhor motivação do que um aporte de recursos que muito pouco reduzirá o déficit fiscal, deveria ser postergada.

Pietro Erber é diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora seca gordura profunda para corpo saudável
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Anti-calvície definitivo! Anvisa libera extrato indiano pró-folículos
SHIKAKAI | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"
ACTIVE ANTI-OX

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Pandemia só acelerou processos de rotina e consumo que já iriam acontecer, dizem especialistas

Projeto de reforma mais ampla sai em 15 dias, diz Afif

Proposta de mudança do PIS/Cofins chega hoje ao Congresso

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

21/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Afif: o sistema é um conjunto de exceções travestido de uma regra; queremos criar uma regra, se possível sem exceções — Foto: Jorge William/Agência O Globo

O governo decidiu acelerar os trabalhos de elaboração da reforma tributária e quer apresentar em 15 dias o conjunto de mudanças pretendidas pelo Executivo, disse ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos. Está mantida a previsão de enviar hoje ao Congresso a primeira “fatia” da proposta, que é a reforma do PIS/Cofins.

Como, porém, essa primeira parte da reforma levanta resistências no setor de serviços, que teria aumento de sua carga tributária, decidiu-se colocar sobre a mesa também a desoneração da folha, como meio de equilibrar a equação dos custos tributários para as empresas intensivas de mão de obra.

A proposta é bancar a desoneração com a criação da Contribuição sobre Pagamentos (CP). As receitas desse novo tributo também serviriam para reforçar o Renda Brasil, programa de assistência social que deve substituir o auxílio emergencial. “As peças do quebra-cabeças já estão todas feitas e o desenho, também”, afirmou Afif. “Agora é questão de colocar as peças no tabuleiro.”

Ele acrescentou que o governo trabalhou intensamente nesses últimos meses em torno da reforma tributária. Com isso, rebateu críticas de que o tema teria sido deixado em segundo plano.

A proposta que segue hoje unifica o PIS/Cofins e cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota que, nas discussões de ontem, estava em 12%. O tributo será calculado a cada etapa de produção. Hoje, o PIS/Cofins funciona dessa forma apenas para alguns setores.

A apuração será pelo critério financeiro, e não mais físico como é hoje. Com isso, acaba uma fonte de conflito entre o Fisco e os contribuintes. Pelo critério atual, se a empresa adquire algo para sua produção, ela pode se creditar do PIS/Cofins. Mas, se aquele item vai para a área administrativa, por exemplo, ela não tem direito ao crédito.

Diferentemente do que chegou a ser cogitado nas etapas de elaboração da medida, a proposta não deverá contemplar isenções parciais para setores como educação e saúde. “Não queremos trabalhar com exceções”, disse Afif. “O sistema tributário brasileiro é um conjunto de exceções travestido de uma regra, por isso queremos criar uma regra, se possível sem exceções.”

Estudada há anos sem grandes variações, a reforma do PIS/Cofins nunca chegou ao Congresso Nacional por ser polêmica. Muitos setores se opõem a ela porque terão aumento na carga tributária.

No caso da construção civil, o peso do tributo ficará 2,5 vezes maior no novo formato, disse o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. Hoje, as empresas pagam PIS/Cofins no sistema cumulativo, a uma alíquota de 3,65% a cada etapa de produção. A proposta do governo eleva a alíquota para 12%, mas permite que a cada fase seja descontado o imposto pago na fase anterior.

O problema, explica Martins, é que as principais despesas das construtoras não geram crédito tributário: terreno, mão de obra, tributos e custos financeiros. O que gera crédito são materiais de construção e projetos, que representam apenas 25% do valor da obra.

Com a desoneração da folha, porém, a discussão passa a ser interessante. “O governo precisa colocar mais cartas na mesa”, diz o executivo. Assim, explica, os setores vão ganhar em alguns pontos e perder em outros, mas a discussão será destravada. “Se o governo não fizer isso [apresentar o conjunto da reforma], não passa.”

Nas simulações elaboradas pelos técnicos, caso a CP tenha alíquota de 0,2%, será possível desonerar a folha para quem ganha até dois salários mínimos. E ainda seria possível fortalecer o Renda Brasil.

A contribuição, porém, não conta com total simpatia do presidente Jair Bolsonaro, um crítico histórico da antiga Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF).

“Ele sabe, melhor do que ninguém, que não é um imposto novo”, argumentou Afif, afirmando que a resistência do presidente está na criação de um tributo adicional, e não uma substituição, como está sendo formulado.

O conjunto de propostas do governo também contempla uma reforma do Imposto de Renda. No caso das pessoas físicas, haverá aumento do limite de isenção e mudanças nas alíquotas para tornar o imposto mais progressivo. Por outro lado, as

deduções serão reduzidas. Para as pessoas jurídicas, estuda-se a redução das alíquotas e a tributação de dividendos.

No caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), poderá ser adotado um desenho "mais radical" do que sua substituição por um Imposto Seletivo, cobrado apenas sobre produtos que geram externalidades negativas, caso de bebidas e cigarros. O assessor especial do ministério, porém, não deu mais detalhes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Pílula emagrecedora seca gordura profunda para corpo saudável
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Anti-calvície definitivo! Anvisa libera extrato indiano pró-folículos
SHIKAKAI | ANTI-CALVÍCIE

LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.
OKINA

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Lula defende Gilmar Mendes sobre críticas à atuação do Exército na Saúde

SESI SENAI
 PELO FUTURO DO TRABALHO

APRESENTAM

Custo Brasil chega a **R\$ 1,5 tri** e tira competitividade dos negócios

Estudo analisa dificuldades para empresas brasileiras na comparação com as de países da OCDE; peso e complexidade de tributos mostram urgência de uma reforma tributária

A alta carga tributária, o excesso de burocracia, os elevados custos dos insumos utilizados na produção e problemas de infraestrutura (principalmente os relacionados à área logística) são alguns dos principais fatores que estão comprometendo a competitividade da indústria brasileira. Estudo encomendado pelo Ministério da Economia e realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) e associações do setor produtivo mostra que as perdas com o chamado custo Brasil chegam a 22% do PIB (conjunto de riquezas produzidas por um país em um determinado tempo). Isso significa R\$ 1,5 trilhão.

Esse valor é o quanto as empresas gastam a mais para realizar negócios no Brasil, em comparação com países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O custo Brasil e as discussões sobre a urgência de uma reforma tributária servirão de pano de fundo para o webinar "Indústria em Debate - Custo Brasil e Reforma Tributária", que acontece no próximo dia 30. O evento será realizado pela **Folha** com patrocínio da CNI (Confederação Nacional da Indústria), do Sesi (Serviço Social da Indústria) e do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

A CNI sempre esteve à frente das discussões para reduzir o chamado Custo Brasil, tema essencial para a retomada da atividade econômica, do emprego e da

renda da população e das empresas brasileiras.

Atualmente, a indústria representa 20,9% do PIB, mas suporta o maior peso dos impostos. A carga tributária da indústria de transformação, por exemplo, é de 45%. O setor de serviços paga 22,6%, e a agropecuária, 1,9%.

"A indústria é crucial para o desenvolvimento do país e é preciso eliminar os gargalos que ela seja mais competitiva. Isso passa, sem dúvida, pela reforma tributária", afirma o gerente de políticas fiscal e tributária da CNI, Mário Sérgio Carraro Teles.

Os efeitos são sentidos nos mercados internos e globais. "É como se o Brasil entrasse em campo já perdendo o jogo. Estamos claramente em desvantagem no mercado global. Não conseguimos aumen-

tar as exportações porque nossos custos são elevados. Pior, também perdemos mercado interno porque produtos importados conseguem chegar aqui a um custo muito competitivo, pois no país de origem são produzidos de forma mais barata", diz Teles.

GARGALOS EM ÁREAS CRUCIAIS

O estudo do ministério e do MBC analisou as principais barreiras à competitividade do setor produtivo e comparou os custos praticados no Brasil com o da média dos países da OCDE.

Foram analisadas 12 áreas consideradas cruciais para a competitividade do setor empresarial, como abertura de um negócio, financiamento para a empresa, disposição de infraestrutura, atuação em ambiente jurídico e regulatório, impostos e tributos, entre outras.

"A situação é bastante crítica para o Brasil, mas a ideia do estudo é justamente levantar os maiores gargalos, as barreiras que estão limitando a competitividade do nosso país, para serem trabalhados", conta o conselheiro executivo do MBC, Rogério Cauby.

O estudo serve de guia para o Programa de Melhoria Contínua da Competitividade, lançado no fim do ano passado pela Secretaria Espe-

cial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec-ME). O programa trabalha para reduzir o custo Brasil e criar uma nova metodologia para priorizar propostas com maiores chances de melhorar o ambiente de negócios e a competitividade brasileiro.

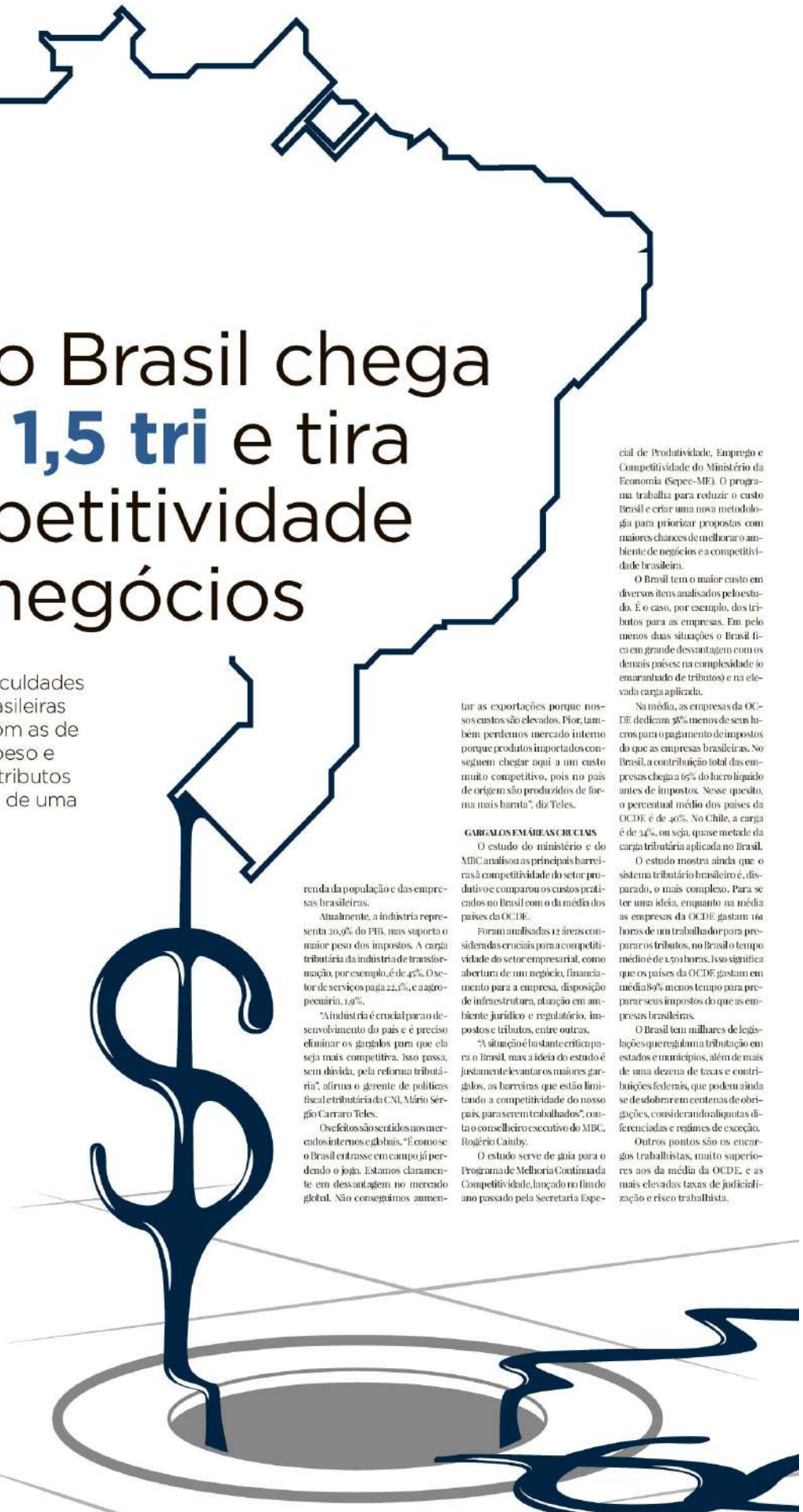
O Brasil tem o maior custo em diversos itens analisados pelo estudo. É o caso, por exemplo, dos tributos para as empresas. Em pelo menos duas situações o Brasil fica em grande desvantagem com os demais países: na complexidade (o emaranhado de tributos) e na elevada carga aplicada.

Na média, as empresas da OCDE dedicam 38% menos de seus lucros para o pagamento de impostos do que as empresas brasileiras. No Brasil, a contribuição total das empresas chega a 6% do lucro líquido antes de impostos. Nesse quesito, o percentual médio dos países da OCDE é de 40%. No Chile, a carga é de 34%, ou seja, quase metade da carga tributária aplicada no Brasil.

O estudo mostra ainda que o sistema tributário brasileiro é, comparado, o mais complexo. Para se ter uma ideia, enquanto na média as empresas da OCDE gastam 164 horas de um trabalhador para preparar os tributos, no Brasil o tempo médio é de 1.500 horas. Isso significa que os países da OCDE gastam em média 86% menos tempo para preparar seus impostos do que as empresas brasileiras.

O Brasil tem milhares de legislações que regulam a tributação em estados e municípios, além de mais de uma dezena de taxas e contribuições federais, que podem ainda se desdobrar em centenas de obrigações, considerando algumas diferenças e regimes de exceção.

Outros pontos são os encargos trabalhistas, muito superiores aos da média da OCDE, e as mais elevadas taxas de judicialização e risco trabalhista.

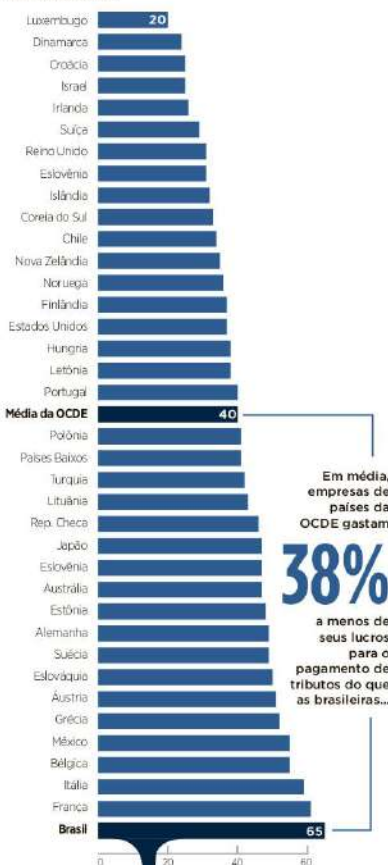


O PESO DOS TRIBUTOS NO CUSTO BRASIL

Comparação entre despesas e burocracia no Brasil e em países membros da OCDE

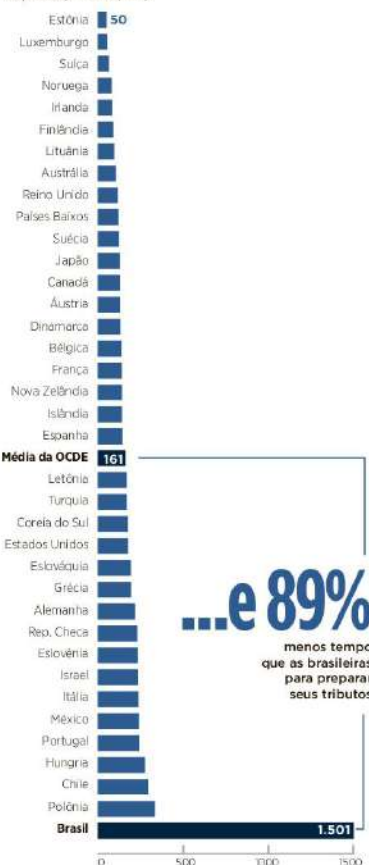
MAIS TRIBUTOS E MAIS PAPEIS

Parte do lucro líquido gasto com tributos (em%)



38%
Em média, empresas de países da OCDE gastam a menos de seus lucros para o pagamento de tributos do que as brasileiras...

Tempo gasto para preparar impostos (em horas/ano)



...e 89%
menos tempo que as brasileiras para preparar seus tributos

Congresso e indústria se reúnem para discutir problemas e soluções

A Folha, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) promovem no dia 30 de julho o webinar "Indústria em Debate - Custo Brasil e Reforma Tributária".
Além desses dois grandes temas, também serão discutidos os desafios do setor frente à pandemia e à conjuntura econômica atual do país.

WEBINÁRIO
"Indústria em Debate - Custo Brasil e Reforma Tributária"

Quando: Quarta-feira, dia 30 de julho, às 9h

Como assistir: Ao vivo, Folha.com.br

Debateadores:



Rodrigo Maia
Presidente da Câmara



Robson Braga,
Presidente da CNI



Afonso Celso Pastore
Economista, ex-presidente do BC



José Ricardo Roriz Coelho
Presidente da Abiplast e vice-presidente da Fiesp

Participam do debate, que acontece em Brasília, Rodrigo Maia, presidente da Câmara; Robson Braga de Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e do Conselho Nacional do Senai e do Conselho Superior do IEL (Instituto Eivaldo Lotfi e diretor do Departamento Nacional do Sesi; Afonso Celso Pastore, doutor em economia, professor, fundador da A. C. Pastore & Associados e ex-presidente do Banco Central; e José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Fiesp e do Gesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, além de presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico) e do Sindiplast (Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Reciclagem de Material Plástico do Estado de São Paulo).

A mediação será do jornalista Leandro Colon, diretor da Sucursal de Brasília da Folha. O evento começa às 9h e terá transmissão ao vivo. Para assistir, basta acessar o site da Folha (folha.com.br)

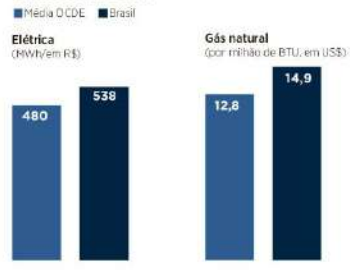
LOGÍSTICA INEFICIENTE QUE ENCARRECE O PRODUTO

Gasto em logística, considerando países com área maior que 200 km² (% do PIB, referente a 2017)



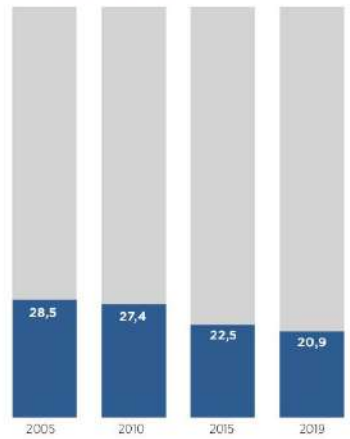
1,8
ponto percentual a mais que a média da OCDE, ou R\$ 122 bilhões/ano

ENERGIA MAIS CARA



PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA

Custo Brasil faz cair a participação da indústria no PIB brasileiro (em %)



Fonte: Estudo realizado pelo Ministério da Economia e pelo Movimento Brasil Competitivo e IBGE



Governo quer usar R\$ 8 bi da educação no Renda Brasil fora do teto de gastos

Proposta de direcionar parte do dinheiro do Fundeb para um voucher-creche é vista como contabilidade criativa

BRASÍLIA E SÃO PAULO Para reforçar o projeto do programa social Renda Brasil, a equipe econômica propôs usar até R\$ 8 bilhões por ano fora do teto de gastos para criar um voucher-creche.

A proposta de transferir recursos para que os beneficiários busquem uma creche na rede privada, porém, é vista como uma contabilidade criativa por economistas.

Nas discussões com o Congresso sobre a ampliação do Fundeb (fundo para a educação), que financia o sistema público de ensino, o ministro Paulo Guedes (Economia) apresentou a ideia de usar parte desses recursos para bancar um auxílio de R\$ 250.

Esse dinheiro seria como adicional a beneficiários do novo Bolsa Família, batizado de Renda Brasil.

Diante de forte resistência, inclusive do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), interlocutores de Jair Bolsonaro passaram a negociar com líderes do Congresso as vésperas da votação da proposta, prevista para esta terça (21).

A PEC da Câmara torna o Fundeb permanente, amplia a complementação da União para 20% de modo progressivo até 2026 e altera, entre outras coisas, o formato de distribuição dos novos recursos. Por causas críticas, o Plano sugeriu, na noite desta segunda (20), que a com-



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que criticou proposta

plementação chegasse a 23% — com destinação de 5% para educação infantil, sem previsão de usar parte do incremento no Fundeb para financiar o programa assistencial.

O texto, portanto, ainda pode sofrer mudanças até a análise na Câmara da PEC (proposta de emenda à Constituição) de ampliação do Fundeb.

O reforço no orçamento da área social, defendido por Guedes, também subiria de forma gradual e poderia ficar entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões por ano, a partir de 2026.

Como o Fundeb não está limitado à regra do teto de gas-

tos, esse montante estaria fora da trava de crescimento das despesas públicas, aprovada pelo Congresso em 2016.

"Eu acho que é ruim misturar as coisas. Isso seria fazer um programa de transferência de renda com dinheiro do Fundeb, que foi criado para custear gastos com educação", disse o diretor executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado), Felipe Salto.

"O Renda Brasil é um programa de renda básica permanente. Isso [usar recursos do Fundeb] vai ser visto como contabilidade criativa",

afirmou o economista Daniel Veloso Couri, diretor da IFI.

A economista chefe da gestora ARX Investimentos, Solange Srouf, afirma que, se o Renda Brasil demandar gastos maiores que os programas sociais atuais do governo, precisará ter como contrapartida cortes de despesas.

Colocar a iniciativa ou parte dela fora do teto contribui para acabar, na prática, com a regra constitucional que limita as despesas federais.

"De fato, é uma maneira de burlar o teto. O Renda Brasil deveria ser um programa que usasse os recursos que já são

gastos em diversos programas sociais, fazendo um redesenho. Qualquer recurso a mais deveria usar espaço em algum corte de despesa, para cumprir o teto. O que o governo tentou foi usar uma brecha. Já que o Fundeb está fora do teto, coloca uma parte do Renda Brasil no Fundeb", diz Srouf, que é colunista da Folha.

"É uma manobra. Não tem como usar outro nome." Integrandos do governo negam que a proposta seja uma forma de burlar o teto de gastos.

A equipe econômica diz que esse recurso não seria livremente usado no pagamento de benefícios assistenciais, pois o dinheiro seria aplicado na educação, como determina o Fundeb.

Haveria uma espécie de carimbo para que a verba fosse direcionada especificamente para o pagamento do voucher-creche. Com esse recurso em mãos, o beneficiário poderia procurar uma creche particular para matricular o filho.

A proposta do governo de transferir parte da complementação da União no Fundeb ao Renda Brasil também foi criticada por Maia. Ele sugeriu que a equipe econômica resistisse em priorizar recursos para a educação.

"Até porque nós estamos vendo que, para alguns temas, parece que o governo entende que tem dinheiro. Para outros temas, como essa priori-

dade de curto prazo na educação, parece que o governo gera mais resistência. Pelo menos a equipe econômica."

Apesar de recursos que seriam deslocados para o Renda Brasil representarem um montante de R\$ 8 bilhões ao ano, estimativas do Ministério da Economia apresentadas à Folha apontam que seria possível atender 2 milhões de crianças com uma verba anual de R\$ 6 bilhões.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que a ideia do governo não desvia a finalidade dos recursos da educação e prioriza a formação na primeira infância. "Podemos dar um voucher-creche da ordem de R\$ 250 por mês, e eliminarmos todo o déficit de creche para essas crianças, com fortíssimo impacto no atendimento a essas famílias com crianças na faixa de 0 a 3 anos, que demandam creche e não são atendidas hoje", disse à Folha.

Outra crítica é que a proposta do novo Fundeb deve acabar pressionando as contas dos estados e municípios no futuro. Como o piso salarial do professor é vinculado à despesa por aluno, o reajuste deve acompanhar o crescimento da despesa. Thiago Resende, Bernardo Caram, Daniel Brant, Gustavo Uribe, Paulo Saldanha e Eduardo Cucolo. Leia mais em **Cotidiano B6**

COLEÇÕES FOLHA

Para incentivar o hábito da leitura na sua casa

LIVROS INFANTIS PARA GOSTAR DE LER

Minha Primeira Biblioteca

As obras de grandes autores da literatura adaptadas especialmente para o público infantil em 28 volumes ilustrados.

Histórias de Reis, Príncipes e Princesas

Os inesquecíveis contos e fábulas de Andersen, Perrault e dos Irmãos Grimm em 25 livros de capa dura.

Pintores para Crianças

A vida e a obra de 30 pintores extraordinários são apresentadas às crianças em livros ricamente ilustrados.

Contos e Fábulas Bilingües

Os grandes clássicos da literatura infantil em 30 livros bilingües (inglês e português) para ler, baixar e ouvir.

Concertos e Operas para Crianças

As obras-primas do balé, da ópera e dos concertos em 30 volumes com livro-CD para as crianças.

Disponível em www.folha.com.br/colecoes

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Paciência

Mesmo liberadas para reabrir em São Paulo, as grandes redes de idiomas avaliam que ainda é cedo para retomar os cursos presenciais. A Pearson, dona das marcas Wizard, Yazigi e Skill, vai formar grupos para ensino online no segundo semestre e o modelo deve seguir mesmo após a pandemia, segundo André Quintela, vice-presidente da empresa. A Wiser Educação não prevê abertura das escolas nas principais capitais. A Cultura Inglesa também vai manter aulas pela internet.

TELA Segundo Marcelo Barros, diretor da rede CNA, no caso do ensino infantil, provavelmente não haverá aluno em sala neste ano. Além do receio de contágio, muitos pais que estão trabalhando de casa preferem manter a rotina. A escola também prevê classes com alunos presenciais e remotos ao mesmo tempo.

LIVE Além de São Paulo, a Cultura Inglesa vai permanecer com aulas online em Santa Catarina e na Bahia. A escola afirma que mais de 90% dos estudantes aprovam as aulas ao vivo.

DISTÂNCIA "De nada adianta haver um decreto para reabrir se os alunos não se sentem seguros e não estiverem dispostos a retornar", afirma Flávio Augusto da Silva, presidente do conselho da Wiser.

BRONZEADO O desembargador Eduardo Almeida Prado de Siqueira, que foi flagrado sem máscara neste final de semana humilhando um guard municipal na praia de Santos, recebeu rendimentos líquidos de R\$ 36.866,52 do Tribunal de Justiça de São Paulo em junho.

BOLSO A remuneração pode variar mês a mês por causa dos penduricalhos. Em março, o líquido dele ficou em R\$ 44.818,97. No ano passado, Siqueira chegou a alcançar valores acima de R\$ 64 mil em janeiro e março, pagos pelo TJSP. Quem descumpra a obrigatoriedade do uso da máscara em Santos na pandemia pode ser multado em R\$ 100.

CALENDÁRIO A Suspebre nesta terça (21) a consulta pública sobre a norma de seguros de danos massificados. A medida visa revogar dez normas em vigor para consolidar em uma única e faz parte de um esforço de flexibilização regulatória, como aconteceu com o novo seguro intermitente, que vem estimulando a demanda no setor.

RISCO A superintendência de seguros privados também deve trazer em agosto um conjunto de mudanças na área de seguros de grandes riscos, como coberturas de aviões, plataformas de petróleo e grandes embarcações.

com Filipe Oliveira

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	10%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.201,06	20%	R\$ 1.220,21	
MCI (Microempresário)	Valor mín.	R\$ 95	5%	R\$ 52,25
Asalariado	Alíquota			
Ate R\$ 1.045	7,5%			
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%			
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%			
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%			

*Prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

A CÉU ABERTO Quase dez entidades setoriais, entre elas a Abrasel (associação de bares e restaurantes) e a GDJ (de lojistas), prepararam uma manifestação em Belo Horizonte na quarta-feira (22) para pedir um plano de reabertura das atividades na capital mineira.

AGLOMERAÇÃO Ao convocar os participantes para o ato, Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, diz que a cidade está há 120 dias com shoppings, restaurantes e outros estabelecimentos fechados e que, mesmo assim, não conseguiu conter a Covid porque, fora do centro, parte do comércio funciona normalmente e os ônibus estão cheios.

LOTAÇÃO Segundo Solmucci, a estimativa de público na manifestação é de pelo menos 500 pessoas.

SUORTE O volume de doações para o combate ao coronavírus no Brasil chegou a R\$ 6 bilhões, sendo a maior parte, 78%, para a área da saúde, conforme o acompanhamento da ABCR (Associação Brasileira dos Captadores de Recursos). A área de assistência social ficou com 17% do volume e a educação, com 5%.

NECESSIDADE O número de doadores ultrapassa 460 mil, segundo a entidade. Quase 60% das doações foram feitas em dinheiro, 35% foram produtos, como máscaras, cestas básica e equipamento hospitalar. O restante são serviços doados nestes quatro meses, desde o início da pandemia.

CONSUMISMO A pesquisa mensal sobre intenção de consumo das famílias registra seus piores resultados desde 2010, quando começou a ser feita pela CNC (Confederação Nacional do Comércio). Com redução de mais 4% em julho, o indicador ficou em 66,1 pontos na escala que vai até 200.

LADEIRA ABAIXO A propensão para gastar já vem registrando queda há quatro meses, abalada pela crise do coronavírus, ainda de acordo com a pesquisa da CNC. Também atingiram seus piores patamares históricos os índices que avaliam o emprego atual (85,1 pontos), a perspectiva profissional (67,6) e a renda (78,9).

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Descontar, em R\$
Ate 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

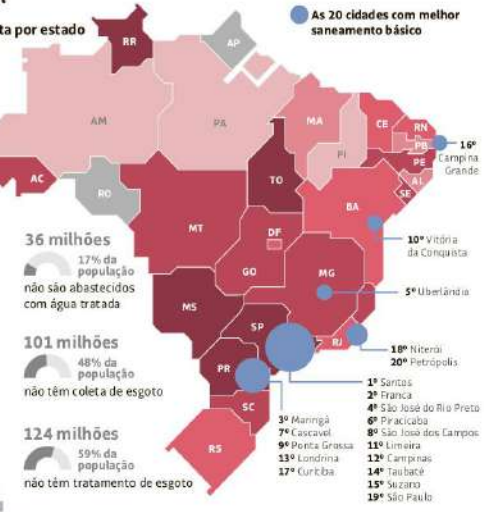
Alíquota	Mínimo	Máximo
Empregado	De 7,5%	97,94
	14%	713,09
Empregador	20%	250,56
		1.220,21

*O prazo para o patróio da doméstica vence em 7 ago. A guia de pagamento dos patróios inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para o desligamento e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de sua salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Saneamento Básico no Brasil

Investimentos anuais* per capita por estado

R\$ por habitantes, média entre 2014 e 2018



*Investimento médio para garantir universalização deveria ser de R\$ 114 por capita/ano. Fontes: Ranking do Saneamento 2020 do Instituto Trata Brasil e IOPAC

Por apoio a sua reeleição no Senado, Alcolumbre põe vetos na geladeira

Presidente da Casa retarda votação de pontos derrubados por Bolsonaro no marco do saneamento e da desoneração da folha

Iara Lemos

BRASÍLIA O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), fez movimentos para colocar na geladeira dois vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) considerados cruciais pelo governo: o do novo marco legal do saneamento e o que trata da desoneração da folha de pagamento.

Havia uma expectativa de que Alcolumbre colasse os vetos em apreciação nesta semana, sobretudo depois de ele mesmo criticar as medidas do Plano em relação ao saneamento.

Entre os vetos está o que permitia renovação de contratos de estatais por mais 30 anos, um ponto que pegou os congressistas de surpresa.

Nesta segunda (20), o presidente do Senado suspendeu reunião com os líderes partidários, evitando uma cobrança sobre o tema. Não há data marcada para discutir os vetos.

Nos bastidores, senadores alegam que, ao segurar a votação, ele busca garantir apoio, como o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), para mais um mandato à frente da Casa.

A Constituição veda a reeleição na mesma legislatura. Entretanto, Alcolumbre articula a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para permitir sua recondução.

Outra hipótese para Alcolumbre é mudar o regimento interno do Senado, o que é considerado juridicamente questionável. Para ambos, ele precisa de apoio governista.

Para derrubar o ato de Bolsonaro é necessário o voto da maioria absoluta das duas Casas — 257 deputados e 41 senadores. Como presidente do Congresso, Alcolumbre é quem marca a sessão.

"Davi, ao evitar colocar os vetos em apreciação, está agindo de olho em a reeleição dele. Os principais avaliados do governo são o Davi [Alcolumbre] e o centrão", disse o líder da Rede, Rauloffe Rodrigues (AP).

Os vetos ao marco do saneamento e o que trata da desoneração da folha de pagamento integram uma relação de mais de 30 vetos a propostas aprovadas pelo Congresso ao longo de um ano e meio.

Nesses dois casos específicos, o governo não tem apoio para a manutenção.

Ao ganhar mais tempo, o governo tenta construir uma proposta que garanta alterações em tributos e compensação tributária, sem com isso derrubar o veto à desoneração da folha de pagamento.

Os congressistas querem manter o benefício fiscal às empresas, mas admitem que a derrubada do veto pode ser prejudicial aos cofres públicos. A desoneração envolve 17 setores até o fim de 2021.

"O povo [senadores] já entendeu que dar isenção sem saber por quanto tempo e de onde saíria esse recurso é irresponsável. Agora, o Davi não pode fugir dos compromissos parlamentares que ele tem", disse o senador Espiridion Amin (PP-SC).

Para senadores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já manifestou que o governo tem interesse de manter a desoneração, mas a dificuldade no momento seria encontrar as formas de compensação.

O governo estima que, por ano, deixaria de arrecadar R\$ 12,2 bilhões com a isenção.

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), encaminhou uma proposta de negociação do partido em troca da manutenção de alguns dos vetos que aguardam análise.

A sugestão foi enviada ao líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que não se manifestou.

Alencar também não conseguiu conversar com Alcolumbre. "Não é só culpa do Davi, mas do governo, que ainda não tem uma proposta para apresentar para mantermos os vetos. Saneamento e desoneração o governo não tem votos para segurar".

PRINCIPAIS VETOS DE BOLSONARO AO MARCO DO SANEAMENTO

Possibilidade de estatais renovarem contratos sem licitação
Congresso autorizava estatais a assinarem até março de 2022 contratos de concessão por 30 anos. Veto elimina essa possibilidade

Limite de subdelegação
Texto previa casos em que estatais poderiam subcontratar empresas privadas. Com veto, limite é de 25% para todos os casos

Indenização de bens não amortizados
Lei tinha regra para cálculo. Com veto, critérios serão definidos por órgãos reguladores

tidos, deverão trazer mais litígios e ações na Justiça, segundo especialistas.

Bolsonaro descumpru um acordo político costurado por governadores e companhias estaduais com o Congresso, estados do governo e a iniciativa privada ao votar 12 trechos da lei no último dia 15.

A atitude foi criticada por parlamentares como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e pelo senador Tasso (PESB-CE), que foi relator do projeto.

Os vetos podem ser derrubados por maioria absoluta dos parlamentares em sessão conjunta de Câmara e Senado.

"Toda a lógica dos vetos reafirma a posição do governo, em especial a do Ministério da Economia, de promover a máxima abertura do país para investimentos privados. Na estrutura política, houve consenso de tirar um pouco o pé do acelerador, o que é ignorado agora. Se forçar a mão, o mais provável é a judicialização", diz Luis Felipe Valerim, professor da FGV Direito.

O ponto mais polêmico é o veto à possibilidade de as companhias estaduais negociarem até março de 2022 com os municípios onde atua a transformação de seus contratos em concessões que poderiam ter duração de até 30 anos.

O item era considerado essencial pelas estaduais para garantir uma regra de transição e sobrevida às estatais no novo modelo, que privilegia a competição com a iniciativa privada por concessões de água e esgoto.

A justificativa do governo é que o dispositivo prolongaria "de forma demasiada a situação atual" do setor.

"A proposta, além de limitar a livre iniciativa e a livre concorrência, está em desconhecimento com os objetivos do novo marco legal do saneamento básico que orienta a celebração de contratos de concessão, mediante prévia licitação", diz o texto assinado pelo presidente.

"O texto condicionava a renovação à comprovação de que a estatal tinha capacidade técnica e financeira de cumprir metas de universalização dos serviços. O veto descumpru um acordo político, era um ponto importante pa-

Judicialização no saneamento aumentará com vetos

Ivan Martinez Vargas

SÃO PAULO Os vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro ao marco do saneamento beneficiaram investidores privados no setor, mas, se forem man-

ra governadores”, diz Rodrigo Bertocelli, sócio do Felsberg. Para Jerson Kelman, ex-presidente da Sabesp (2015-2018) e da ANA (Agência Nacional de Águas, 2001-2004), o dispositivo original deveria ser mantido.

“Havia um equilíbrio razoável no texto, eu não teria feito esse veto. Quem quisesse ter espaço para arrumar suas estatísticas para uma eventual privatização, por exemplo, teria uma janela de oportunidade”, afirma Kelman.

“Mantido o veto, o país sai ganhando se de fato existir um exército de empresas e muito capital privado interessado em assumir o espaço estatal. Interesse existe, mas temo que apertar demais o acelerador pode ter efeito contraproducente, com oferta de projetos maior que a demanda”, diz.

Para as operadoras privadas de água e esgoto, que hoje detêm só 6% do mercado, o veto aceleraria os investimentos.

“Entendemos as razões dos vetos, dariam maior velocidade de transição para o novo modelo. Reconhecemos que houve um acordo político, e estamos preparados para os cenários com ou sem [a possibilidade da renovação de contratos 30 anos]”, diz Percy Soares Neto, diretor executivo da Abcon (associação do setor privado de saneamento).

Outros pontos criticados pelas estaduais são o veto à possibilidade de estatais poderem fazer subdelegações de mais de 25% de seus contratos a outras empresas e à regra que não aplicaria o marco às atividades de limpeza urbana e tratamento de resíduos.

No texto aprovado pelo Congresso, as subcontratações de mais de 25% poderiam ser feitas se o recurso obtido fosse revertido em investimentos para universalizar serviços ou para pagamento de incentivos previstos em planos de demissão voluntária das estatais.

“Era um arranjo importante para que estatais pudessem trazer empresas privadas para seus contratos, mas as exceções sumiram. Voltou o limite de 25% de subdelegação, que pode ser feito se houver autorização do município”, afirma Valerim.

Para o setor privado, uma eventual volta da possibilidade de as estatais transformarem seus contratos atuais em concessões deveria vir acompanhada também da flexibilização do limite de subdelegação.

“Se houver isso, precisa estar casado. A renovação por 30 anos permite sobrevida ao modelo de mercado fechado. Se isso ocorrer, é importante permitir que as estatais recorram à subdelegação e que empresas privadas possam oferecer os serviços”, afirma Soares Neto.

O texto aprovado pelo Congresso trazia ainda uma regra para a indenização de investimentos feitos pelas companhias de saneamento e que não foram amortizadas durante os contratos, mas Bolsonaro retirou o trecho. Agora, as balizas serão definidas inteiramente por meio de normas de órgãos reguladores como a ANA.

“A forma prevista permitia a adoção de uma norma contábil que valorizasse os bens das estatais, o que poderia ser útil para aumentar seu valor de mercado em uma privatização. O veto, na prática, pode aumentar o apetite das estatais por ações na Justiça para discutir formar de calcular a indenização”, afirma Valerim.

Para o advogado Ordeílio Azevedo Sette, no entanto, o veto é positivo porque deixa que os órgãos reguladores como a ANA estabeleçam os critérios para o cálculo de indenizações.

“É pouco provável que seja um único critério para todas as estaduais, precisam ser adaptáveis às realidades das empresas. Fixar em lei como será a avaliação dos ativos não faz sentido e não é a prática no mundo”, afirma ele.

TRABALHADORES PROTESTAM CONTRA O RACISMO

Movimento Strike for Black Lives (Greve pelas Vidas Negras) reúne milhares de pessoas nos EUA, em Washington, Nova York e Los Angeles, contra o racismo estrutural e por mais direitos trabalhistas; em SP, sindicalistas protestam em frente a unidade do McDonald's após enviar ofício ao Ministério Público do Trabalho em que pedem a criação de força-tarefa para investigar nacionalmente denúncias de racismo institucional na rede de fast food; a Arcos Dorados, maior franquia da cadeia do mundo e que opera as lojas brasileiras, informou que não teve acesso ao ofício e que, portanto, não poderia comentar; disse também não tolerar práticas de assédio ou discriminação



Sarah Silbiger/Getty Images/AFP



Timothy A. Clary/AFP



Frederic J. Brown/AFP



Relator compara fim de incentivo à folha a plano de demissão

Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) e empresários defendem derrubada de veto à extensão da desoneração

Thiago Resende

BRASÍLIA Relator da proposta de estender a desoneração da folha de pagamentos até 2021, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou que a intenção do governo de acabar com a medida em dezembro criaria um programa de demissões a partir de janeiro.

“Se o Congresso barrar a prorrogação da desoneração da folha, será instituído um programa de demissão”, disse.

Empresários, que podem perder o benefício tributário intensificaram as articulações para prorrogar a medida, que acaba no fim do ano.

Em carta enviada ao presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), a CNI (Confederação Nacional da Indústria) defendeu a derubada do veto e, portanto, o alongamento da medida que reduz encargos sobre a contratação de empregados.

“O adiamento da desoneração da folha por um ano é medida imprescindível para a preservação de estruturas produtivas que abrangem milhões de empregos formais diretos, aos quais se somam milhões de postos de trabalho em suas redes de produção”, diz o documento.

A desoneração da folha, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a Previdência Social (contribuição patronal).

Com a troca, setores com elevado grau de mão de obra pagam menos aos cofres públicos. O incentivo foi criado para estimular a contratação de funcionários.

O time do ministro Paulo Guedes (Economia) tem afirmado que, desde a reforma da Previdência, ficou vedado adotar medidas que possam reduzir a arrecadação de recursos do fundo que banca a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado. Por isso, seria inconstitucional.

Um parecer da Mesa Diretora da Câmara, porém, contesta esse argumento e diz que a prorrogação estaria de acordo com a Constituição.

O documento técnico afirma que, pelo fato de a desoneração da folha já existir, a medida poderia ser prorrogada, pois a reforma da Previdência impediria apenas a criação de novos benefícios.

Silva, autor da ideia de postergar a desoneração, também não concorda com a tese do governo, pois o Congresso se comprometeu a buscar fontes de recursos para compensar as perdas de arrecadação. “Tenho certeza de que o STF vai avalizar a decisão do Congresso, que foi unânime.”

A medida de corte de custo trabalhista se encerraria em dezembro. Em junho, o Congresso aprovou a extensão do incentivo tributário por mais um ano, o que foi vetado por Bolsonaro. Por ano, o Ministério da Economia estima que deixaria de arrecadar R\$ 10,2 bilhões.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também tem dito que, nas discussões do Orçamento de 2021, o Congresso deve encontrar uma forma de bancar a prorroga-

ção da medida de incentivo ao emprego. Por isso, não haveria inconstitucionalidade.

Para o governo, mesmo com a compensação das perdas de receita, a extensão da desoneração da folha de pagamentos seria inconstitucional.

Atualmente, a medida beneficia 17 setores, como companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação (mídia), companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

Empresários desses setores, que reúnem 6 milhões de empregos diretos, dizem que não suportariam esse aumento de custo e que 1 milhão de pessoas poderia perder os empregos caso o veto seja mantido.

“Houve entendimento dos líderes. O líder do governo [na Câmara, maior Vitor Hugo (PSL-GO)] encaminhou favoravelmente [a votação]”, afirmou o deputado.

Na votação desse tema, aliados de Bolsonaro não tentaram derrubar a postergação da desoneração da folha, apesar de a equipe econômica se manifestar nos bastidores, desde maio, contra a proposta.

Segundo Silva, interlocutores de Bolsonaro cancelaram o acordo para que a desoneração fosse estendida até 2021. Inicialmente, o deputado propôs a prorrogação até o fim de 2022.

O clima no Congresso é contrário à decisão do presidente. Por isso, interlocutores do Palácio do Planalto tentam postergar a votação.

Para derrubar o veto, é necessário o voto da maioria absoluta das duas Casas — 257 deputados e 41 senadores.

Governo deveria cortar gastos para financiar desoneração, diz Maia

Danielle Brant

BRASÍLIA Para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a melhor fonte de financiamento para a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos é por meio do corte de despesas do governo.

Maia defendeu que se discutisse o modelo de desoneração e qual a melhor fonte de financiamento para isso.

“Eu acho que a melhor fonte para financiar a desoneração é a redução de despesa pública”, disse.

“Eu acho que a gente não deve transferir para a sociedade essa responsabilidade. A responsabilidade de você gerar uma desoneração, do meu ponto de vista, tem que ser financiada com a redução das despesas do governo federal e abrindo espaço nas despesas existentes para cobrir essa desoneração.”

Maia falou antes de sessão para votar projeto que prevê auxílio para agricultores familiares e também do início da discussão do Fundeb.

Leia mais sobre desoneração da folha de pagamentos na coluna de Cecília Machado, na pág. A22

mercado coronavírus



Reforma tributária não vai compensar setores afetados

Governo apresenta nesta terça proposta de unificação de PIS e Cofins

Bernardo Caram

BRASÍLIA A proposta de unificação de PIS e Cofins que deve ser apresentada pelo governo nesta terça (21) não vai compensar setores prejudicados por eventual aumento de tributação sob a nova regra, informou à Folha o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos.

A decisão representa um recuo em relação a estudos que vinham sendo feitos pela equipe econômica para aliviar áreas mais impactadas, como o setor de serviços.

De acordo com Afif, a alíquota do tributo proposto na primeira fase da reforma tributária do governo será de 12%, com aplicação linear.

Segundo ele, está descartada a ideia inicial do governo

de compensar nessa proposta as perdas a áreas mais afetadas pela reforma.

"Isso está absolutamente intencional", disse. "Não dá para fazer atendimento setorial, porque senão o imposto vai continuar sendo um conjunto de exceções, emendas e burocracia".

A decisão faz parte de uma estratégia para forçar entidades empresariais a defender no Congresso a criação de um imposto sobre transações digitais. Os recursos arrecadados pelo governo com esse novo tributo seriam usados para reduzir encargos trabalhistas que incidem sobre a folha de salários.

O objetivo do governo na reforma é manter a carga tributária do país no mesmo patamar, com resultado final neutro.

Como hoje diferentes setores pagam volumes distintos de impostos, essa unificação vai reduzir a incidência sobre algumas áreas no mesmo tempo que amplia a cobrança sobre outras.

De acordo com o assessor especial do ministro Paulo Guedes (Economia), como o custo vai aumentar para algumas parcelas da economia, a forma de compensar essas perdas seria por meio de uma ampla desoneração da folha de pagamentos.

Por ter grande parte de suas despesas atreladas ao pagamento de pessoal, o setor de serviços seria beneficiado pela medida.

Afif pondera que isso só será possível com a criação do novo imposto sobre pagamentos, que ampliaria a base de

receitas do governo.

"O setor de serviços reclama porque não tem o que deduzir de tributos na cadeia de produção, ele paga direto e, então, aumenta o custo. Como compensar? Diminuindo o custo da contratação", disse.

"A nossa solução é o imposto sobre transações. O setor de serviços será a força motriz desse convencimento".

A alíquota estudada pela equipe econômica está entre 0,2% e 0,4% por operação, com potencial de arrecadação de R\$ 60 bilhões e R\$ 120 bilhões ao ano.

Com a nova ideia da equipe econômica, seriam deixados de lado mecanismos avaliados no ano passado pelo grupo de estudos do governo sobre a reforma tributária. Entre as opções, estava isentar, inicialmente, áreas do setor de serviços, que teriam uma transição e se adaptariam de forma gradual à nova tributação.

Desde o início das discussões sobre a unificação de tributos, representantes de hospitais, planos de saúde e escolas particulares dizem prejudicados pela criação de um imposto único sobre bens e serviços.

Para os gestores dessas áreas, as propostas de unificação de tributos, inclusive as que tramitam na Câmara e do Senado, elevam a carga de impostos dessas empresas e levarão a um aumento de até 20% nos preços de serviços, como mensalidades escolares e planos de saúde.

Conforme mostrou a coluna Painel S.A., da Folha, entidades ligadas à Cebrase (Central Brasileira do Setor de Serviços) assinaram um manifesto direcionado a congressistas no qual se posicionam favoravelmente à retomada do tributo aos moldes da CPMF, na forma de um imposto sobre transações digitais em discussão pelo Executivo.

A entidade defende a desoneração da folha de pagamento para todos os setores, prometida pelo governo, e diz que essa é a melhor forma de estimular o emprego.

Um imposto estudado pelo governo ganhou o nome de digital por pagar em cima do crescimento do e-commerce, movimento acelerado no Brasil e no mundo em meio à pandemia e à restrição de circulação de pessoas.

Só em junho, em plena crise do coronavírus, a Receita registrou R\$ 23,9 bilhões de vendas com notas fiscais eletrônicas (vendas por lojas virtuais e entre empresas), crescimento de 15,6% na comparação com maio e de 10,3% em relação a um ano antes.

O plano segue um mote de mais pessoas pagando e todos pagando pouco. Para Guedes, a troca de tributos sobre salários pelo imposto sobre pagamentos melhoraria a má alocação dos recursos, reduzindo a distorção dos preços.

Veivem das Commodities Excepcionalmente hoje a cultura não é publicada

Projeto suspende pagamento no Minha Casa

BRASÍLIA Os deputados aprovaram nesta segunda (20) projeto que suspende o pagamento das prestações da faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, em decorrência da crise sanitária gerada pelo novo coronavírus.

A faixa 1 é destinada a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800. Nesse segmento, o governo subsidia 90% do valor do imóvel, e as famílias, 10%. Se o pagamento das prestações atinge o final, ficam com o imóvel.

O texto foi aprovado em votação simbólica. Agora, segue ao Senado.

Segundo o texto, os beneficiários da faixa 1 do programa habitacional poderão interromper o pagamento das prestações por 180 dias, contados a partir da publicação da lei.

Os contratos serão prorrogados por 180 dias para poder absorver as parcelas suspensas.

Câmara aprova R\$ 600 para pequeno agricultor

BRASÍLIA Os deputados aprovaram nesta segunda-feira (20) projeto que prevê a concessão de cinco parcelas de auxílio de R\$ 600 a agricultores familiares que não tenham sido contemplados pelo benefício emergencial informais estabelecido pelo governo federal.

O texto foi aprovado em votação simbólica e segue para o Senado.

Segundo o projeto, mulheres agricultoras e que sejam chefes de família terão direito a duas cotas do auxílio (R\$ 1.200).

Outras condições são iguais às existentes para a concessão do auxílio emergencial a informais, como idade mínima de 18 anos e não ter emprego formalizado, entre outras.

Fundação Zerbin... Primeiro Terno Aditivo Contratual... Emendas Parlamentares Majoritárias...

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO... TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019...

SPCIM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITALAR... SERVIÇO DE ATENDIMENTO À SAÚDE...

LTC Imóveis e Participações S.A. - Edital de Convocação ACOTE...

Declaração de Propósito... Jung Eun, portador do passaporte nº 146050989...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES SINDICAIS... Comissão Eleitoral do Sindicato Unificado dos Petroleros do Estado de São Paulo...

ASSINE A FOLHA... www.folha.com/assine

SURF TELECOM S.A. - Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA RALLY... Para prestação de serviços...

SINDICATO DOS HOSPITALS, CLINICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATORIOS DE PESQUISAS E ANALISIS CLINICAS... EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA...

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS E SEUS DERIVADOS... Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES SINDICAIS... Comissão Eleitoral do Sindicato Unificado dos Petroleros do Estado de São Paulo...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES SINDICAIS... Comissão Eleitoral do Sindicato Unificado dos Petroleros do Estado de São Paulo...

CONVOCANDO PARA - ESTABILIZAÇÃO DE TUBOS DE INTERFERÊNCIA... INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

Objeto: Contratação de empresa devidamente registrada no SEGUER e CREA para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de transporte...

Objeto: Aquisição de Equipamento de corte e Gravadora a Laser CO2... Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Objeto: Aquisição de DRONE: MARCA DJI, MODELO MAVIC 2 PRO... Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Objeto: Aquisição de DRONE: MARCA DJI, MODELO MAVIC 2 PRO... Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

Companhia Metalúrgica Prado... Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária...

cotidiano

Gov. propõe mais verba ao Fundeb, mas mantém fatia para o Renda Brasil

Parlamentares se opõem à transferência de recursos do fundo; votação pode ocorrer hoje

BRÁSILIA Após propor alterações que desidratavam o projeto de renovação do Fundeb, o governo Jair Bolsonaro fez nesta segunda (20) uma nova negociação com o deputado.

O ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) esteve com parlamentares, incluindo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e demonstrou que o governo estaria disposto a manter as linhas do projeto em discussão na Casa desde o ano passado.

O governo se comprometeu a ampliar a complementação da União, chegando a 23%, contanto que 5% sejam destinados à educação infantil. O projeto da Câmara amplia a complementação da União dos atuais 12% para 22%, de modo escalonado até 2026, e altera a distribuição dos recursos.

Apesar da reunião, ainda não há acordo sobre o projeto. Principalmente porque os parlamentares são contrários à transferência de recursos do Fundeb para o pagamento de escolas privadas, no esquema do voucher-creche que o governo pretende implementar.

No fim de semana, o governo apresentou proposta de alteração no Fundeb que reduz pela metade o efeito esperado com a reformulação do dispositivo na expansão do gasto mínimo por aluno no país.

Além disso, 346 municípios pobres de sete estados deixariam de receber recursos ex-

tras previstos com base no texto já em discussão na Câmara.

O ministro Paulo Guedes (Economia) quer repassar recursos do Fundeb para o Renda Brasil, programa de assistência social que o governo planeja elaborar em substituição ao Bolsa Família.

O Planalto tentou adiar a votação do Fundeb, prevista para esta semana, mas debates sobre o tema tiveram início na Câmara, e parlamentares apostam no início da votação nesta terça-feira (21).

Principal mecanismo de financiamento da educação básica, o Fundeb é responsável por R\$ 4 de cada R\$ 10 gastos pelas redes públicas de ensino nesta etapa. Sua vigência expira no fim deste ano e desde o ano passado o Congresso se debateu sobre o tema.

O Fundeb recebe parcelas de impostos e recebe complementação da União para estados e municípios que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno no ano. O complemento federal atual é de 10% — R\$ 6 bilhões no ano. A ideia apresentada pelo governo reduziria o impacto das mudanças discutidas desde 2019 no Congresso e entre especialistas.

Pelo texto da relatora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), o valor mínimo por aluno investido no Brasil passaria de R\$ 3,427 para R\$ 4,778 em 2026, salto de 39%. Já com a redação do governo, o valor

mínimo chegaria, também em 2026, a R\$ 4,145, alta de 21%. As projeções são da Consultoria do Orçamento da Câmara com base em valores de 2018.

Especialistas apontam dificuldades para se chegar a valor mínimo de investimento que garanta qualidade. Isso porque há desigualdades, com escolas sem professores e sem infraestrutura mínima, e crianças e jovens fora da escola.

Em países com bons resultados educacionais é regra, por exemplo, escolas com no mínimo 7 h de aulas por dia. Essa carga é classificada no Brasil como escola de tempo integral, oferecida a menos de 15% dos alunos do país — a modalidade exige mais recursos.

Segundo o Movimento Todos Pela Educação, há grande correlação entre o gasto mínimo anual de R\$ 4,300 (com valores de 2018) e bons resultados no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Com base nos dados de 2015, 46% das redes do país tinham à sua disposição menos do que R\$ 4,300 por aluno. Orçamentos da educação pública incluem despesas que vão de manutenção das escolas e salários de professores a transporte e alimentação escolar.

O relatório de Dorinha mantém na PEC (Proposta de emenda à Constituição) o formato atual de distribuição dos 10% já garantidos de complementação e, com os re-

curso extras, prevê a divisão: 7,5% com base no gasto municipal (o que atinge cidades pobres em estados mais ricos, hoje fora do complementação) e os 2,5% restantes para quem obtinha bons resultados.

Já o texto do governo mantinha os 10% do formato atual e os 2,5% para resultados, mas reduz de 7,5% para 2,5% os recursos cuja distribuição devem ocorrer com base na realidade de cada município.

Os 5% restantes seriam para o Renda Brasil, em modalidade de transferência que atingiria famílias com crianças em idade para educação infantil. O governo pretende investir os recursos num es-

quema de voucher, em que as famílias receberiam R\$ 250 para usar em creches privadas.

O interesse maior do governo em colocar o Renda Brasil no Fundeb é porque o fundo fica de fora do teto de gastos, regra que limita o aumento de despesas da União.

Com a nova proposta do governo, parlamentares trabalham em novos cálculos para chegar a percentuais de distribuição. Essa alteração defendida pelo governo impacta no valor mínimo e no número de municípios que poderiam ser atendidos com as novas regras.

Hoje 1.699 municípios recebem complementação da União. Com o texto em trâmite na Câmara, esse número chegaria a 2.284 em 2026 (alta de 34%). Já com a proposta do governo, a complementação chegaria a 1.938 deles (alta de 14%), e também só em 2026.

Os 246 municípios que deixariam de receber recursos extras estão nos estados de TO, PR, ES, MS, GO, AM e RJ.

O governo quer que o pagamento de salários não comprometa mais de 70% do Fundeb — o texto em discussão obriga o uso de pelo menos 70% do valor com pagamento de profissionais da educação.

Assim, o plano do governo pouco conversa com a realidade e obrigaria estados e municípios, que, mesmo com o Fundeb já arcando com R\$ 8 de cada R\$ 10 gastos na educação básica,

Economia diz que 'voucher-creche' acabará com déficit

BRÁSILIA Ao deslocar recursos da ampliação do Fundeb para bancar um voucher-creche, o ministro Paulo Guedes (Economia) quer R\$ 6 bilhões ao ano para esses pagamentos, que seriam usados pelos beneficiários na rede privada.

Os 5% que seriam deslocados para o Renda Brasil representariam R\$ 8 bilhões ao ano. O Ministério da Economia aponta que seria possível atender a 2 milhões de crianças com R\$ 6 bilhões.

"Nós podemos dar voucher-creche de R\$ 250 por mês, e nós eliminariamos todo o déficit de creche, com fortíssimo impacto no atendimento a essas famílias com crianças de 0 a 3 anos, que demandam creche e não são atendidas hoje", disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, o déficit de creches está pouco acima de 2 milhões de vagas. No fim de semana, parlamentares criticaram a mudança. Pela Constituição, o governo é obrigado a investir na expansão de sua rede de ensino se houver falta de vagas na rede pública. Se a proposta de Guedes for aprovada, esse trecho será excluído da Constituição. Bernardo Caram e Danielle Brant

Leila mais em Mercado, na pág. A17

“Nós podemos dar voucher-creche de R\$ 250 por mês, e nós eliminariamos todo o déficit de creche para essas crianças, com fortíssimo impacto no atendimento a essas famílias com crianças na faixa de 0 a 3 anos

Waldery Rodrigues
secretário especial da Fazenda



Carteiras escolares com escudos de acrílico para evitar a propagação do novo coronavírus, em escola na Cidade do México; cidades brasileiras se preparam para volta às aulas. Pedro Pablo/APP

Gestão Covas quer comprar vaga de pré-escola na rede privada

Isabela Palhares

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo quer comprar vagas de pré-escola (para crianças de 4 e 5 anos) na rede particular. O projeto de lei, que precisa ser aprovado pela Câmara Municipal, prevê atender a demanda que deve crescer nos próximos meses de alunos saindo das escolas privadas.

A legislação atual só permite a compra de vagas para creche (dos 0 aos 3 anos), onde ainda há fila de espera. Em junho, 22.732 crianças aguardavam por uma vaga nessa etapa. No entanto, a prefeitura prevê que a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus aumente a demanda por vagas também na pré-escola, etapa que teve a fila de espera zerada em 2017 na cidade.

Com a crise, muitos pais já tiraram os filhos de escolas particulares. Um levantamento já indicou que a maioria dos colégios privados do país perdeu mais de 10% das matrículas, principalmente na educação infantil (dos 0 aos 5 anos), etapa em que há maior dificuldade para manter as aulas de forma remota.

A justificativa da prefeitura é que a abertura de novas vagas em escolas próprias é lenta. A Secretaria Municipal de Educação afirma que a construção de uma Emei (escola municipal de educação infantil) demora cerca de um ano.

Segundo o projeto, a compra de vagas ficará limitada a 5% do número total de estudantes nessa etapa. Hoje, a rede municipal tem 232,5 mil alunos matriculados na pré-escola.

Desde 2013, a lei brasileira torna obrigatória a matrícula de todas as crianças a partir dos 4 anos de idade. No entanto, até hoje muitos municípios não conseguiram abrir vagas para toda a população dessa idade — dados do IBGE, mostram que 93,8% das crianças de 4 e 5 anos estão na escola.

O texto encaminhado pelo prefeito Bruno Covas (PSDB) para aprovação dos vereadores também prevê que neste ano haverá a aprovação automática de todos os alunos em função da suspensão das aulas presenciais.

“Em razão exclusivamente da pandemia, procederá a avaliação do estudante sem prejuízo de sua promoção, independentemente do ano em que se encontra”, diz o texto. O documento prevê ainda que as au-

las deste ano poderão ser estendidas até 2021, exceto para as turmas de 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio — séries de conclusão.

O projeto de lei também prevê a criação de dois auxílios aos estudantes para uniforme e compra de material. Os valores não foram definidos.

Particulares do Rio podem voltar em 3 de agosto, diz Crivella

RIO DE JANEIRO O prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) anunciou nesta segunda-feira (20) que a partir do dia 3 de agosto as escolas particulares do Rio de Janeiro poderão reabrir as aulas presenciais

de forma voluntária. O anúncio foi feito após uma reunião pela manhã com representantes das escolas privadas.

Segundo a prefeitura, o retorno será facultativo a professores, funcionários e pais de alunos que assim desejarem. A retomada deverá seguir regras da Vigilância Sanitária para evitar a transmissão do novo coronavírus.

Crivella também afirmou que o retorno das aulas na rede pública de ensino será debatido ainda nesta semana.

Na última sexta (17), entrou em vigor no Rio a fase 4 da flexibilização do distanciamento social. Estava previsto nesta etapa o retorno das atividades nas pré-escolas e turmas de 1º e 2º ano, mas a Prefeitura do Rio recuou. “Estamos ouvindo a opinião pública.

Das pessoas que ouvimos, 60% acham prematuro abrir as escolas”, disse o prefeito.

As atividades presenciais estão suspensas nas escolas do município desde o dia 16 de março. Como em outras cidades e estados, alguns professores têm compartilhado conteúdos com os alunos por meio de plataformas digitais.

Na nova fase de flexibilização no Rio, também está liberado o funcionamento dos pontos turísticos. Ainda assim, os principais equipamentos turísticos da cidade decidiram que retomarão as atividades, de forma conjunta, na primeira quinzena de agosto.

Segundo as novas regras, o comércio de rua poderá funcionar com dois terços da capacidade, sendo respeitado o distanciamento mínimo.

O GLOBO

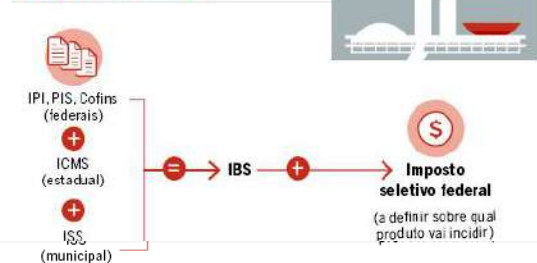
MUDANÇAS NA TRIBUTAÇÃO

Governo, Câmara e Senado têm propostas para simplificar e reduzir número de impostos

Proposta do governo

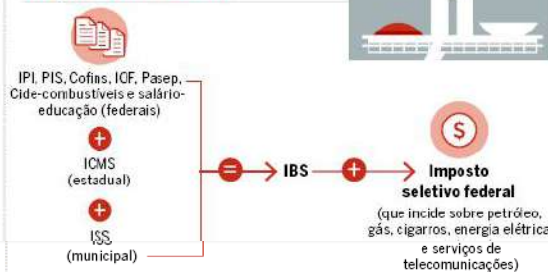


Proposta da Câmara



Fontes: Congresso e Ministério da Economia

Proposta do Senado



Editoria de Arte

NO CONGRESSO

REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo apresenta hoje 1ª fase, e busca apoio de empresários

MANOEL VENÍCURA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

Em um gesto ao Congresso Nacional, o ministro da Economia, Paulo Guedes, entregou pessoalmente hoje a sua proposta de reforma tributária ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), no Congresso Nacional. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também deve participar do ato, que representa apenas a primeira fase dos planos do governo para alterar o sistema de impostos do Brasil.

Como estratégia para tentar ampliar o apoio à proposta e não criar atritos com governa-

dores e prefeitos, Guedes decidiu enviar ao Congresso apenas a unificação dos tributos federais PIS/Pasep e Cofins. Eles serão aglutinados num imposto chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%.

A estratégia busca fugir do conflito com governadores e prefeitos em um ano que os governos locais viram o caixa mais vazio em razão do impacto da pandemia sobre a arrecadação. Assessores de Guedes afirmam que o ministro não quer propor nada que trate de estados e municípios, mas vai "auxiliar" nas discussões para incluir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) num único

imposto sobre valor agregado.

A proposta do governo vai se juntar a outros dois textos que já tramitam no Congresso. Câmara e Senado discutem reformas tributárias mais amplas, com mais impostos. O texto da Câmara unifica cinco impostos e o do Senado, nove. A proposta de Guedes vai se somar a essa discussão.

REUNIÃO COM SERVIÇOS

No ano passado, foi criada uma comissão entre senadores e deputados para unificar os textos. Ontem, Maia disse que Alcolumbre deve anunciar o retorno dessas discussões. Segundo o presidente da Câmara, o ideal é conse-

guir aprovar uma reforma o mais ampla possível em relação à unificação de impostos. Mas admitiu que pode ser votada apenas a proposta do governo, se esse for o consenso.

— Aquela (proposta) que tiver voto, vamos construir a maioria para aprovar — disse Maia. — Mas se as condições existirem apenas para o projeto do governo, vamos avançar do mesmo jeito. O importante é que a gente avance e dê melhores condições tributárias para quem vai investir no país.

Nos últimos dias, Guedes tem intensificado conversas com empresários para conseguir apoio dentro e fora do Congresso. Na semana passa-

da, ele se reuniu com o setor industrial. O governo optou por uma proposta fatiada em três fases para facilitar a aprovação do texto.

Para amanhã à tarde, ele planeja uma reunião virtual com um grande número de associações e de empresários do setor de serviços e do comércio. O ministro busca apoio desses segmentos para aprovar a desoneração da folha de salário. Historicamente esse ramo da economia, que representa cerca de 70% do PIB, é contra a unificação do PIS/Cofins porque representa, na prática, uma alta da carga tributária desses setores. A negociação é delicada em razão do

impacto que a pandemia teve sobre o setor de serviços, um dos mais afetados.

Para conseguir apoio, Guedes vai prometer uma ampla desoneração na folha de pagamento das empresas. A ideia inicial é zerar a contribuição patronal sobre um ou dois salários mínimos, para incentivar a criação de empregos no pós-crise. Para bancar essa medida, o governo planeja a criação de um polémico imposto sobre pagamentos eletrônicos, cuja abrangência ainda está em discussão.

A mesma promessa de ampla desoneração foi feita a parlamentares para evitar que eles derrubem o veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação por um ano da desoneração de 17 setores que são grandes empregadores no país.

A desoneração não significa que estes setores não pagam imposto, apenas que adotam outro modelo tributário. A continuidade do benefício havia sido incluída no âmbito da medida provisória (MP) 936, que permite a redução de jornada e salário ou suspensão do contrato de trabalho em caráter temporário, para preservar empregos no momento que o país deve registrar a maior recessão em 120 anos.

O problema é que, diante do tempo necessário para maturação no Congresso de um debate sobre reforma tributária, o benefício pode ser extinto sem que as mudanças tenham sido aprovadas. Nos cálculos dos setores, o fim da desoneração coloca em risco até um milhão de empregos.

Guedes se reuniu com o setor industrial na semana passada. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, afirmou que o setor é favorável à criação de um imposto sobre pagamentos eletrônicos "se, em contrapartida, o governo for retirando a contribuição previdenciária da folha".

Ontem, Maia defendeu que o governo corte gastos para bancar a desoneração da folha de salário:

— A melhor fonte para financiar a desoneração é a redução da despesa pública. A gente não deve transferir para a sociedade essa responsabilidade. A responsabilidade de gerar uma desoneração tem que ser financiada com a redução das despesas federais, e abrindo espaço no Orçamento para cobrir essa desoneração.

A ESTRATÉGIA DE GUEDES

Fatiamento da reforma

1

O ministro decidiu fatiar a proposta de reforma tributária do governo. Vai enviar o seu projeto em etapas. Primeiro, irá propor a unificação dos impostos federais PIS/Pasep e Cofins. Isso pode ser feito sem alterar a Constituição, o que deixa o processo mais simples no Congresso.

Sem atritos com estados e municípios

2

Guedes irá propor oficialmente apenas alterações em tributos federais. Vai deixar de fora a unificação dos impostos estaduais (ICMS) e municipais (ISS), como querem alguns parlamentares. O objetivo do governo é evitar atritos com governadores e prefeitos, que podem perder arrecadação.

Indústria

3

O ministro tem intensificado o contato com o setor produtivo para conseguir apoio. Guedes se reuniu na última sexta-feira com representantes da indústria. Para interlocutores do ministro, há um aumento do apoio das empresas ao imposto sobre pagamentos em troca da desoneração na folha.

Setor de serviços

4

O setor de serviço pode ser afetado pela proposta de Guedes. Por isso, o ministro marcou para amanhã um encontro com empresas e representantes do segmento. Quer convencê-los a apoiar a unificação do PIS/Cofins com base na proposta de reduzir a contribuição patronal ao INSS.

Veículo: Estadão	
Data: .21.07.2020	Caderno: Economia



Alíquota de novo imposto pode indicar postura conservadora da Receita

Fisco definiu uma taxa de 12% para o novo imposto que vai surgir da unificação do PIS e Cofins na reforma tributária

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

21 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Especialista em tributação do **Instituto Nacional de Pesquisas Aplicadas (Ipea)**, o economista **Rodrigo Orair** avalia que uma alíquota de **12%** para o novo imposto que vai unificar o **PIS/Cofins** pode indicar que a **Receita Federal** adotou uma posição conservadora para arrecadar mais e conseguir fazer o ajuste fiscal. Segundo ele, uma alíquota nesse patamar pode apontar também a decisão de manter mais regimes especiais com alíquota zero, além da **Zona Franca** e o **Simples**.

Simulações feitas pelo economista apontaram que uma alíquota de **10%** seria suficiente para permitir isenções para as empresas da Zona Franca e do Simples e duas alíquotas especiais para medicamentos, saúde, educação e transporte urbano.

Veículo: Estadão	
Data: .21.07.2020	Caderno: Economia



Cloroquina doada pelos Estados Unidos vira problema para os Estados

Substância enviada pelos americanos precisa ser fracionada e a União quer que os governadores assumam a despesa

- **Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo**

21 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Doados pelos **Estados Unidos** e pela empresa Novartis ao Brasil para combate à **covid-19**, cerca de 3 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina podem virar gasto extra dos Estados na pandemia. A droga precisa ser fracionada e o **Ministério da Saúde** quer que governadores assumam a despesa – ou seja, o “agrado” do presidente **Donald Trump** a **Jair Bolsonaro** acabou por se tornar, na visão de gestores locais, um “presente de grego”.

Como as drogas entraram no País em frascos com 100 comprimidos, será preciso separar a dose exata indicada para pacientes do novo coronavírus – e, além disso, embalar o produto em caixa específica. O medicamento não pode ter contato com o meio externo e o processo precisa ser supervisionado por farmacêuticos.

A sugestão para os Estados assumirem custos do fracionamento foi feita em reunião na última sexta-feira, 17, pela equipe do ministro interino, Eduardo Pazuello. A ideia desagradou aos secretários estaduais.

Reservadamente, os gestores dos Estados lembram que a Saúde sequer deu destino para cerca de 1,2 milhão de comprimidos estocados no Laboratório do Exército. O

órgão turbinou a produção da cloroquina, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, e elaborou 3 milhões de comprimidos – o último lote, de 2016, foi de 265 mil unidades.

Também incomoda os secretários estaduais a insistência do Ministério da Saúde no tratamento com a hidroxicloroquina. Na mesma data em que informou aos gestores do **SUS** sobre a necessidade de fracionar o produto, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) reforçou que a droga é ineficaz para a prevenção e cura da covid-19. “A hidroxicloroquina deve ser abandonada em qualquer fase do tratamento da covid-19”, afirmou a entidade.

Procurado, o ministério confirmou que o medicamento terá de ser fracionado. Com base em orientação divulgada em maio pela Saúde, após Pazuello assumir a pasta interinamente, a ideia é separar caixas de 6 comprimidos de hidroxicloroquina de 400 mg ou, então, com 12 comprimidos de 200 mg. Trata-se da dose indicada pelo ministério para o tratamento da covid-19. A Saúde afirma que a doação servirá para tratar 250 mil pacientes.

Questionado, o ministério não disse quanto deve custar aos Estados o fracionamento da cloroquina. Segundo pessoas presentes a uma reunião sobre o tema, nem a equipe de Pazuello nem secretários estaduais sabem qual será o valor exato desse gasto.

“O ministério continua insistindo em orientações de dose e posologia do medicamento sem nenhuma comprovação e base científica. Cada vez mais vão se acumulando estudos mostrando a falta de eficácia”, afirma o médico, advogado sanitário e pesquisador da USP Daniel Dourado. Para ele, criar uma “bula paralela” do medicamento, registrado no Brasil apenas contra doenças como malária, é uma infração sanitária.

Em nota, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) disse que “não há racionalidade em defender o uso desses produtos dentro de uma política pública de medicamentos, muito menos para uso de forma precoce”.

A Anvisa deve aprovar nesta terça-feira, 21, em reunião da diretoria colegiada, uma orientação sobre o fracionamento e a distribuição da droga. Os 3 milhões de comprimidos foram fabricados pela Novartis, sendo que 2 milhões foram doados pelo governo de Donald Trump, em 31 de maio, e 1 milhão pela própria farmacêutica. O medicamento elaborado por essa empresa não tem registro no Brasil. A Novartis disse que “não endossa” o uso de nenhum dos seus produtos fora das especificações. E reforça que “qualquer início e interrupção de uso de medicamentos deve ser avaliado em conjunto com um profissional de saúde”.

Veículo: Estadão	
Data: .21.07.2020	Caderno: Economia



Governo envia projeto de lei para alterar Orçamento de 2020 e viabilizar acordo da Lei Kandir

Acordo homologado pelo STF vai dar R\$ 58 bi em compensação em um primeiro momento, que será transferido entre 2020 e 2037

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

20 de julho de 2020 | 22h19

BRASÍLIA - O governo encaminhou ao **Congresso Nacional** um projeto para alterar a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** de 2020 e abrir caminho à votação da proposta de acordo em torno dos recursos da **Lei Kandir**. A mensagem de envio foi publicada há pouco em edição extra do **Diário Oficial da União (DOU)**.

O projeto vai prever uma exceção específica para a Lei Kandir no artigo 114 da LDO, que exige compensação no Orçamento para propostas que impliquem aumento de despesa ou redução de receitas. Na prática, o Congresso teria de aprovar um aumento de tributos para compensar os repasses, mas isso não será necessário com a mudança. Ainda será preciso, porém, haver fonte no Orçamento para bancar a despesa e espaço dentro do teto de gastos.

Pelo acordo homologado no Supremo Tribunal Federal (STF) em maio, o governo precisa enviar um projeto de lei

complementar tratando dos repasses que serão feitos para ressarcir Estados e municípios pelas perdas com a Lei Kandir, que desonerou exportações do pagamento de ICMS.

O acordo, elaborado por uma comissão especial de conciliação (composta por representantes dos Estados e da **União**), prevê que do total repassado como compensação, **R\$ 58 bilhões** devem ser transferidos entre 2020 e 2037. Outras transferências estão previstas, de **R\$ 3,6 bilhões** e de **R\$ 4 bilhões**.

Sem a mudança na LDO, o presidente **Jair Bolsonaro** seria obrigado a vetar qualquer medida relacionada à Lei Kandir que não tivesse fonte de compensação no Orçamento, sob pena de descumprir a lei e a própria Constituição. O PLN enviado hoje precisará ser chancelado pelos parlamentares simultaneamente à aprovação do acordo da Lei Kandir no Congresso.

Veículo: Estadão	
Data: .21.07.2020	Caderno: Economia



IBS ou CBS?

É difícil de entender por que o governo seria contra uma reforma ampla, que incluía o ICMS e o ISS

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

21 de julho de 2020 | 04h00

Segundo a imprensa, o governo deve enviar ao **Congresso Nacional**, ainda hoje (21 de julho), uma proposta prevendo a substituição de duas contribuições federais (**PIS** e **Cofins**) por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Uma análise mais precisa da proposta do governo só poderá ser feita quando o projeto for conhecido, mas ainda assim é possível fazer alguns comentários sobre o que já foi divulgado. Em particular, vale contrapor o projeto do governo às propostas de reforma tributária em análise no Congresso Nacional (PEC 45, da Câmara dos Deputados, e PEC 110, do **Senado**), que são mais amplas e propõem substituir cinco tributos federais, estaduais e municipais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Pelo que foi divulgado até agora, a CBS, que substituiria o PIS e a Cofins, teria as características de um bom imposto sobre o valor adicionado (IVA), com incidência não cumulativa – a uma alíquota uniforme – sobre uma base abrangente de bens e serviços, crédito amplo e garantia de ressarcimento de créditos acumulados. Se essa for

de fato a proposta do governo, são características muito semelhantes às do IBS previsto na PEC 45.

A principal diferença parece estar no escopo da CBS e do IBS, que é mais amplo, pois substitui também o IPI, o ICMS e o ISS. Qual seria, nesse contexto, a melhor proposta? Tendo por base uma análise de custo-benefício, certamente o IBS é muito superior à CBS.

Do ponto de vista dos benefícios, a vantagem do IBS é gritante.

Segundo estudo do economista Bráulio Borges, a aprovação da PEC 45 elevaria o **PIB** potencial do Brasil em cerca de 20 pontos percentuais em 15 anos. Uma reforma apenas do PIS/Cofins teria um efeito muito mais restrito, no máximo de 10% ou 20% daquele esperado de uma reforma ampla que alcance o **ICMS** – que é o pior imposto do **Brasil**.

O argumento do governo é de que os custos políticos de uma reforma apenas do PIS/Cofins seriam muito menores, o que facilitaria sua aprovação. Será que isso é verdade? Por um lado, a oposição do setor de serviços (em larga medida infundada) se coloca tanto ao IBS quanto à CBS. De fato, o impacto para o setor de serviços pode até ser maior no caso da CBS, por causa de uma transição mais curta e porque esse é o setor que mais se beneficia do aumento do potencial de crescimento que advém da reforma ampla.

Por outro lado, alguns setores que defendem o IBS podem ser prejudicados pela CBS. Este é o caso, por exemplo, do setor de higiene pessoal, que hoje é beneficiado por um tratamento favorecido no PIS/Cofins, mas é prejudicado por alta tributação no ICMS.

Por fim, o argumento de que o IBS tende a gerar resistências federativas deve ser relativizado. Pela primeira vez, desde a

Constituinte, todos os secretários estaduais de Fazenda, por intermédio de seu órgão representativo (Comsefaz), estão apoiando uma reforma ampla, que contempla a substituição do ICMS pelo IBS.

Adicionalmente, há hoje um ambiente bastante favorável no Congresso Nacional para a discussão de uma reforma tributária abrangente.

É difícil de entender por que o governo seria contra uma reforma ampla, que inclua o ICMS e o ISS, até porque o impacto positivo da aprovação de tal reforma sobre o ambiente de negócios certamente contribuiria muito para a recuperação do País na saída da crise atual. Há, é verdade, a discussão sobre o financiamento de um Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que pode ter algum custo para a União, mas, desde que o valor do FDR seja razoável, esse custo tende a ser muito menor que os benefícios gerados pelo maior crescimento.

Na hipótese de as negociações sobre a reforma ampla chegarem a um impasse, até é compreensível que se opte por uma mudança mais restrita. Mas esse não parece ser o motivo definidor da posição do governo. A PEC 45 está sendo debatida desde abril do ano passado e até agora o governo não mostrou interesse em participar da discussão. No debate político nem sempre o que prevalece é a racionalidade.

Veículo: Estadão	
Data: .21.07.2020	Caderno: Economia



Sem consenso, governo apresenta ao Congresso projeto de reforma tributária

Proposta de substituir o PIS e Cofins por alíquota única de 12% colocou em lado opostos indústria e serviços; agro se movimenta para evitar aumento da sua carga para compensar o alívio em outros setores

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

21 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Sob o impacto econômico da **COVID-19**, o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, apresenta hoje ao **Congresso** a primeira parte da sua proposta de **reforma tributária**. O projeto unifica **PIS** e **Cofins**, dois tributos federais que incidem sobre o consumo e que são regulados atualmente por um cipoal de regras que dificulta o pagamento pelas empresas e estimula disputas judiciais.

A fixação de uma alíquota única sobre bens e serviços já colocou de lados opostos indústria e serviços – que só aceita uma reforma tributária se houver redução nos impostos pagos sobre a folha dos funcionários. O comércio considera que a simplificação do PIS/Cofins é um bom início, mas é preciso mexer na tributação da renda. Já o setor agropecuário quer evitar que haja aumento na sua carga tributária para compensar o alívio para os outros segmentos.

Pela proposta do governo, o tributo resultante da fusão do PIS e da Cofins terá alíquota de 12% e receberá o nome de **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**. Seguirá

o modelo de imposto sobre **valor agregado (IVA)** adotado em 180 países, em que todos os créditos poderão ser usados pelas empresas para diminuir o valor a pagar. Essa primeira fase da reforma também deve incluir a oneração de todos os produtos da cesta básica. A ideia é que o aumento de arrecadação com o fim da isenção do PIS/Cofins da cesta básica seja irrigado para o **Renda Brasil**, o programa social que o governo pretende lançar em agosto para substituir o **Bolsa Família**. Posteriormente, os beneficiários do programa receberiam de volta a parcela de tributos paga a mais com o fim da isenção. Além disso, a **Zona Franca** deve manter os atuais incentivos e nada muda para as empresas do Simples.

A proposta do governo chega ao Congresso depois de um acordo, na semana passada, entre Guedes com os presidentes do **Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, e **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**. Desentendimentos políticos, desde o ano passado, travaram a entrega da proposta. Apesar do acordo, ainda há incertezas de como o texto do governo será incorporado às propostas de reforma que já estão em estudo tanto na Câmara como no Senado. Sem o projeto do governo e com a pandemia da covid-19, a comissão mista das duas Casas não avançou.

Nas últimas semanas, Guedes voltou a falar em novo tributo sobre transações digitais, mas buscando dissociá-lo da polêmica CPMF, já rejeitada pelo presidente **Jair Bolsonaro**.

Maia afirmou que o debate em conjunto é o melhor caminho para ter uma reforma aprovada ainda neste ano, pelo menos em uma das duas Casas. “O importante é que a gente avance e dê melhores condições tributárias para aqueles que querem investir no **País**.”/ COLABOROU EMILLY BEHNKE

Veículo: Estadão	
Data: .21.07.2020	Caderno: Economia



Setor de serviços defende a criação de nova CPMF na reforma tributária

Confederação Nacional de Serviços quer alíquota de 0,81%; imposto bancaria contribuição patronal ao

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

21 de julho de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Na véspera do envio da proposta de reforma tributária do governo ao **Congresso**, a **Confederação Nacional de Serviços (CNS)** propõe a volta da **CPMF** com uma alíquota de **0,81%** e avisa que o setor vai para a “briga” e não aceitará a unificação do **PIS/Cofins** sem a redução nos impostos pagos sobre os salários dos funcionários.

Estudo da CNS, obtido pelo **Estadão**, mostra que a unificação de duas contribuições em um único imposto com alíquota não cumulativa de 11% elevaria a carga tributária do **País** em **3,4%** do **Produto Interno Bruto (PIB)**. Para a CNS, a desoneração não pode ficar para um segundo momento e terá de ser discutida com as propostas da **Câmara**, do **Senado** e do governo.

A proposta do governo prevê a unificação dos dois tributos, incidentes sobre o consumo, com alíquota entre 11% de 12%. Essa é a chamada primeira fase da reforma tributária pensada pela equipe do ministro da **Economia, Paulo Guedes**. A desoneração irrestrita, porém, faz parte da quarta e última etapa, sem data para sair.

“Não gosto de usar essa palavra digital, não adianta mudar de nome. É uma CPMF. Não tem outro nome, é o mesmo imposto utilizado anteriormente, mas sem ser desvirtuado”, disse o **vice-presidente da CNS, Luigi Nese**, que cobra do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, que não interdite o debate no Congresso sob o risco de criar uma “ditadura legislativa” ao proibir a discussão.

Maia já avisou, porém, que enquanto for presidente da Câmara, a proposta de uma nova CPMF não avança na Casa.

Pela proposta da CNS, a nova CPMF bancaria o fim da contribuição patronal ao INSS, parte da contribuição dos trabalhadores, o salário educação e a contribuição ao Inca. A contribuição do trabalhador ao INSS cairia três pontos percentuais, passando a variar entre **5% e 8%**, de acordo com a faixa salarial.

A proposta prevê um potencial de arrecadação de **R\$ 229 bilhões** (dados de 2017, últimos disponíveis) no segundo ano com alíquota de **0,81%**. Na fase de transição no primeiro ano, a alíquota de **0,46%** garantiria uma arrecadação suficiente para bancar a retirada da contribuição previdenciária paga pelas empresas de **20%** sobre a folha de pessoal.

A criação da **Contribuição Previdenciária sobre Movimentação Financeira** (que seria conhecida como **CP**) seria cobrada diretamente sobre o débito de cada movimentação na conta corrente de todas as pessoas físicas e jurídicas do País, sejam elas entidades com ou sem fins lucrativos, como igrejas e organizações não governamentais. O imposto não seria cobrado nas movimentações de conta corrente para conta poupança ou na aquisição de ativo financeiro para evitar distorções, segundo a CNS.

No primeiro ano, a contribuição patronal para todas as empresas do País, que hoje é de **20%** sobre os salários, seria reduzida à metade e a contribuição dos trabalhadores, que varia entre **8%** e **11%**, de acordo com a faixa salarial, passaria a flutuar entre **5%** e **8%**. A contribuição ao **Incra** e o salário educação seriam zerados. Nesse primeiro ano, seria instituída uma CP com alíquota de **0,46%**. Depois, a contribuição patronal seria zerada e a alíquota da CP alcançaria **0,81%**.

Ao Estadão, o assessor do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, defendeu a desoneração da folha, mas afirma que o novo tributo proposto pelo ministro Guedes não é igual a CPMF. Para ele, o setor de serviços não gera crédito e a única forma de compensar a perda de arrecadação com o novo IVA é a desoneração da folha.

O **presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade**, defendeu uma reforma mais ampla e não apenas a do PIS/Cofins. “Temos uma preferência pela proposta que está na Câmara que trata de todos os impostos.”

O **economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas**, disse que não será fácil fazer a reforma, mas é preciso aumentar a tributação da renda, como dividendos e patrimônio.

A **Confederação Nacional da Agricultura** insiste que a reforma não pode aumentar a carga tributária setorial. A agricultura é sempre citada como o setor que paga menos impostos, mas o **coordenador do núcleo de economia da CNA, Renato Conchon**, ponderou que essa “conversa” da indústria não cola mais. “É importante a carga deles cair, mas não em detrimento da carga de serviços, comércio ou agricultura”.

As propostas

Agronegócio

Principais tributos:

PIS/Cofins e ICMS

- Posição: Disposição para discutir incentivos agropecuários, mas destaca que os subsídios para o setor somam 10%. Desse total, 5% são de desoneração da cesta básica. Sobre o novo tributo nos moldes da CPMF para financiar a desoneração da folha prefere esperar a proposta do governo. A proposta da Câmara aumenta a tributação do setor, segundo a CNA. A do Senado garante tributação menor para alimentos

Indústria de transformação

Principais tributos:

IPI, PIS/Cofins e ICMS

- Posição: Prefere a reforma ampla da Câmara, a PEC 45, que unifica tributos federais, ICMS (Estados) e ISS (municípios). Considera o ICMS o imposto mais prejudicial. É a favor de uma reforma que reequilibre todos os setores, a indústria, comércio, os serviços. Acredita que a proposta do IVA federal (que será enviada pelo governo) será acoplada ao texto da Câmara. Considera fundamental que o ISS (imposto municipal) esteja dentro dessa reforma. Está aberta a discutir um novo tributo para bancar a desonerar a folha com uma base que inclua o comércio digital.

Comércio

Principais tributos:

ICMS e PIS/Cofins

- Posição: Prepara documento com proposta de reforma. Avalia que consumo é muito tributado e é preciso tributar mais a renda, como patrimônio e dividendos. Defende a simplificação no começo, com PIS/Cofins, para facilitar a implementação. A CNS diz que a proposta

da Câmara aumenta a tributação do setor e que a única beneficiada seria a indústria.

Serviços

Principais tributos: ISS e PIS/Cofins

- Posição: Defende uma reforma tributária com desoneração da folha de salários financiada por um novo tributo nos moldes da CPMF com alíquota de 0,81%. É contrária à unificação da PIS/Cofins com alíquota única. Defende três alíquotas diferenciadas, sobretudo, para evitar aumento elevado da carga nos segmentos de educação, saúde e transporte único.

Propostas do governo

1ª Fase: Unificação do PIS/Cofins que seguirá o modelo de imposto sobre valor agregado (IVA), adotado em 180 países, em que todos os créditos poderão ser usados pelas empresas para diminuir o valor a pagar, o que não acontece hoje. Essa é a etapa que deve ser enviada nesta fase.

2ª Fase: Plano é encaminhar a mudança no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que deverá se tornar um tributo seletivo aplicado a bens como cigarros, bebidas e veículos.

3ª Fase: Vai concentrar no Imposto de Renda de pessoas físicas (IRPF) e jurídicas (IRPJ), como tributação de dividendos, redução do IRPJ, aumento da faixa de isenção e a criação de novo alíquota para os mais ricos.

4ª Fase: Paulo Guedes quer deixar para a última etapa a desoneração da folha de salários das empresas. A ideia é emplacar a criação de imposto que ele está chamando agora de tributo digital. O ministro

queer descolar esse tributo da imagem da extinta CPMF e espera ampliar apoio.

Proposta da Câmara

A PEC 45/3019 substitui cinco tributos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). A alíquota estimada para não alterar a arrecadação é entre 20% e 25%. A receita é compartilhada entre União, Estados e municípios. Cobrança não cumulativa (quem está no meio da cadeia recebe como crédito o que foi pago pelo fornecedor) e com desoneração de investimentos e exportações. Haveria ainda um tributo federal seletivo sobre cigarros e bebidas.

Proposta do Senado

A PEC 110/2019 extingue esses cinco tributos e outros quatro (os federais CSLL, IOF, Salário Educação e Cide. No total, eles representam 31,7% da arrecadação federal. Além do IBS, a proposta prevê o IS (Imposto Seletivo) sobre operações com bens e serviços específicos. Está prevista alíquota mais baixa para medicamentos e alimentos.